



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA UKAN

**TRABALHO E PROGRESSO NAS OBRAS DE
MONTEIRO LOBATO CONSIDERADAS PARADIDÁTICAS
(1933 – 1937)**

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA UKAN

**TRABALHO E PROGRESSO NAS OBRAS DE
MONTEIRO LOBATO CONSIDERADAS PARADIDÁTICAS
(1933 – 1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2015



PARECER

Defesa de Dissertação de Carla Ukan para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas, Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, Prof.^a Dr.^a Dulce Regina Baggio Osinski, Prof.^a Dr.^a Juliana Miranda Filgueiras (Via Skype), arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "TRABALHO E PROGRESSO NAS OBRAS DE MONTEIRO LOBATO CONSIDERADAS PARADIDÁTICAS (1933-1937)".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Liane Maria Bertucci		APROVADA
Prof. ^a Dr. ^a Dulce Regina Baggio Osinski		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Juliana Miranda Filgueiras (Via Skype)		APROVADA

Curitiba, 21 de setembro de 2015.

Prof.^a. Dr.^a. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matricula: 125750

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Ukan, Carla

Trabalho e progresso nas obras de Monteiro Lobato consideradas
paradidáticas (1933 – 1937) / Carla Ukan – Curitiba, 2015.
129 f.

Orientadora: Profa. Dra. Liane Maria Bertucci
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Lobato, Monteiro, 1882 – 1948. 2. Educação – História - Brasil. 3.
Desenvolvimento social - Brasil. 4. Livros de leitura. I.Título.

CDD 370.981

Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira – mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum. (Monteiro Lobato - **Mundo da lua**, 1923)

Dedico este trabalho a todos que acreditaram neste sonho/loucura e de alguma maneira me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela realização deste trabalho, por ter me concedido a oportunidade e me abençoado com sabedoria e força para superar todos os meus limites.

Meus especiais agradecimentos à minha orientadora Liane Maria Bertucci por acreditar no meu projeto e na minha potencialidade. Por se tornar também uma amiga com quem compartilhei meus medos, frustrações, dificuldades, cansaço e que sempre soube reverter os empecilhos em possibilidades, conseguindo extrair o melhor de mim. Obrigada por poder compartilhar de sua competência, rigor técnico, profissional e pedagógico, por sua sensibilidade com espontaneidade que conquistou além de respeito o meu carinho.

Agradeço às professoras que participaram de minha Banca de Qualificação e Defesa Pública; Juliana Filgueiras pela sua prontidão, disponibilidade e valiosa contribuição e à professora Dulce Osinski, que acompanhou a trajetória desta pesquisa desde o processo de seleção, apresentando-se sempre entusiasta da minha ideia, obrigada pelas inestimáveis sugestões e comentários, pela atenção e carinho com que contribuiu para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos meus professores no mestrado Nadia Gaiofatto Gonçalves, Gilberto Castro, Leziany Silveira Daniel e Gizele de Souza por todo o ensinamento e discussões.

Àqueles que foram mais que colegas de turma; Amanda, Ester, Flávia, Júlia, Sabrina, Sibeli, Rudimar, Etienne, Silvia e Silvete pela amizade, companheirismo e humildade. Em especial minha irmã de orientação, Júlia, com que eu pude compartilhar todos os momentos, de estudo e também de dificuldade, e alegremente cada conquista, cada pequena aprovação que renovava a nossa vontade, que bom compartilhar com você toda esta aventura!

À Mariland, Sue Ellen e Marina pela generosidade, cooperação e conhecimento ao auxiliar significativamente na revisão do meu texto.

À minha amiga e incentivadora Alessandra que me fez acreditar que seria possível concretizar o plano do mestrado pelo seu próprio exemplo. A

todos os meus amigos, que foram meu refúgio, muitas vezes pela sua simples presença ao meu lado, por me escutarem e me arrastarem para fora de casa quando eu não me permitia. Àqueles que mesmo sem entender muito da minha confusão e da minha escrita se colocaram orgulhosos e me apoiaram.

A todos os professores e funcionários da Escola Municipal Moradias do Ribeirão que mesmo de longe me incentivaram e torceram por mim.

Ao meu amor, Fernando, que entrou na minha vida durante esta trajetória, doando sua paciência, seu ombro, seu carinho num momento difícil em que me ajudou a manter o equilíbrio e concluir com mais leveza e tranquilidade este trabalho.

Agradeço a toda minha família querida, em especial à minha mãe Maria de Lurdes pela paciência e carinho, por estar presente e também ausente quando julgou necessário, por compreender e respeitar este momento atribulado em que estive distante. Ao meu pai, Avelino, pela minha formação e pelo exemplo de homem que me inspirou a dar mais este passo. Às minhas irmãs e amigas, Claudia e Cristina, pelo incentivo e preocupação, por me ajudar e me resgatar quando estava isolada, mergulhada no trabalho acadêmico. Às minhas sobrinhas amadas pelo carinho, demonstração de orgulho e simples presença que fortaleceram a minha vontade de progredir.

RESUMO

Esta dissertação pretende compreender aspectos da maneira utilizada por Monteiro Lobato para representar e disseminar suas concepções sobre progresso e trabalho e, concomitantemente, formação do trabalhador brasileiro. Analiso essas concepções por meio de indícios presentes nos livros de Monteiro Lobato considerados paradidáticos que fazem parte da saga do SÍTIO DO PICAPAU AMARELO, contrapondo-os com discussões políticas, socioeconômicas e educacionais brasileiras dos anos 1930 (também foram abordados, pontualmente, textos não ficcionais do autor). A classificação “paradidática”, mesmo sendo cunhada apenas nos anos 1970 (MUNAKATA, 1997), é utilizada nesta dissertação porque estudiosos da obra de Monteiro Lobato (VASCONCELLOS, 1982; MATTOS, 1988; PENTEADO, 1997; AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETTA, 1998) agrupam sob esta denominação a parte da produção literária do autor que se refere ao propósito evidente de promover a educação, seja ao ensinar conteúdos escolares específicos ou ao procurar inculcar valores e condutas. O recorte temporal proposto, 1933-1937 é o da publicação das primeiras edições destas obras consideradas paradidáticas, período que coincide com os primeiros anos pós-retorno de Monteiro Lobato ao Brasil depois de passar alguns anos nos Estados Unidos, experiência que influenciou sua vida e obra. Em âmbito nacional os anos 1930 foram marcados pela tomada do governo federal por Getúlio Vargas e, a partir de 1937, pela ditadura do Estado Novo, uma época de ações governamentais para ampliar a industrialização e a escolarização no país, esta sob o impacto de debates pedagógicos permeados por propostas do movimento da Escola Nova. Nesta conjuntura, Monteiro Lobato atuou significativamente como escritor, empresário, jornalista entre outros papéis. Na construção desta dissertação foi utilizado como aporte teórico o conceito de representação de Roger Chartier (1990, 1991, 2010) para observar os esquemas utilizados pelo escritor ao figurar suas ideias de progresso e trabalho, percebendo a representação como um instrumento mediador para a apreensão do real.

Palavras-Chave: Monteiro Lobato, livro paradidático, trabalho, progresso, história da educação.

ABSTRACT

The propose of this research is to comprehend aspects of Monteiro Lobato's ways to represent and disseminate his conceptions about progress and work and also, about the development of Brazilian worker. These conceptions are analyzed through the evidences in Monteiro Lobato's literary production considered paradidactic and are part of the SÍTIO DO PICAPAU AMARELO saga, contrasting them with political, socioeconomic and educational Brazilian discussions in the 1930s (Non-fiction texts of the author were also observed). The paradidactic classification, even though being created only in the 1970s (MUNAKATA, 1997), is used in this research because researchers of the Monteiro Lobato's literary work (VASCONCELLOS, 1982; MATTOS, 1988; PENTEADO, 1997; AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETTA, 1998) rank some of the Lobato's books within this classification: books that aim to educate, to teach specific school subjects or try to inculcate values and behaviors. The time frame chosen, 1933-1937, is also the time of the publication of those paradidactic book's first editions. That time period correspond to the return moment of Monteiro Lobato to Brazil after spending a few years in the United States, an experience that influenced his life and work. In Brazil, the 1930s were defined by the seizure of power by the federal government of Getúlio Vargas and, in 1937 by the "Estado Novo" dictatorship. During this government actions were taken to expand the industrialization and the education in the country. This education was under the impact of pedagogical discussions permeated by proposals of the "Escola Nova" movement. In this context, Monteiro Lobato acted significantly as a writer, businessman, journalist, among other roles. In the construction of this research I used as theoretical support Roger Chartier's (1990, 1991, 2010) representation concept to observe the schemes used by Monteiro Lobato to figure his ideas of progress and work, recognizing the representation as a mediator instrument for the apprehension of the reality.

Keywords: Monteiro Lobato, paradidactic book, work, progress, history of education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE MONTEIRO LOBATO E PRIMEIRAS QUESTÕES SOBRE OS TEMAS TRABALHO E PROGRESSO: OS LIVROS HISTÓRIA DO MUNDO PARA CRIANÇAS, HISTÓRIA DAS INVENÇÕES E GEOGRAFIA DE DONA BENTA	28
1.1- IDEIAS, RELAÇÕES E ATIVIDADES DO ESCRITOR.....	29
1.2- DOS “PELUDOS” AOS HOMENS DO SÉCULO XX: O PROGRESSO COMO RESULTADO DO TRABALHO.....	46
CAPÍTULO II - EDUCANDO A CRIANÇA SE CONSEGUE “BOA SAFRA” DE ADULTOS: OS LIVROS EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA E ARITMÉTICA DA EMÍLIA	63
CAPÍTULO III – PARA O PROGRESSO DO BRASIL: EDUCAÇÃO E TRABALHO; PETRÓLEO, FERRO E MÁQUINAS: OS LIVROS O POÇO DO VISCONDE E SERÕES DE DONA BENTA	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
FONTES.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

INTRODUÇÃO

O trabalho em nosso cotidiano é considerado não somente uma ferramenta de sobrevivência na sociedade. Esta palavra tomou uma dimensão social muito mais ampla, afinal quem nunca ouviu a expressão “o trabalho dignifica o homem”? Neste sentido, o trabalho por muitas vezes é considerado responsável pela recuperação e evolução do indivíduo, é um meio de realizar sonhos e atingir metas. Está intrinsecamente ligado à posição e participação social, assim como à realização pessoal e profissional. E de maneira geral, é apontado como uma ação transformadora que contribui para o desenvolvimento da sociedade, de acordo com o local e função para o qual é destinado. Assim, torna-se uma atividade entrelaçada à realidade econômica, social e política, tanto do indivíduo como da coletividade.

Mas nem sempre foi assim, o conceito de trabalho trouxe desde sua origem uma conotação negativa. Durante a pré-história foi relacionado à garantia da sobrevivência, um esforço que complementaria a tarefa da natureza. E a partir da antiguidade era considerado um infortúnio e um sofrimento, pois foi associado à perda da liberdade. (WOLECK, 2000, p.2; ALBORNOZ, 1988, p.10-16)

Até o século XVI essa visão negativa prevalecia na sociedade ocidental e aos poucos foi se transformando como resultado de um processo socioeconômico permeado pela difusão da “ética protestante” (como escreveu Max Weber) que percebia o trabalho como forma de benção e vocação divina (GOMES, 2002, p.24). Uma mudança de perspectiva para a qual concorreram decisivamente as mudanças que nos Setecentos tiveram como consequência o desenvolvimento industrial, algo que traduzia em grande parte a ideia de progresso linear/ascendente que, notadamente a partir do século XVIII, ganhou difusão no Ocidente¹. As mudanças impulsionadas pelas máquinas,

¹ Progresso, como “ideia e ideal”, nasce no século XVII, com Francis Bacon que advoga que homens e nações podem, por meio de esforços conscientes constantes, controlar altos e baixos de seus ciclos de vida, e com Thomas Hobbes, que afirma que o esforço científico é pragmático, ou seja, “o que é mais útil em funcionamento, esse é o conhecimento mais verdadeiro” (*apud* Hobbes) (p.614). Essa ideia de progresso “[...] deveria distinguir-se de outra [ideia, também moderna] cuja raiz não está na ideia baconiana de progresso como possibilidade apenas, mas nos padrões apocalípticos da história” (p.615). Esquemas de interpretação histórica, como o comtismo, o hegelianismo e o marxismo, devem a essa

fruto do conhecimento racional e científico moderno, alteraram de maneira indelével o cotidiano das pessoas (BRESCIANI, 1985. Cf. ROSSI, 1992). Segundo Eric Hobsbawm, para grande parte dos indivíduos dos Setecentos,

[...] a história humana era um avanço mais que um retrocesso ou um movimento oscilante ao redor de certo nível. Podiam observar que o conhecimento científico e o controle técnico sobre a natureza aumentava diariamente. Acreditavam que a sociedade humana e o homem individualmente podiam ser aperfeiçoados pela mesma aplicação da razão, e que estavam destinados a seu aperfeiçoamento na história (HOBBSAWM, 1977, p.256).

Como escreveu Edgar De Decca, a implementação da atividade industrial trouxe consigo uma série de mudanças nas formas de pensar e agir das pessoas, alterando a relação do indivíduo com o trabalho e transformando sua existência (DE DECCA, 1984, p.7-10). Tais mudanças contribuíram inclusive para a abolição do trabalho escravo na América ao longo do século XIX.

Edward P. Thompson, em suas investigações sobre a formação da classe operária inglesa do final do século XVIII e início do século XIX, nos faz vislumbrar essas transformações no cotidiano de pessoas que até então trabalhavam para si próprias e sua família e conciliavam a sua produção (trabalho) com a vida doméstica e social. Ao tornarem-se empregados dos proprietários das máquinas, estes indivíduos perderam o controle sobre o seu trabalho, precisando seguir regras e reportar-se a um empregador. Entretanto como explicita o historiador inglês, tais transformações, sua amplitude e limites, também foram efetivadas e balizadas por ações dos próprios trabalhadores, com suas reivindicações e lutas, insufladas inclusive por crenças religiosas e disputas entre os próprios trabalhadores (artesãos *versus* não qualificados) (THOMPSON, 1998. p.267-304). As ideias sobre o tempo, disciplina e trabalho se reconfiguraram, e este último assumiu o papel de uma atividade positiva que contribui para a melhoria do indivíduo e da sociedade como um todo: não trabalhar foi cada vez mais visto como sinal de desqualificação pessoal e

segunda ideia de progresso elementos essenciais de interpretação histórica. Em primeiro lugar a história é vista como linear, seguindo rumo ascendente (TUVESON, 1996).

social. Nesta conjuntura, a dedicação ao trabalho faria do homem, além de mais feliz e completo, um cidadão.

Segundo Bertucci e Silva,

No Brasil das últimas décadas do século XIX e início do século XX, em meio ao processo que resultou no fim da escravidão e que concorreu para a implantação do regime republicano, ganhou ênfase o conceito de trabalho como possibilidade de redenção humana, fonte de riqueza e criação, força moral e dignidade (BERTUCCI; SILVA, 2014, p.106).

E essa concepção de trabalho, frequentemente associada à possibilidade de progresso do país, deveria ser paulatinamente consolidada, pois, “[...] as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes” (THOMPSON, 1998, p.18). Esta perspectiva do trabalho combinada com a de progresso (ou desenvolvimento) foi repassada e legitimada através da escola, especialmente as profissionalizantes (CUNHA, 2005; RIBEIRO; CAETANO; GITAHY, 1986), mas não apenas estas, como apontam estudos que abordam grupos escolares, instituições asilares, etc. (cf. BERTUCCI; SILVA, 2014).

Nesta dissertação nos propomos perceber a intenção de educar para o trabalho e para o progresso nas representações presentes nos textos infantis paradidáticos² do escritor brasileiro Monteiro Lobato, entre 1933 e 1937, aos quais as crianças tiveram e têm acesso. A leitura dessas obras proporciona o prazer por meio da arte da escrita, mas estas apresentam também um cunho didático, o que possibilitou que circulassem em espaços educativos, sobretudo a escola.

As obras paradidáticas de Monteiro Lobato foram inseridas no contexto educacional brasileiro com o intuito de auxiliar a educação formal por meio da literatura. A presença destes livros na escola pode oferecer indícios sobre a intenção do autor em disseminar ideias sobre trabalho e progresso a um público específico, através de representações. Estas entendidas, conforme afirma o historiador Roger Chartier, como “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

² O termo paradidático será abordado no decorrer desta Introdução.

Assim, por meio delas, é possível perceber aspectos do contexto político, educacional, literário, social e econômico, ou seja, observar em que meio estas obras foram criadas e estiveram inseridas. Neste sentido, as representações encontradas nestas obras literárias, corresponderam a um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”. (CHARTIER, 1990, p. 20)

Desta maneira, as obras produzidas por Lobato nos possibilitam perceber as representações do escritor relacionadas ao trabalho e progresso, em um tempo e contexto particular (o Brasil dos anos 1930) e para um público leitor privilegiado, o escolar.

Dentro desta proposta, torna-se imprescindível a contextualização do autor destas obras: José Bento Monteiro Lobato nasceu em 1882 em Taubaté (Estado de São Paulo), em uma família abastada, passou a maior parte da sua infância em uma fazenda localizada em Ribeirão das Almas, na Serra da Mantiqueira. (CAVALHEIRO, 1955, p. 17-18) Aos 13 anos mudou-se para São Paulo para continuar seus estudos e, influenciado pela vontade do avô, o Visconde de Tremembé, Lobato tornou-se advogado. Nos tempos da Faculdade do Largo de São Francisco (na cidade de São Paulo) ele se envolveu em movimentos e publicações estudantis, demonstrando entusiasmo quanto às discussões de problemas e causas discentes e sociais, algo que futuramente, como escritor reconhecido, refletiu em sua literatura. (PENTEADO, 1997, p. 29-35).

Monteiro Lobato ganhou notoriedade por suas obras infantis, mas foi escritor de livros diversos, promotor de justiça, fazendeiro, jornalista, editor, empresário, além de ser adido comercial brasileiro em Nova Iorque, entre os anos de 1927 e 1931. Comprometido com as grandes causas de seu tempo, criou o Jeca Tatu, personagem que em poucos anos sofreu mudanças radicais: de retrato do homem rural brasileiro irremediavelmente indolente, para o símbolo do homem do interior do Brasil que poderia ser vigoroso graças a ações médicas e educativas. O Jeca foi reescrito por Monteiro Lobato depois de seu contato com o ideário sanitarista dos anos 1910. Durante sua vida o escritor envolveu-se em campanhas por saúde, educação, petróleo e outros temas. Lobato esteve em constante relação, direta e indireta, com

personalidades públicas, como os Presidentes Washington Luís (graças à intermediação do amigo Alarico Silveira) e Getúlio Vargas (relação marcada por críticas que resultaram na prisão de Lobato em 1941). Com o médico Arthur Neiva, além da amizade compartilhou as ideias sobre o saneamento do Brasil no início do século XX. A amizade com dois dos expoentes do movimento da Escola Nova, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, despertou em Lobato preocupações com a educação e o desejo de uma nova maneira de educar que, de certa forma, refletiu-se em seus livros. José Bento Monteiro Lobato morreu em 1948.

Segundo Carmem Lucia Azevedo (1997), Lobato sofria de um “inconformismo crônico” responsável pelo seu constante desejo de transformar o mundo. Para isso, assumiu diferentes funções que se intercalavam:

O escritor confundia-se com o jornalista, o homem de imprensa virava publicista, e ambos lançavam mão dos meios de comunicação na época – o livro, o jornal e a revista – para tentar despertar a consciência social e criar novos padrões de comportamento coletivo. (AZEVEDO, 1997, p.50)

Figura múltipla, Monteiro Lobato, com suas obras e atuação na sociedade brasileira, foi objeto de extensa pesquisa acadêmica. Mas como Clarice Nunes afirmou a “originalidade não se reporta apenas a temas inéditos, mas em novas relações que podem ser estabelecidas na revisão de temas e ou períodos” (NUNES, 1990, p.38). Assim, a obra e a vida de Monteiro Lobato continuam motivando estudos diversos.

Na vasta gama de pesquisas acadêmicas, vale ressaltar o projeto temático Monteiro Lobato, desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com pesquisas na área de Letras, Educação, Comunicação e História, que gerou a obra **Monteiro Lobato, livro a livro**, organizada por Marisa Lajolo e João Luís Ceccantini, ganhadora do Prêmio Jabuti de Melhor Livro, categoria não ficção, de 2009. Destacamos também a dissertação de Lucilene Rezende Alcanfor com o título **Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato** (2010), e o livro André Luiz Vieira de Campos intitulado **A república do Picapau Amarelo: Uma leitura de Monteiro Lobato** (1986). Entre outras obras, estas foram centrais para nossa tentativa de entender como Monteiro Lobato utilizou a literatura infantil para disseminar

ideias sobre trabalho e progresso, sobre a formação do trabalhador brasileiro e sobre a possibilidade de desenvolvimento nacional. Outro trabalho significativo para a elaboração das considerações desta dissertação foi a tese **Produzindo livros didáticos e paradidáticos** (1997) de Kazumi Munakata, que não trata especificamente de Monteiro Lobato, mas que concorreu para as reflexões sobre a possível classificação dos livros do escritor como obras paradidáticas.

Monteiro Lobato apresentava em suas declarações e em suas próprias obras a convicção de que a literatura, principalmente a infantil, poderia ter papel importante na formação dos indivíduos e na contribuição para a formação de uma nação. Por meio dela procurava colocar as crianças em contato com problemas do cotidiano, provocando, através do imaginário da obra infantil, uma reflexão sobre o dia a dia. É famosa sua frase: “Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar.” (LOBATO, 1959a [1944], p.292)

Jacques Le Goff (1990, p.28) e Peter Burke (1992, p.4) observam que a ampliação do que é considerado documento histórico permitiu que a literatura mantivesse um diálogo mais regular com a história, sendo utilizada como fonte, refletindo o interesse da história por atestar diversos aspectos de uma sociedade, entre eles, seus costumes e realidades cotidianas. (LE GOFF, 1990, p.46) Nessa perspectiva historiográfica, a literatura como fonte pode proporcionar o vislumbre de ideias e costumes de uma época determinada. Entretanto, é imprescindível considerar as palavras de Sidney Chalhoub (1998) sobre o texto literário como fonte:

[...] a proposta de historicizar a obra literária – seja como, crônica, poesia, ou romance, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico. (CHALHOUB, 1998, p.7)

A literatura produzida para a criança teve início na Europa na primeira metade do século XVII (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p. 15), fase em que aconteceu a chamada “individualização da criança”, decorrente das

transformações da família que se expressariam inclusive em maior investimento afetivo e, também, para a saúde e educação da criança (GÉLIS, 1991, p. 325-328). Este processo é parte de mudanças econômicas e sociais que se acentuaram com a industrialização e contribuíram para a expansão de uma literatura infantil, pois, neste contexto, havia a necessidade de produzir artefatos específicos para as crianças visando também sua formação, ou seja, a boa condução moral e intelectual. (CORDEIRO, 2005, p.24)

No Brasil até o início do século XX predominavam as obras vindas da Europa (sobretudo de Portugal), algumas traduções e adaptações de livros estrangeiros por autores brasileiros. Cabe ressaltar os autores Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel que no final do século XIX traduziram e adaptaram obras estrangeiras para crianças, entre elas muitos dos clássicos contos de fadas de Grimm, Perrault e Andersen. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p. 27-43)

As criações de autores brasileiros foram publicadas de forma tímida e esporádica, a maior parte delas na esteira dos ideais do patriotismo e civismo que pregava o sistema republicano. Sendo assim, as ideias de trabalho e progresso que estavam relacionadas ao desejo de reorganizar a sociedade republicana, regida pelo lema da “ordem e progresso”, foram temas recorrentes na literatura infantil brasileira desde as primeiras obras. Nesse período, percebendo a potencialidade da literatura infantil para difundir ideias, muitos escritores consagrados pela autoria de textos direcionados ao público adulto começam a se dedicar paralelamente à literatura infantil. Os quais podemos destacar: Júlia Lopes de Almeida, João Vieira de Almeida, Afonso Celso, Coelho Neto e Olavo Bilac. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p. 44).

Este último pode ser considerado um significativo exemplo deste grupo. Envolvido nos campos político e educacional e um dos defensores das teses civilizatórias republicanas na primeira metade do século XX, Olavo Bilac foi o autor de **Poesias Infantis**, de 1904, uma das primeiras obras nacionais amplamente usadas e produzidas para ser adotada na escola primária brasileira nas primeiras décadas da República. Bilac trouxe para suas poesias o interesse em formar a criança, enfatizando a importância cívica do trabalho, desenvolvimento e defesa do país (CORDEIRO, 2005, p.1- 39).

As temáticas acima mencionadas estiveram presentes também, de maneira geral, nos textos paradigmáticos de Monteiro Lobato³. E o autor, mesmo não tendo participado diretamente do movimento modernista dos anos 1920, foi considerado pertencente deste grupo artístico/literário por Lajolo e Zilberman, pois existiria uma afinidade de Lobato com autores modernistas em suas obras desse período (como Mário de Andrade, Raul Bopp e Cassiano Ricardo) (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p.34-47 e 58)⁴. Segundo Alcanfor, os textos infantis de Monteiro Lobato, dialogavam com as novas concepções sobre a criança e o sentido da leitura, produziram um teor despojado e a renovação da linguagem em suas narrativas. Fato que contribuiu para a produção de uma novidade na literatura para crianças, obras diferenciadas que conquistaram o público infantil. (ALCANFOR, 2010, p.41) Monteiro Lobato, com uma carreira já estabelecida de escritor para adultos e jornalista, estreou na literatura infantil em 1921 com seu livro **Narizinho arrebitado**.

Esta primeira obra infantil de Lobato trouxe impressa a classificação de “Segundo livro de leitura para uso das escolas primárias”, isto é, se dirigia ao uso dos alunos do segundo ano do curso primário. Em carta a Godofredo Rangel⁵, Lobato chamou o livro de “Narizinho escolar” e pediu que o amigo, no papel de professor, testasse a aceitação dos alunos pelo livro, pois, segundo ele, o seu objetivo principal seria conquistar o interesse das crianças. (LOBATO, 1959a [1944], p.228). É relevante assinalar a destinação escolar

³ Nesta dissertação não tenho a pretensão de traçar uma cronologia e analisar de forma aprofundada as obras e autores (e suas possíveis relações) que compuseram a história da literatura infantil brasileira.

⁴ Ao relacionar Monteiro Lobato e a arte brasileira a primeira lembrança é o texto “Paranóia ou mistificação? (A propósito da Exposição Malfatti)” publicado no jornal **O Estado de São Paulo** em 1917, em que Lobato critica a exposição da pintora paulista Anita Malfatti recém-chegada da Europa. Tal texto levantou polêmica e é considerado um dos estopins do “movimento modernista”, paralelamente, Monteiro Lobato foi rotulado de conservador, contrário a este movimento. Entretanto, na vasta obra do autor encontram-se alguns artigos que indicam que o seu ideal de arte brasileira relaciona ideais nacionalistas e romantismo ainda em voga, mas também o movimento, moderno internacional, “arts and crafts” em prol de uma arte, além de bela, utilitária, relacionada com a formação profissional e expansão industrial, o que explica em grande medida seu entusiasmo com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Para o escritor, nesta instituição a criação de um estilo artístico genuinamente nacional seria possível, com valorização de elementos nacionais, como os inspirados nas paisagens brasileiras (UKAN, 2013).

⁵ José Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) escritor, tradutor, professor e Juiz de Direito.

deste livro infantil, pois demonstra que Lobato pretendia atingir as crianças no geral, mas aos "escolares" em particular. (FERREIRA, 2005, p.72)⁶.

Narizinho arrebitado iniciou a série de histórias infantis de Monteiro Lobato conhecidas popularmente como a saga do SÍTIO DO PICAPAU AMARELO⁷. Esta coleção de textos é caracterizada pelo conjunto de histórias unidas por um espaço recorrente e comum, o Sítio do Picapau Amarelo, e por um grupo de personagens fixos. O Sítio era propriedade de Dona Benta, que lá vivia com sua neta Lúcia, conhecida como Narizinho, e com sua cozinheira fiel, Tia Nastácia. Logo aconteceu a inclusão de Pedrinho, neto de Dona Benta e primo de Narizinho, que morava na cidade, mas passava sempre as suas férias no Sítio. Deste elenco fixo faziam parte também os seres mágicos, ou seja, os bonecos animados: Emília, a boneca de pano que ganhou vida, e Visconde de Sabugosa, o sábio feito de espiga de milho. E ainda os animais falantes: o porco Rabicó, o burro Conselheiro e o rinoceronte Quindim. (CECCANTINI, 2009; LAJOLO; ZILBERMAN, 1984).

A voz e o pensamento de Lobato se fizeram ressoar em seus textos infantis, muitas vezes é nítida a presença do autor que se intercalava na voz do narrador e dos personagens. Percebe-se que Monteiro Lobato se apropriou dos personagens e do enredo do texto infantil para introduzir suas ideias. Na maioria destes livros as concepções e pensamentos do autor são percebidos pela voz de Dona Benta, que tinha papel de mediadora do conhecimento. Neste sentido, J. Roberto Penteado afirma:

Do ponto de vista do sujeito narrativo, prevalecem duas instâncias em Lobato: na grande maioria dos textos, o narrador é o próprio Lobato, que, contudo, não se identifica nem justifica [...] Nos livros recontados, a condução da narrativa passa do autor para a personagem de Dona Benta, retornando ao autor nos entre-atos. (PENTEADO, 1997, p.183)

⁶ Segundo Andréa Cordeiro (2005, p.28), a literatura infantil se estabeleceu no Brasil no início de século XX como um suporte dos preceitos que se gostaria de inculcar nas crianças. Assumiu assim um cunho funcional e instrutivo que, refletindo o aumento da produção nacional da literatura destinada à escola, muitas vezes desdenhou critérios estéticos literários.

⁷ Nesta dissertação iremos utilizar o nome SÍTIO DO PICAPAU AMARELO em letras maiúsculas para nos referir ao conjunto das histórias infantis criadas por Monteiro Lobato. Quando formos nos referir ao espaço do Sítio do Picapau Amarelo utilizaremos a escrita habitual.

O legado do SÍTIO DO PICAPAU AMARELO é vasto, abarcando uma coletânea de 23 obras que, em ordem cronológica, são: **Narizinho arrebitado** (1921); **O Saci** (1921); **Fábulas** (1922); **As aventuras de Hans Staden** (1927); **Peter Pan** (1930); **Reinações de Narizinho** (1931); **Viagem ao céu** (1932); **Caçadas de Pedrinho** (1933); **História do mundo para as crianças** (1933); **Emília no país da gramática** (1934); **Aritmética da Emília** (1935); **Geografia de Dona Benta** (1935); **História das invenções** (1935); **Dom Quixote das crianças** (1936); **Memórias da Emília** (1936); **Serões de Dona Benta** (1937); **O poço do Visconde** (1937); **Histórias de Tia Nastácia** (1937); **O Picapau Amarelo** (1939); **O Minotauro** (1939); **A reforma da natureza** (1941); **A chave do tamanho** (1942); **Os doze trabalhos de Hércules** (dois volumes - 1944). (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984)

Neste conjunto de obras, Lobato recuperou criações folclóricas e clássicas, fez adaptações de outros livros e escreveu ficção própria, sempre no ambiente do Sítio do Picapau Amarelo. Um fator que facilitou a divulgação destes livros foi a inclusão da maioria deles na coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira⁸, organizada por Fernando de Azevedo a partir de 1930 e composta por uma série de obras de literatura infantil indicadas para a leitura escolar. Este fato concorreu para a entrada do escritor Lobato no âmbito educacional, como também, para a sua solidificação no ramo da literatura infantil do Brasil na primeira metade do século XX.

Dentre as vinte três obras do SÍTIO DO PICAPAU AMARELO, existem livros de diferentes naturezas e que abrangem uma diversidade de assuntos. Muitos pesquisadores tentam classificar estes títulos, ora por seu conteúdo, ora pela intenção do autor. No entanto, estas classificações permitem perspectivas abrangentes que geraram discussões amplas sobre questões literárias e didáticas das obras. Tais discussões provocaram e provocam indagações tais como: Qual o limite do literário para o pedagógico? O literário também pode ser didático? E o que seria um livro paradidático?

⁸ “A Biblioteca Pedagógica Brasileira, constituída em torno de autores alinhados ao projeto de renovação educacional, se subdividia em 5 séries: 1ª série Literatura Infantil, 2ª série Livros Didáticos, 3ª série Atualidades Pedagógicas, 4ª série Iniciação Científica, 5ª série Brasileira.” (ALCANFOR, 2010, p.48).

Para Magda Soares, o livro de literatura infantil pode ser considerado didático diante de duas perspectivas distintas⁹. A primeira refere-se à apropriação que a escola faz desta literatura, tomando-a para si para atender os seus interesses educativos, ou seja, a escola didatiza e/ou pedagogiza a literatura infantil. O segundo aspecto refere-se à produção desta literatura já destinada ao uso escolar, em que autores e editores produzem para esta clientela, para ser consumida e atingir os objetivos da escola. Neste caso, se literatiza a escolarização infantil. (SOARES, 1999, p.17)

Esta complexidade também se faz presente ao estudar os livros didáticos, conforme Alain Choppin (2004, p. 552), o historiador que se interessa pelos livros escolares de pronto se depara com dificuldades em sua definição, seja pela multiplicidade de funções que exercem ou pelos seus suportes, entre outras questões. O autor toma a questão da natureza da literatura escolar como exemplo, afirmando que esta se localiza entre três gêneros – a literatura religiosa que originou a literatura escolar, a literatura didática que se instituiu massivamente na escola, e a literatura de “lazer” que engloba obras de caráter moral e de recreação – e estas categorias frequentemente não são excludente, ao contrário, se interpenetram.

Para Antônio G. Batista (2002, p.546-547), o livro de literatura infanto-juvenil poderia ser categorizado por “paraescolar” ou “paradidático” quando é recomendado pelos professores e escola como parte do planejamento de atividades propostas. Pela necessidade de denominar este segmento que se caracteriza tanto pelo didático como pelo literário, adotou-se o termo “paradidático”.

Segundo evidências observadas por Elisabete de Almeida Melo (2004) e Kazumi Munakata (1997), o termo “paradidático” surge somente na década de 1970 e foi lançado no âmbito da Editora Ática. Esta designação é associada a um produto cultural e editorial caracterizado pela presença de um tema que geralmente é contemplado pelo currículo escolar e por uma formatação que se aproxima da literatura infanto-juvenil. Ali, os conteúdos são trabalhados em forma de narrativas. Mas o fator que define sua classificação é que a

⁹ A possibilidade da literatura “para adultos” ser considerada didática não foi encontrada em nenhuma discussão relacionada ao tema.

preocupação pedagógica se sobressai às intenções estéticas e/ou literárias. (MELO, 2004, p.18-19)

Ernesta Zamboni (1985) argumenta que a distinção entre um livro didático e um paradidático é a questão da forma, não do conteúdo, condicionada à apresentação material da obra. Segundo esta autora, os paradidáticos apresentam muitas vezes os mesmos conteúdos curriculares que os didáticos, mas estes são apresentados aos alunos de maneira distinta, pela literatura, e, portanto, com uma produção editorial diferente do didático convencional.

Para Kazumi Munakata (1997, p.103), a denominação livros paradidáticos refere-se àqueles que circulam no ambiente escolar como materiais de apoio para o processo de ensino e aprendizagem, tanto para professores quanto para os alunos, que complementam (ou até mesmo substituem) os livros didáticos. Porém, não apresentam as características próprias destes (seriação, conteúdo segundo um currículo oficial ou não, etc.). Os paradidáticos são fontes de consulta e pesquisa, mas é pela circulação no ambiente escolar que se definem como tais.

A partir das definições percebe-se que a questão editorial, o destino e a efetiva circulação do livro no ambiente escolar são evidências para classificar uma obra de “paradidática”. Desta forma, mesmo “paradidático” sendo uma denominação utilizada a partir dos anos 1970, é possível considerar como tal o livro de literatura que, antes dessa década, foi escrito, editado e indicado para o público escolar e que possuía um cunho nitidamente didático, contemplando uma disciplina ou conteúdo específico, mas com características diferenciadas dos livros didáticos convencionais.

Nesta perspectiva, Monteiro Lobato produziu livros de literatura para crianças que podem ser classificados como paradidáticos, pois apresentam a junção do literário com o didático. Zelinda Moneta questiona: quem melhor do que Lobato conseguiu “transformar em saborosas e atraentes lições os conhecimentos quase sempre áridos da aritmética, da gramática, da geografia, da história do mundo ou da evolução das ciências?” (MONETA, 1982, p.197) Segundo Lucilene Alcanfor (2010, p.148), a investida de Lobato com a produção dos livros com temáticas escolares tinha a intenção de instruir por

meio do discurso literário, viabilizando de forma lúdica e inovadora os conhecimentos.

Ao mesmo tempo é preciso considerar alguns contatos sociais de Monteiro Lobato, sobretudo com pessoas, como Fernando Azevedo, responsáveis pela seleção e adoção dos títulos infantis para os grupos escolares. Algo que, agregado à experiência editorial do escritor (entre 1918 e 1930), facilitaria a produção e divulgação destes títulos, colaborando para tornar esta modalidade de literatura bastante explorada no mercado livreiro, pois contava com a garantia do público escolar.

A obra infantil de Monteiro Lobato, segundo Maria Augusta de Mattos (1988), pode ser dividida entre os livros de pura diversão e aqueles chamados paradidáticos, pois estes são caracterizados pela recriação de conteúdos ensinados nas escolas. Entre outros pesquisadores que utilizam o termo paradidático para classificar uma parcela das obras de Lobato, destaco Zinda Maria Carvalho de Vasconcellos, autora do livro **O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato** (1982), e também Carmen Lucia Azevedo, Marcia Camargo e Vladimir Sacchetta responsáveis pela pesquisa e edição do Projeto Memória 1998 - Monteiro Lobato¹⁰. Para os autores deste projeto, as publicações de Lobato para o público infantil podem ser classificadas em três categorias: ficcionais, adaptações e paradidáticas. Os títulos classificados como paradidáticos, por Vasconcellos e pelos autores do Projeto Memória 1998 – Monteiro Lobato, são exatamente os mesmos e todos foram editados pela primeira vez na década de 1930. Segundo Zilberman e Lajolo: “Após a publicação da **História do mundo para crianças** [em 1933], Lobato amplia o currículo escolar: A cada disciplina corresponde uma obra” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p. 78).

Assim, a partir da classificação de livro paradidático e das considerações de diferentes estudiosos de Monteiro Lobato sobre a parcela da obra do escritor que pode ser considerada paradidática, os livros selecionadas como fontes principais desta dissertação foram, em ordem cronológica de edição: **História do mundo para crianças** (1933), **Emília no país da gramática**

¹⁰ Projeto desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil e Odebrecht. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/MonteiroLobato/index2.html>.

(1934), **Aritmética da Emília** (1935), **Geografia de Dona Benta** (1935), **Histórias das invenções** (1935), **O poço do Visconde** (1937) e **Serões de Dona Benta** (1937).

O olhar lançado a estes livros não teve o intuito de aprofundar a análise da modalidade “livro paradidático”, nem tampouco se dirigir ao estudo das disciplinas ou do currículo. Mas procurou desvendar, numa dimensão histórica, como as noções de trabalho (trabalhador) e progresso estão presentes nestas obras que passaram a integrar o universo educacional de crianças brasileiras a partir dos anos 1930¹¹. O objetivo primeiro é chamar a atenção para a intencionalidade das obras produzidas entre 1933 e 1937¹².

O recorte temporal desta pesquisa corresponde ao período de publicação das obras paradidáticas em sua 1ª edição, ou seja, de 1933 a 1937¹³. Este período foi marcado pela volta de Monteiro Lobato ao Brasil, depois de passar um período nos Estados Unidos trabalhando como adido comercial junto ao governo norte-americano (1927-1931). Em âmbito brasileiro, coincidiu com um período de mudanças no panorama político e educacional, com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que entre outras ações criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (26/11/1930).

Como o convite para Monteiro Lobato assumir o cargo de adido comercial partiu do então Presidente Washington Luís, a deposição deste Presidente resultou, poucos meses depois, na destituição do escritor de seu cargo¹⁴. Mas a estada nos Estados Unidos deixou marcas indeléveis neste autor, que observou o progresso daquele país e, em consequência disso, idealizou uma mudança econômico-social para o Brasil baseada na exploração do petróleo e do ferro. De acordo com o autor, a exploração destes materiais seria a alavanca para promover o desenvolvimento econômico do Brasil,

¹¹ O foco deste estudo é observar as representações sobre trabalho e progresso nos textos (discursos) destes livros escolhidos. A questão da circulação e da apropriação das obras de Lobato não é objeto desta dissertação. Assim como não é objetivo deste estudo analisar como os temas trabalho e progresso estavam presentes nas disciplinas e currículos escolares dos anos 1930; sobre essa temática, considerando o Paraná dos anos 1910, veja Bertucci; Silva, 2014, p.114-117.

¹² Estes livros de Monteiro Lobato ganharam várias reedições nas décadas seguintes, novas edições que podem resultar em outros estudos sobre a obra de Lobato considerada paradidática.

¹³ Optou-se por alterar a grafia das palavras para a atual nas citações diretas das fontes.

¹⁴ Sobre Washington Luís, ver Debes (1994).

gerando a solução para o problema da pobreza e do atraso em que o país se encontrava.

O atraso do país e a formação do brasileiro eram temas que vinham sendo discutidos por Lobato através de sua literatura desde a criação do Jeca Tatu (1914), passando pelo seu envolvimento no movimento sanitarista brasileiro, que resultou na regeneração do chamado caboclo brasileiro¹⁵ graças à higiene e saúde, ideia presente no texto “Jeca Tatu: a ressurreição”, publicado no livro **O Problema vital** de 1918 (LOBATO, 1951c [1918], p.329-340)¹⁶, mesmo ano da organização da Liga Pró-Saneamento do Brasil pelo médico Belisário Penna (BERTUCCI, 2007).

Das ideias formuladas por Monteiro Lobato quando estava no exterior, encontra-se também a da formação do brasileiro para o trabalho, pois, para ele, era imprescindível potencializar a mão de obra para alavancar o progresso econômico nacional. Tal preocupação não era oposta à do governo de Getúlio Vargas, que propunha uma renovação nacional que propiciasse a construção de uma sociedade moderna que tinha na indústria um dos principais pilares de sustentação (LEVINE, 2001; WEINSTEIN, 2000, p.31-134). A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, um dos primeiros atos do novo governo, foi emblemática. Resultado de demandas e debates anteriores, o Ministério, apesar de pouco operante nos primeiros anos, simbolizava a importância da educação, como instrumento de valorização do homem, veículo de ascensão moral, intelectual e econômica. Assim como a questão educacional, a saúde foi priorizada, pois pessoas (crianças) doentes não conseguiriam estudar e/ou trabalhar. Foi na articulação dessas necessidades e ações que se criou o referido Ministério, inaugurado para “educar e curar”, que tinha como meta um saneamento moral e cívico e uma educação sanitária, pontos chaves para o trabalho de construção de uma nação que precisava de uma mão de obra sadia e capacitada (HORTA, 1994; GOMES, 2000).

¹⁵ Encontra-se o termo “caboclo” em relatos de viagens de médicos e intelectuais no final do século XIX e primeiras décadas do século XX para designar o habitante rural brasileiro de “vida rústica”, em geral analfabeto, vivendo isolado, da exploração da terra e, muitas vezes, da pesca (KUMMER, 2007, p.56-64).

¹⁶ Em 1914 Lobato escreveu no jornal O Estado de S. Paulo o texto em que descreveu o Jeca Tatu como um homem condenado, devido sua situação física e mental, este texto foi também reeditado em 1918 no livro **Urupês**. André Luiz Vieira de Campos destaca que entre os anos de 1918 e 1923 foi comum Lobato publicar livros adultos que correspondiam à compilação de textos antigos, escritos em outras fases de sua vida. (CAMPOS, 1986a, p.45)

Foi nesse contexto que Monteiro Lobato produziu suas obras paradidáticas e foram nestas obras que nos propusemos a perceber de que forma a temática do trabalho (da formação do trabalhador) e do progresso perpassou esses escritos. Considerando estes livros como um conjunto, buscamos entender de que forma o tema trabalho foi discutido/representado neste todo e como ele foi combinado com a ideia de progresso, tentando observar nuances do pensamento de Monteiro Lobato sobre os temas, considerando a conjuntura sociopolítica em que os livros foram escritos e publicados pela primeira vez.

Com o objetivo de resgatar a forma como as ideias trabalho e progresso foram abordadas, a partir dos vários assuntos destes livros escritos por Monteiro Lobato nos anos 1930, esta dissertação foi dividida em capítulos que analisaram prioritariamente estas obras considerando seus anos de publicação. Entretanto, tal ênfase não significou uma problematização linear, pois na construção destes livros os assuntos se interpõem e interpenetram, ganhando dimensões diversas a partir do diálogo com a bibliografia e outras fontes, como cartas, entrevistas e reportagens entre outros, consultados a partir de sua relação com o tema da dissertação. Consideradas obras raras, as primeiras edições dos livros paradidáticos selecionados foram localizadas na Biblioteca Monteiro Lobato de São Paulo ou adquiridas em lojas de livros usados (“sebos”). As outras fontes estão disponíveis na coleção “Obras completas de Monteiro Lobato” organizada pelo próprio autor em 1946 e foram consultadas na biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tivemos ainda acesso a alguns documentos na biblioteca Monteiro Lobato, situada na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Esta dissertação foi dividida em três capítulos norteados, em geral, pela conjugação: ano de publicação / tema da obra paradidática. O primeiro capítulo abordou aspectos da trajetória de Monteiro Lobato como escritor, editor e homem público, procurando estabelecer uma relação com o início da ideia e produção de seus livros depois considerados paradidáticos e seu diálogo com a educação por meio deles. Observamos as representações das ideias de progresso e trabalho, buscando captar as perspectivas do escritor sobre a educação e a organização do trabalho (influenciadas pelo taylorismo e, principalmente, pelo fordismo), suas observações referentes ao período,

sobretudo sobre o homem brasileiro e o desenvolvimento urbano e industrial do país. Para este capítulo foram selecionados especialmente os livros: **História do mundo para as crianças** (1933), **Geografia de Dona Benta** (1935) e **História das invenções** (1935). No segundo capítulo o tema central foi a discussão sobre a formação do bom trabalhador brasileiro, ou seja, a respeito do indivíduo que, a partir da infância, deveria ser educado e, instrumentalizado com as habilidades básicas — ler, escrever e calcular—, poderia, mesmo já adentrando o mercado de trabalho, receber uma instrução profissional que concorreria para o aperfeiçoamento e produtividade da mão de obra nacional. Essa discussão se fez em especial a partir dos livros **Emília no país da gramática** (1934) e **Aritmética da Emília** (1935). No terceiro e último capítulo, escrito principalmente a partir das ideias apresentadas nos livros **Serões de Dona Benta** (1937) e **O poço do Visconde** (1937), observamos a campanha econômica e social empreendidas por Monteiro Lobato nos anos 1930, atrelando notadamente a sua tese da exploração do petróleo no Brasil como possibilidade de desenvolvimento nacional; desenvolvimento que também foi apresentado pelo escritor como resultado da educação (inclusive a profissional) da população e do conhecimento científico como um todo, que possibilitaria efetiva exploração das riquezas do país e o desenvolvimento das potencialidades nacionais.

Monteiro Lobato escreveu no livro **História das invenções** que foram as dificuldades que impulsionaram os homens, desde os primórdios da humanidade até o século XX. Segundo o escritor, os seres humanos “tiveram de correr, de pensar depressa, de inventar uma, duas, dez e cem mil coisas diferentes para vencer os obstáculos que as mudanças de clima e outras lhes vinham criando [e assim progrediram]” (LOBATO, 1935c, p.20). Desvendar aspectos de palavras como estas, editadas em um dos livros considerados paradigmáticos de Lobato, procurando perceber por meio delas representações do pensamento do autor sobre trabalho (formação para o trabalho) e progresso é o que procuramos fazer com este estudo.

CAPÍTULO I

**CONSIDERAÇÕES SOBRE MONTEIRO LOBATO E PRIMEIRAS
QUESTÕES SOBRE OS TEMAS TRABALHO E PROGRESSO: OS LIVROS
HISTÓRIA DO MUNDO PARA CRIANÇAS, HISTÓRIA DAS INVENÇÕES E
GEOGRAFIA DE DONA BENTA**

1.1 – Ideias, relações e atividades do escritor

José Bento Monteiro Lobato nasceu nos últimos tempos do Império e viveu num período em que transformações políticas-sociais concorreram para evidenciar mudanças que reconfiguraram o Brasil, como por exemplo: a abolição da escravidão, a proclamação da República, o Estado Novo e a redemocratização do Brasil em 1946. Lobato também foi testemunha da vigência e/ou votação de quatro constituições nacionais, e de duas guerras mundiais (PENTEADO, 1997, p.39).

Nesse contexto, observar as relações de Monteiro Lobato com o trabalho e a ideia de progresso poderá auxiliar na compreensão da formação de suas considerações sobre essas temáticas que posteriormente analisaremos nas suas obras.

Lobato nasceu em 1882 numa família abastada do interior paulista, donos de fazendas produtoras de café e outras propriedades, num momento em que entre as relações de trabalho tinha grande destaque a escravidão negra. Segundo Cavalheiro, quando menino Monteiro Lobato foi criado na “casa grande” convivendo com escravos e ex-escravos, sobretudo nas fazendas do pai e do avô, o Visconde de Tremembé. Na extensa biografia que escreveu, este autor relatou poucos fatos envolvendo o menino José Bento com os “empregados”, de forma um tanto idealizada apenas transcreveu informações de nostálgicas lembranças, situações de brincadeiras ou convivência cotidiana aparentemente harmoniosa (CAVALHEIRO, 1955, p.18-20).

Além disso, Cavalheiro (1955, p. 28) destacou que o avô de Lobato era um homem de “muita leitura”, e assim, bem informado, o que teria concorrido para que alforriasse seus escravos mesmo antes da lei Áurea. De acordo com o texto biográfico, escravidão era um assunto evitado pela família do Visconde de Tremembé. Anos depois, nos livros infantis de Monteiro Lobato o tema escravidão foi comentado, frequentemente por Dona Benta, como uma vergonha, pois a escravidão seria “a grande mancha da América” (LOBATO, 1933, p.282), “a grande tragédia da América, a qual daria origem a grande tragédia da África [...] Virou a maior tragédia da história.” (LOBATO, 1935b, p.191) O escritor apresentou este sentimento de forma destacada em relação

ao Brasil pelo fato de ter sido o último país a abolir este sistema, em 1888 (LOBATO, 1933, p.283), e sua posição sobre o tema acentuava a questão do atraso nacional que a escravidão traduzia.

De fato, a escravidão foi uma pauta polêmica e frequente nas discussões sociais e econômicas brasileiras desde pelo menos meados do século XIX. Houve uma grande preocupação relativa à nova estrutura social que urgiria com a abolição, sobretudo pelos governantes e pelos senhores de escravos que esboçavam um grande receio quanto à ordem socioeconômica que poderia ser abalada pela falta de trabalhadores e, também, pela recolocação dos libertos na sociedade. Assim, a iminência da abolição nos anos 1880 intensificou as discussões sobre a transição e constituição de um novo mercado de trabalho, agora livre, que necessitava de elementos adequados e meios de torná-los disciplinados. (NAXARA, 1998, p.52) A chegada de imigrantes/trabalhadores europeus brancos foi saudada por muitos como uma possibilidade de salvação nacional.

Anos depois, na década de 1930, foi possível perceber a desaprovação do sistema escravista nas obras de Monteiro Lobato. Entretanto, sua perspectiva foi permeada por considerações que remetiam à grande questão de sua época: como formar o homem nacional, o trabalhador brasileiro. No livro **Geografia de Dona Benta**, o autor escreveu que o Rio de Janeiro sofreu com a lei que libertou os escravos, pois era uma das províncias que mais os possuía e que “do dia pra noite” (em 13 maio de 1888) os ex-escravos abandonaram as fazendas:

E como os fazendeiros não encontrassem homens livres em quantidade suficiente para os substituir nos trabalhos da lavoura, a região sofreu muito, ficando arruinada. O sapé e a saúva tomaram conta das terras. (LOBATO, 1935b, p.60)

Neste mesmo livro, foi apresentada, em princípio como legítima, a ideia da escravidão como uma necessidade de trabalhadores para exploração das terras americanas, na época de suas descobertas, pois visaria o “progresso”. Segundo o escritor, a escravidão foi distorcida devido à crueldade dos brancos e à ganância dos povos considerados “civilizados”, pois “[...] excedeu a tudo quanto se possa imaginar. Pegar negros na África para exportá-los para a

América tornou-se o grande negócio dos tempos.” (LOBATO, 1935b, p.191). Assim, mesmo condenando a prolongada escravidão que vigorou no Brasil, Lobato não deixou de reforçar a tese de civilidade, de uma espécie de hierarquia entre os povos.

Nos livros, as explicações de Dona Benta sobre a escravidão provocaram grande indignação e reação dos outros personagens, sobretudo as crianças. Mas nesses relatos Lobato não deixou de destacar questões sobre o trabalho e o crescimento do país.

Essa preocupação havia permeado as discussões que, a partir das décadas finais do século XIX, consideravam os libertos, os ingênuos (filhos livres de pais escravos) e os pobres livres pessoas desqualificadas em uma sociedade que almejava o modelo europeu de desenvolvimento e civilização. O imigrante europeu era uma das soluções mais evidentes, pois traduzia o trabalhador apto à promoção do progresso do país (NAXARA, 1998, p.52-53). Contribuindo para embranquecer a população do país (um tema que ganhou importância singular a partir do início das discussões mais evidentes sobre o fim da escravidão e a imigração, na década de 1870) esse trabalhador europeu era uma possibilidade de solução para o dilema nacional, que muitos viviam, sobre a impossibilidade de futuro de um país mestiço, naqueles que eram tempos de difusão de teses sobre a superioridade racial branca, que no Brasil ganhavam diferentes traduções (cf. SCHWARCZ, 1993).

Este tema, amplamente debatido no Brasil das primeiras décadas dos Novecentos, ganhou maior dimensão nas obras de Lobato nos anos 1930 nas quais, raça, progresso e desenvolvimento foram exaltados, após sua experiência nos Estados Unidos. No livro **História do mundo para as crianças**, ao justificar a importância dos “teutões” (“raça que os sábios consideram a melhor de todas”)¹⁷ para a história do mundo, a personagem Dona Benta assim se expressou:

Oh, porque foi deles que saíram os principais povos modernos – os ingleses, os franceses e os alemães. Eram bárbaros,

¹⁷ Lobato definiu os “teutões” como grupos de “bárbaros invasores” formados nas costas do mar Mediterrâneo que pertenciam à raça ariana que, após receber cultura e educação associadas à sua inteligência e qualidades naturais, se tornaram os “grandes povos modernos que hoje mandam no mundo”. (LOBATO, 1933, p.140-146).

selvagísimos, mas possuíam inteligência e muita capacidade para aprender coisas depressa. (LOBATO, 1933, p.142)

Este assunto permaneceu em pauta para o autor como podemos observar numa carta datada de 1946, quando ao expressar seu pensamento a respeito da mão de obra do imigrante europeu utilizada na América do Sul afirmou: “Com os músculos do imigrante entra também o cérebro – e o rendimento de um cérebro importado é muitas vezes fabuloso.” (Carta, 13/08/1946. LOBATO, 1986, p.120).

Importante lembrar que o final legal da escravidão em todo o Brasil, em 1888, foi precedido por um longo processo que inclusive resultou em tentativas de educação dos filhos livres de escravos (BERTUCCI; SILVA, 2014, p.107). Além disso, a transição do sistema de trabalho, que culminou no 13 de maio, teve desdobramentos nos anos seguintes resultando num reajuste na maneira de pensar da população em geral, sobre temas como ociosidade e vadiagem, cada vez mais percebidos como formas perigosas de existência, que poderiam influir no aumento dos crimes. O trabalho seria, cada vez mais, uma virtude. (CHALHOUB, 1986, p.39-41; KARVAT, 1996, p.27-28) Nesse contexto, a educação se estabeleceu como meio para o desenvolvimento e o progresso, estando em pauta nas discussões governamentais e sendo mais tarde acoplada aos discursos republicanos, com ênfase redobrada, pois evidente permeada pela tese progresso/civilidade (BERTUCCI; SILVA, 2014, p.107-109).

O Brasil do início do século XX apresentava um constante desenvolvimento das cidades, notadamente no sudeste, mas, também, em outras regiões. Esse crescimento pode ser associado à exploração e exportação agrícola do café que, direta e indiretamente, concorreu para a vinda de muitos imigrantes e para a multiplicação do número de estabelecimentos fabris e comerciais em núcleos urbanos. Desde o século XIX o café esteve associado à riqueza, quando o cultivo concentrou-se nas áreas do Vale do Paraíba mais próximas ao Rio de Janeiro (MARCONDES, 1998, p.258). Devido ao desgaste do solo, a cultura do café teve como característica o deslocamento geográfico e os cafezais adentraram terras paulistas, primeiro ainda no Vale do Paraíba. E nas décadas finais dos Oitocentos, o solo virgem e mais fértil do

chamado Oeste Novo Paulista conquistou expansão e destaque (FARIA 1995, p.81).

Monteiro Lobato testemunhou a decadência do Vale do Paraíba paulista. A localidade de Areias, quando o escritor foi Promotor Público em 1907, vivenciava a derrocada da produção cafeeira da região. Anos antes, em 1836, este município foi considerado o produtor número um de café da província de São Paulo (102.797 arrobas) (FARIA 1995, p.69). Para Lobato, essa decadência teve três causas principais: a monocultura do café, o caboclo e o “parasitismo burocrático”; as quais foram associadas e transportadas para uma preocupação nacional que, mais tarde, tornaram-se parte de um panorama crítico do autor sobre a sociedade brasileira das primeiras décadas republicanas. Assuntos que foram apresentados em textos que, em 1919, foram editados no livro **Cidades mortas** e obras posteriores do autor (CAMPOS, 1986a, p.11).

Em texto de 1906, publicado neste livro, Monteiro Lobato assim se pronunciou sobre a questão das terras que se encontravam mortas à mercê de saúva e sapé:

Por ela passou o Café, como um Átila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão ensacada e mandada para fora [...] Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos a virgindade da terra nova [...] o deserto – o tremendo deserto que Átila Café criou [...] O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali rumo Oeste (LOBATO, 1951b [1919], p.6-7).

Num texto intitulado “Café! Café!” escrito em 1900, Lobato, herdeiro de fazenda e produção de café, se referiu à baixa no valor do produto como uma responsabilidade do governo: “E este governo, santo Deus, que não protege a lavoura, que não cria bancos regionais, que não obriga o estrangeiro a pagar o precioso grão a peso de ouro!” (LOBATO, 1951b [1919], p.177) No mesmo texto o autor advertiu que o café era tudo, só se plantava “Café, só café” e com as excessivas colheitas os produtores foram abarrotando os mercados, o que fez com que os preços baixassem cada vez mais ¹⁸. Neste caso, o alvo principal das críticas de Lobato era a monocultura do café que, além de deixar o solo frágil, tornava a economia nacional refém daquele produto. Podemos

¹⁸ Sobre a crise na cafeicultura, veja SILVA, 1975.

inferir que neste mesmo texto o autor apresentou como possível solução para o problema o cultivo de outras plantas como, por exemplo, o feijão e o milho. Ironizando o produtor de café, o escritor assim se expressou: “Aconselharam-lhe o plantio de cereais; o feijão andava caro, o milho dava bom lucro. Nada! O homem encolerizava-se e rugia: Não! Só café! Só café!” (LOBATO, 1951b [1919], p.179).

Anos depois, em seus livros paradidáticos dos anos 1930, o autor retomou o tema para criticar a atuação incerta do governo sobre o café (compra, queima ou joga ao mar (CASSAL, 2003, p.236)). Na ficção, Dona Benta também era produtora de café no Sítio do Picapau Amarelo: “Até eu sou produtora de café. O ano passado vendi 460 arrobas, que neste momento estão... Onde estarão? Em que país estará sendo bebido o meu cafezinho do ano passado? [...] Como também pode ser que o nosso bom governo o esteja queimando lá em Santos”. (LOBATO, 1933, p.161).

Repetidamente, pela voz de Dona Benta, Monteiro Lobato expressou um descontentamento relacionado à política para o café que deveria estar arraigada em tempos anteriores. Dona Benta relacionou mais de uma vez suas dificuldades econômicas geradas pelo pouco lucro com o produto, por exemplo, no livro **História das invenções** quando afirmou:

Viagens dessas [de Zeppelin] custam muito dinheiro e o meu dinheiro vinha do café. Mas o governo entendeu de proteger o café e vocês sabem o que aconteceu [...] Os meninos ficaram de nariz comprido, furiosos com o governo. (LOBATO, 1935c, p.121)

Ou quando Pedrinho demonstrou interesse em ter um microscópio e a avó declarou: “Deixe. Quando o governo deixar de pôr fogo no meu café, comprarei um.” (LOBATO, 1935c, p.149).

Nestes textos, esta política do café foi apresentada como sinônimo de ignorância. Lobato, que havia se mostrado esperançoso com as mudanças anunciadas pela tomada do poder por Getúlio Vargas (mesmo sendo funcionário do governo anterior), não mediu palavras para criticar: “O nosso cérebro aqui, no Brasil, por exemplo, que produz café para queimar, é claro que já desceu da velocidade de 10 para a de 5”. (LOBATO, 1935c, p.90) Vale ressaltar que, além das críticas, não encontramos em outros textos sugestões

do autor de uma política para a cafeicultura diferente da que o governo federal tinha adotado.

A convivência de Monteiro Lobato com o meio rural, que se iniciou na infância, se estreitou ainda mais a partir de 1911 quando o avô, Visconde de Tremembé, morreu e deixou para o neto a fazenda Buquira. Lobato mudou-se para a fazenda e a administrou entre os anos de 1911 a 1917; tinha planos para desenvolver a propriedade, mas em carta de 1912 para Godofredo Rangel, desabafou suas frustrações e falou do caboclo brasileiro como “piolho da terra”. Em 1914 Monteiro Lobato escreveu o artigo “Velha Praga”, para o jornal **O Estado de S. Paulo**. (PENTEADO, 1997, p.31-55) Este texto, em forma de carta, teve grande repercussão e marcou o início da fama na carreira literária do autor. Nele Lobato criticava o homem do interior, que chamava de “caipira”, pela atitude de pôr fogo no mato o que conseqüentemente destruía o solo, representando a mão de obra desqualificada do caipira, do caboclo.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. Á medida que o progresso vem chegando [...] vai ele fugindo em silêncio [...] Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, 1951g [1918], p.235)

Desta forma, o escritor anunciou um dos seus temas preferidos, a denúncia da falta de civilização da gente do Brasil. No mesmo ano da publicação de “Velha Praga”, Monteiro Lobato enviou para o mesmo jornal outro artigo denominado “Urupês”, no qual ele apresentou o personagem Jeca Tatu. (SILVA, 2012, p.19). O Jeca representava a raça, ou sub-raça, brasileira que, segundo o autor: “existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução impenetrável ao progresso. Feia e sorna nada a põe de pé.” (LOBATO, 1951g [1918], p.243).

Os artigos “Velha Praga” e “Urupês”, que compuseram o livro de nome **Urupês** de 1918, podem ser entendidos também como um desabafo pessoal, sendo que tratavam dos problemas da vivência do autor no espaço rural, administrando e vivendo como fazendeiro. Em entrevista publicada na compilação denominada **Prefácios e entrevistas** Lobato admitiu que muito de

seus contos nasceram de situações pessoais: “Meus contos foram quase todos vingancinhas pessoais, desabafos.” (LOBATO, 1951f [1946], p.194).

Neste sentido, o texto sobre o Jeca Tatu publicado no **O Estado S. Paulo** em 1914 (depois editado em coletânea de 1918) apresentou o brasileiro do interior (geralmente, mistura de índio, branco português e/ou negro) com o qual Lobato se deparou mais de uma vez e que classificou, de maneira geral, como homem indolente, ignorante, preguiçoso, não civilizado, avesso ao trabalho. Afirmando que o Jeca era um sujeito “bonito no romance e feio na realidade” (LOBATO, 1951g [1918], p.245), Monteiro Lobato criou um estereótipo com a pretensão de combater outro (difundido pela literatura) que, segundo o autor, dissimulava a realidade: a visão idílica do homem do interior, habitualmente divulgada por personagens do indianismo de José de Alencar e outros autores (NAXARA, 1998, p.24; CAMPOS, 1986a, p.16-17). O autor condenava especialmente uma nova vertente; conforme escreveu: “O indianismo está de novo a deitar a copa, de nome mudado. Crismou-se de *caboclisto*” (LOBATO, 1951g [1918], p.242)¹⁹.

A aceitação do Jeca Tatu como símbolo do brasileiro preguiçoso e avesso ao trabalho, portanto, não foi unânime. Ao contrário, provocou uma reação ufanista ao caboclo brasileiro, entre elas a criação do “Mané Chique-Chique” uma “rocha viva da nacionalidade”, criado pelo deputado Ildefonso Albano, e o “Jeca Leão” figura de inúmeras virtudes e nenhum defeito, idealizado por Rocha Pombo. (CAMPOS, 1986a, p.17-18)

Com o Jeca Tatu, Lobato enumerou os defeitos do nosso caipira e o sentenciou como “incapaz de evolução” e “impenetrável ao progresso”. Nesse período, que corresponde a meados dos anos 1910, ficou evidente a proximidade com ideias de teóricos do darwinismo social (cujas teses circulavam no Brasil desde o final do século XIX) e tinham como pressuposto básico a defesa de que os sujeitos humanos seriam desiguais por natureza, dadas as diferentes aptidões inatas que faziam de alguns superiores e de outros inferiores, dividindo a humanidade em graus de maior ou menor desenvolvimento (CHAVES, 2003, p.31).

¹⁹ Sobre os dois grupos de escritores, ver: Campos, 1986a, p.8; Silva, 2012, p.33. Sobre escritores e o tema da formação do brasileiro nas primeiras décadas da república, ver também: Botelho, 2002; Cordeiro, 2005.

De maneira mais direta, Monteiro Lobato apontou o pensador Gustave Le Bon como um dos quatro pensadores (junto a Augusto Comte, Herbert Spencer e Friedrich Nietzsche) que mais influenciaram a sua formação intelectual em uma enquete de 1941 realizada para o jornal **O Estado de S. Paulo**. (CAMPOS, 1986a, p.13) Gustave Le Bon defendia que as diferentes raças humanas possuíam modos de pensar e agir, ideias de moral, crenças e instituições completamente diversos, estabelecidos pelos traços biológicos de cada uma delas. (CAMPOS, 1986a, p.12-15) Assim, Lobato sentenciou o caboclo: “está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro.” (LOBATO, 1951g [1918], p.240). A estagnação do Jeca Tatu refletiu esta ideia, no sentido de que a sua natureza era responsável por seu estado degradante. Sendo assim, este seria incapaz de progredir.

Seguindo esta lógica, o trabalhador brasileiro do interior do país seria responsável pela sua condição precária e pelo conseqüente atraso do Brasil. Para Marcia Naxara, as formulações sobre o homem nacional no período de 1870 a 1920 cristalizaram e generalizaram uma imagem do brasileiro “indolente, desqualificado, vadio”, atribuindo a ele características como “a preguiça, o conformismo, e a ideia de inadequação à civilização em marcha” (NAXARA, 1998, p.19). O Jeca Tatu de 1914 foi um retrato bem acabado deste homem.

Entretanto, no final dos anos 1910 Monteiro Lobato se encontrava muito impactado pelas ideias do Movimento Sanitarista²⁰, que ganharam difusão nacional, e também pelas teses eugênicas, embasadas na medicina experimental, que no Brasil foram relacionadas com práticas de higiene e salubridade. (BERTUCCI, 2007). No final de 1918 o autor reuniu, no livro **Problema vital**, textos publicados no decorrer daquele ano no jornal **O Estado de S. Paulo**. Lançado por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil (ambas organizadas em 1918), o livro foi

²⁰ Em 1931 em carta ao médico e amigo de muitos anos Arthur Neiva, um dos nomes mais significativos do movimento sanitário dos anos 1910, Monteiro Lobato afirmou: “Na minha sincera opinião, o senhor representa o que o país precisa – o homem moderno, isto é o homem de ciência para o qual não há salvação fora dela” (Carta, 13/02/1931. LOBATO, 1986, p.164).

apresentado como um meio privilegiado para divulgação e conhecimento dos “males que urgiam serem combatidos” no Brasil.²¹

Nestes escritos Lobato se mostrou convicto de que para redimir o país só havia um caminho, sanear o país curando “as mazelas do homem rural” (CAVALHEIRO, 1955, p.237). E no texto com o título “Jeca Tatu: a ressurreição” do livro **Problema vital**, Monteiro Lobato anunciou: “O Jeca não é assim; está assim” (LOBATO, 1951c [1918], p.221). O personagem Jeca Tatu ressurgiu, no texto escrito em 1918, realizando uma transição de causador para vítima da sociedade. Vítima de abandono, de verminoses e da ignorância, entre outros males, o homem do interior do Brasil precisava de cuidados médico-sanitários e de educação, teses defendidas pelos sanitaristas que eram amplamente combinadas com a “eugenia preventiva” (ou seja, relacionadas ao combate de fatores ambientais que poderiam comprometer a raça - ações de salubridade e de higiene pessoal). Para os sanitaristas, o meio rural ou sertão começava onde acabavam as grandes avenidas das maiores cidades brasileiras, o que determinou práticas deste grupo no meio urbano (LIMA; HOCHMAN, 1996; 2004; MARQUES, 1994; MOTA, 2003). Esta nova versão do Jeca Tatu foi popularizada através da figura do Jeca Tatuzinho²², criado em 1924, símbolo deste pensamento renovado do autor que foi difundido por Cândido Fontoura (amigo de Lobato), por meio de uma campanha publicitária dos produtos do seu laboratório, notadamente do Biotônico Fontoura. Esse material publicitário consistia em histórias infantis que quando alardeavam os benefícios do produto repassavam os princípios básicos de higiene e salubridade (NAXARA, 1998, p.27-28; BASTOS, 2009).

Outro veículo de grande importância na divulgação das ideias de Monteiro Lobato como também do movimento sanitarista foi a **Revista do Brasil** (SÁ, 2009, p.190), fundada em São Paulo no ano de 1916 com a participação de Lobato, que se tornou proprietário e editor em 1918²³. Entre os

²¹ Interessante observar que no mesmo ano foi lançada outra coletânea de textos de Lobato na qual estava incluído o texto com a primeira versão do Jeca Tatu, a de 1914.

²² O Jeca Tatuzinho, vítima da falta de saúde que causava a sua indolência, foi utilizado como “garoto propaganda” de remédios fabricados por Cândido Fontoura, amigo de Monteiro Lobato, e, em grande parte graças ao Biotônico Fontoura, o personagem tornou-se muito popular (BASTOS, 2009)

²³ A carreira de Monteiro Lobato como editor/dono de editora foi a seguinte: além de comprar em 1918 a **Revista do Brasil**, em 1919 forma a Olegário Ribeiro, Lobato & Cia. Em 1920 esta empresa é convertida em Monteiro Lobato & Cia, agora em sociedade com Octalles Marcondes

temas principais da revista esteve o desejo de uma “unidade nacional”. O periódico foi um instrumento de difusão de valores culturais e morais brasileiros que pretendia auxiliar no reconhecimento dos brasileiros como membros de uma nação, construindo assim uma identidade. Entre as temáticas mais difundidas encontravam-se a questão do saneamento e higiene, e a organização do trabalho no Brasil (CAMPOS, 1986a, p. 23-25).

A ligação da saúde com o trabalho permeou o tema do brasileiro saudável e vigoroso em textos de Monteiro Lobato. Afinal, num país “doente” como haver mão de obra qualificada? Como escreveu o autor ao comentar, no livro **Problema vital**, o flagelo dos brasileiros acometidos por toda sorte de doenças, principalmente pela ancilostomose e pela doença de Chagas:

Braços! Braços! Há fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma das grandes empresas açucareiras de Cuba. É que os braços estão aleijados. Há-os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária, o que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses – o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição. Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem dará é a higiene. (LOBATO, 1951c [1918], p.242)

A construção de uma “sociedade do trabalho” que era almejada desde o final do século XIX, além de garantir a manutenção da ordem seria a base do progresso, pois implicaria numa sociedade disciplinar formada de cidadãos, além de saudáveis, “morigerados e operosos”. (KARVAT, 1996, p.30-31).

Monteiro Lobato construiu ao longo da sua vida e das suas experiências a ideia de que educando crianças se conquistaria um futuro melhor e se conseguiria resolver os problemas brasileiros, levando o país ao progresso. Sobre isto, em carta de 1936 para Vicente Guimarães²⁴, também escritor infantil, assim se expressou:

Ferreira, empresa que em 1924 é transformada em Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato que encerra sua atividade em 1925. No ano mesmo Octalles Marcondes Ferreira cria a Companhia Editora Nacional a qual Lobato se associa uns meses depois. Em 1930 Monteiro Lobato vende suas ações para o sócio.

²⁴ Vicente de Paulo Guimarães, tio do escritor Guimarães Rosa, foi redator de **O Diário** de Belo Horizonte em 1936 e fundador do suplemento infantil deste jornal. Foi também criador da

Uma coisa que sempre me horrorizou foi ver o descaso do brasileiro pela criança, isto é, por si mesmo, visto como a criança não passa da nossa projeção para o futuro. E assim como é de cedo que se torce o pepino, também é trabalhando a criança que se consegue boa safra de adultos. (Carta 12/1/1936, LOBATO, 1986, p.97)

O pensamento do autor estava conjugado à ideia disseminada socialmente de que somente por meio da educação seria possível formar uma nação com uma população saudável, trabalhadora e progressista. Nestes termos, a educação era considerada um importante elemento para a regeneração nacional, instrumento de moralização e civilização do povo, ideal que permeou a criação dos primeiros grupos escolares no Brasil, ainda no final do século XIX, e sua paulatina difusão nacional nas primeiras décadas do século XX (SOUZA, 1998) ²⁵. Vale ressaltar que o processo de difusão dos grupos escolares, conjugado com a reforma das Escolas Normais, foi combinado à difusão de escolas profissionalizantes. Podemos apontar como exemplo as Escolas de Aprendizes Artífices instaladas nas capitais dos estados da federação a partir de 1909, por meio do Decreto Federal nº 7.566, e os Liceus de Artes e Ofícios, criados anteriormente, no final do século XIX, nas principais cidades brasileiras. (BERTUCCI; SILVA, 2014, p.108)

A organização dos grupos escolares esteve associada à discussão e ao desejo de uma educação considerada moderna com o intuito de promover uma renovação do sistema oficial de ensino elementar. Neste contexto, o grupo escolar recebeu destaque, sendo considerado um modelo entre as instituições de ensino primário, pois foi caracterizado como uma reorganização da escola primária inspirada nas experiências europeias e norte-americanas. São Paulo tornou-se referência quanto a esta modalidade, que lá nasceu em 1894 e influenciou outras unidades da federação até a década de 1920 (BERTUCCI, 2013, p. 221).

Ao disseminar valores e normas sociais e educacionais que atenderam aos princípios da República, os grupos escolares tornaram-se assim a materialização deste regime político, pois representaram um projeto cultural a

revista **Era uma vez**, fundador da Biblioteca Infantil Caio Martins em 1941, diretor da **Revista Sesinho** e autor de vários livros infantis (NUNES, 1986b, p.302).

²⁵ A criação do grupo escolar não resultou na extinção dos outros tipos de escolas primárias, elas funcionaram concomitantemente.

ser operacionalizado pela escola. Esse projeto consistia na formação do cidadão brasileiro abrangendo os âmbitos morais e cívicos, e valorizando o conhecimento científico em prol da preparação para o trabalho, respaldando-se no argumento de que o homem moderno necessitava de uma soma maior de conhecimentos (SOUZA, 1998; MONARCHA, 1999; VIDAL 2006; BERTUCCI, 2014).

A estrutura deste novo modelo de educação estava baseada numa organização administrativa e pedagógica mais complexa com objetivo de tornar o ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. Isto implicava agrupar os alunos de acordo com a classificação em níveis de conhecimento, que seriam distribuídos em séries, nas quais o ensino seria aplicado de forma simultânea. (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

A proposta pedagógica adotada para atingir os objetivos dos grupos escolares estava pautada no método intuitivo, que pressupunha um ensino concreto baseado no desenvolvimento dos sentidos, reconhecendo que a criança precisava de outras linguagens além da “palavra do mestre”, o que estimulou a leitura. De acordo com as novas exigências combinadas pelo método intuitivo e a forma simultânea de ensino - em que o professor se dirigia a toda a classe - havia a necessidade de material didático em abundância, para que todos o tivessem, mas que o utilizassem individualmente, possibilitando o manuseio deste e a participação de todos e ao mesmo tempo nas atividades escolares. Desta forma, os materiais escolares, que em sua maioria eram livros, tornaram-se uma ferramenta do trabalho docente e facilitadores da aprendizagem. Conseqüentemente, os professores construíram uma relação de dependência direta entre o método e o seu uso. (SOUZA, 1998)

Dentro de um panorama caracterizado pelo aumento do consumo de livros didáticos associados à educação elementar, à conseqüente expansão editorial e ao desenvolvimento da escolarização foi inserida a produção infantil de Monteiro Lobato. Em sua primeira investida, o autor lançou em 1921 um livro de leitura intitulado **Narizinho arrebitado**. Esta obra, submetida à aprovação do governo de São Paulo, foi aceita e adotada para uso no segundo ano das escolas públicas. (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETTA, 1998) A partir de então, seus livros infantis foram amplamente difundidos na escola.

Nas escolas das décadas de 1920 e 1930, o desenvolvimento da leitura foi considerado o meio de preparar os alunos para decifrar a cultura urbana, uma cultura baseada em escritos que pretendia a absorção e profusão de informações. Esta imersão no discurso impresso também despertou uma nova sensibilidade que relacionava o prazer pela leitura como partícipe do trabalho dentro da escola. (VIDAL, 2002, p.353) Desta forma, a partir dessas ideias sobre leitura, o livro de literatura infantil ganhou espaço.

Nesse contexto, as editoras tiveram o desafio de criar e publicar obras não mais definidas pelas temáticas e sim pelo público leitor escolar e produzi-las em grande quantidade, realizando uma produção em série. Esse processo provocou a industrialização da literatura, gerou muito lucro para as editoras e marcou uma relação mais estreita entre sistema escolar e indústria livreira. Nesta rede, em que o papel da indústria livreira foi criar, produzir e divulgar os livros, a escola ficou incumbida pela seleção, adoção e circulação destes produtos editoriais. No entanto, este processo complexo envolvia interesses políticos, econômicos e sociais. (MELO, 2004; BRAGANÇA, 2002, p.458)

A produção infantil de Monteiro Lobato iniciada em 1921 foi marcada por essa perspectiva múltipla. Segundo declarou o próprio escritor em carta a Godofredo Rangel, o seu interesse pela escrita infantil partiu de um desejo particular de oferecer aos seus filhos e, numa proporção maior aos pequenos brasileiros, uma literatura de qualidade que despertasse o prazer pela leitura. No entanto, na mesma ocasião o escritor escreveu que o texto infantil poderia ser fonte de ensinamentos morais para as crianças, destacando a importância das fábulas, afirmou: “A moralidade nos fica no subconsciente para ir se revelando mais tarde, à medida que progredimos em compreensão.” (Carta, 08/09/1916, LOBATO, 1959a [1944], p.104).

Os livros de Monteiro Lobato começaram a ser difundidos nos grupos escolares numa rede que articulou a indústria livreira e a educação. Neste período, primeira metade dos anos 1920, Lobato atuou como escritor e editor e investiu em livros indicados para um público específico, o escolar. Naquela conjuntura, seus livros infantis tiveram circulação garantida devido à compra destes pelo Estado de São Paulo, o que garantiu um retorno seguro de investimento. (CECCANTINI, 2009, p.77)

Desta forma, a maneira como foram escritos estes livros, a quem foram destinados e com que propósitos, as interferências que sofreram no processo de edição e publicação, a circulação e a divulgação destas obras revelam muito de sua natureza. Conforme afirma Chartier: “os dispositivos formais — textuais ou materiais — inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam organizando-se, portanto, a partir de uma representação da diferenciação social” (CHARTIER, 1991, p.186).

Monteiro Lobato, que assumiu o cargo de Adido Comercial junto ao Consulado brasileiro de Nova Iorque em 1927, por indicação do amigo Alarico Silveira, Ministro chefe da Casa Civil do Presidente da república Washington Luís (1926-1930) (PENTEADO, 1997, p. 33)²⁶, voltou ao Brasil em 1931, depois do novo chefe do executivo brasileiro, Getúlio Vargas, dispensar vários funcionários do Consulado. O escritor estava com a situação financeira abalada após ter perdido muito dinheiro com o “crack” da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que afetaria a economia mundial. No Brasil, Lobato não conseguiu manter seu negócio editorial, vendeu sua parte na Companhia Editora Nacional (fundada em 1925) para o sócio Octalles Marcondes Ferreira, e intensificou a escrita de livros infantis que tinham um público certo e garantido, devido à sua adoção nos grupos escolares (ALCANFOR, 2010, p.147). Na década de 1930 a produção literária para crianças se tornou sua principal fonte de renda. O autor escolheu assuntos ou conteúdos escolares para compor o tema principal de alguns de seus livros, ampliando seu cunho didático e direcionando-os ainda mais para a escola com a produção das suas obras infantis paradidáticas.

O sucesso de vendas dos livros infantis de Lobato segundo alguns autores, como Marisa Lajolo (2000) e Alice Mitika Koshiyama (1982) foi, em grande parte, proveniente de um comprador providencial, o governo paulista, o que foi possível devido à rede de contatos do escritor, que auxiliou na distribuição e divulgação de seus livros nos grupos escolares. Para seu primeiro livro infantil, **Narizinho arrebitado**, Lobato produziu uma tiragem pouco comum. Segundo Marcia de Paula Gregorio Razzini (2011, p.6) foram

²⁶ Em 1907, Monteiro Lobato também havia sido promovido a Promotor Público de Areias (SP) por Washington Luís, quando este ocupava o cargo de Secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo.

50.000 exemplares, dos quais 30.000 vendidos ao governo de São Paulo. Enquanto que Cilza Carla Bignotto (2007, p.240) informa que em 1921 foram vendidos os 50.000 exemplares para as escolas do Estado de São Paulo. Para Razzini: “O caso isolado da grande tiragem de **Narizinho arrebitado** indica que Monteiro Lobato confiava muito nas possibilidades de adoção oficial do seu livro de leitura” (2011, p.9). A aceitação deste livro foi narrada por Carmen Lúcia Azevedo (1997, p.161), que descreveu o episódio em que o então governante paulista Washington Luís, junto a Alarico Silveira, seu Secretário do Interior, teriam presenciado o gosto das crianças pelo livro de Lobato num grupo escolar e por esse motivo decidiram investir na grande compra e distribuição deste para os escolares, ampliando a circulação da obra infantil do autor na educação formal pública. Vale ressaltar que neste período os livros escolares eram escolhidos e controlados pelos estados por meio da Diretoria de Instrução Pública. (FILGUEIRAS, 2013, p.165)

Desta forma, Koshiyama (1982) e Bignotto (2007) atentam para o fato de Monteiro Lobato ter íntima amizade com Alarico Silveira e ótimas relações com Washington Luís (que inclusive o nomeou como representante comercial brasileiro nos Estados Unidos) e apontam estas relações sociais como corresponsáveis pela adoção e sucesso dos livros de Lobato na educação pública de São Paulo, já em sua primeira iniciativa. Segundo Razzini (2011), também foram fundamentais as relações de Monteiro Lobato com alguns membros da Liga Nacionalista²⁷, os quais eram responsáveis pela escolha dos livros didáticos para as escolas públicas através da Comissão estadual de 1918, notadamente com o educador Sampaio Dória, que exerceu a função de Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo entre 1920 e 1922. Segundo Bignotto (2007, p.387) Lobato publicou, entre 1922-1924, os seguintes livros de Dória: **O que o cidadão deve saber; Como se ensina; Como se aprende a língua; A questão social e Questões de ensino**. A mesma autora informa que Sampaio Dória foi também “[...] sócio da Cia Graphico-Editora Monteiro

²⁷ A Liga Nacionalista de São Paulo foi fundada no final do ano de 1916 como uma associação extrapartidária que tinha por objetivos principais “lutar pelo voto secreto e obrigatório, pela efetiva aplicação da lei da obrigatoriedade do serviço militar e pela difusão da instrução e desenvolvimento da educação em todo o país”. Entre seus membros havia a predominância de profissionais liberais, muitos deles ligados ao jornal **O Estado de S. Paulo** e/ou com participação política. (LEVI-MOREIRA, 1984, p.67-71)

Lobato, conforme atestam os estatutos da empresa quando de sua fundação, em 29 de maio de 1924” (BIGNOTTO, 2007, p.388).

Ao considerar que as aprovações oficiais de cartilhas e livros de leitura naquele momento eram restritas, existem assim fortes indícios de que a aprovação de **Narizinho arrebitado** e outros títulos de Lobato que vieram a seguir foram, em grande parte, além do evidente valor literário, provenientes de uma rede densa de relações pessoais e profissionais que esse autor/editor mantinha com homens de letras e com autoridades de ensino.

Monteiro Lobato acompanhou o início do governo Getúlio Vargas à distância e se entusiasmou com a chamada “Revolução de 1930”. Em carta para Getúlio Vargas, ao apresentar um parecer sobre o trabalho nos Estados Unidos, Lobato finalizou saudando o novo chefe de Estado:

São estas as conclusões que julguei de meu dever apresentar a Vossa Excelência neste momento em que todos os brasileiros sentem as esperanças renascidas [...] Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. (Carta, 09/12/1930. LOBATO, 1986, p.128).

Lobato há anos se posicionava através de seus livros diante de questões que permeavam os debates nacionais sobre o futuro do país (CAMPOS, 1986b, p.67). Especialmente na década de 1930, a produção infantil do escritor foi extensa e apresentou reflexos de seu pensamento influenciado pelas mudanças que ocorreram neste período, destaque para as educacionais, com a difusão evidente das teses da Escola Nova e reformas do sistema educacional em diferentes partes do Brasil (cf. MIGUEL; VIDAL; ARAÚJO, 2011).

Em meio à produção infantil deste período encontravam-se livros para serem utilizados na escola com o intuito de ensinar conteúdos específicos. Podemos situar os livros paradidáticos dentro de uma proposta de literatura que teve como objetivo também alertar as crianças sobre os problemas brasileiros a fim de prepará-las para enfrentar e modificar aquela situação, postura que acompanhou o escritor desde o início da sua carreira literária nos textos destinados aos adultos. Ao conjugar o livro à escola e aos seus conteúdos obrigatórios, Lobato conseguiu uma abertura para a difusão destas

obras no ambiente escolar, atingindo muitas crianças. O autor traduziu suas ideias sobre muitas questões que se conectaram com o seu ideal de sociedade baseada no trabalho e no progresso em obras destinadas à formação das crianças.

1.2 - Dos “peludos” aos homens do século XX: o progresso como resultado do trabalho

Escritor respeitável, advogado, jornalista, descendente de cafeicultores, cidadão preocupado com seu país, todos estes predicados devem ter concorrido para a escolha de Monteiro Lobato para o cargo de Adido Comercial junto ao Consulado brasileiro de Nova Iorque em 1927. Também foram estes mesmo predicados que muito influenciaram a formação e mudanças do pensamento de Lobato sobre o trabalho, o trabalhador e o progresso.

É possível localizar a sua ida aos Estados Unidos como um momento de preponderante transformação sobre essa temática. A experiência de morar em Nova Iorque, unida a toda sua trajetória de vida, refletiu significativamente em sua literatura. Neste sentido, concordo com Naxara que afirma ser a literatura “[...] fonte inesgotável para o conhecimento histórico dos povos, na medida em que manifesta, discute, transmite e produz os valores e o imaginário que circulam pela sociedade, fazendo parte da sua tessitura.” (NAXARA, 1998, p.111) Também levo em consideração a perspectiva de Chartier, quanto ao texto de gênero literário como documento histórico, que carrega em si conceitos e obsessões dos seus produtores tendo por objetivo a criação de uma realidade histórica seguindo as características específicas de produção mas, também, de acordo com a intencionalidade da sua escrita. (CHARTIER, 1990, p. 62-63).

Assim, as reflexões quanto às representações de trabalho eficiente e progresso neste capítulo irão se direcionar principalmente às três obras em que estas relações se apresentaram mais intensamente, não deixando de abordar os demais livros, pensando num todo que pode auxiliar na compreensão das partes. Isto é, observar a perspectiva de trabalho e progresso de Monteiro Lobato e de que maneira ela avançou pelo contexto político, educacional, econômico e social, compreendendo as intenções do autor em seus discursos.

Os livros selecionados neste primeiro momento são **História do mundo para as crianças**, o primeiro dos considerados paradidáticos, escrito em 1933, **História das invenções** e **Geografia de Dona Benta** ambos de 1935. Os três livros foram lançados pela Companhia Editora Nacional – São Paulo e incluídos na Biblioteca Pedagógica Brasileira série 1, dirigida por Fernando de Azevedo, que correspondia a uma seleção de livros indicados para a escola. No início do livro **Geografia de Dona Benta**, Lobato, pela voz de D. Benta, demonstrou seu interesse e entusiasmo em escrever outros livros nestes moldes, ou seja, direcionados ao aprendizado de algumas matérias: “Poderei contar muitas histórias assim – história da Física, história da Química, história da Geologia, história da Geografia.” (LOBATO, 1935b, p.11)

Uma característica comum dos livros é que são três adaptações declaradas de livros estrangeiros²⁸: **História do mundo para crianças** recriou a obra norte-americana **A child’s history of the world**²⁹ (1924) de Virgil Morres Hillyer. O livro de Lobato corresponde a um compêndio da história universal que contou principalmente as conquistas de povos e homens, sobretudo territoriais, dando destaque para as guerras e disputas de poder. Segundo Míriam Pallotta: “O conceito de história assumido pelo livro privilegia dos assuntos ‘guerras’ que são condenadas, e ‘invenções’ que representam o saber e são enaltecidas.” (PALLOTTA, 2009, p.233) O enredo do livro de Lobato se desenvolveu a partir da chegada da obra do Senhor Hillyer no Sítio do Picapau Amarelo e da decisão de Dona Benta de contá-la aos “meninos” e “ao seu modo”:

Uma tarde o correio trouxe-lhes um pacote com duas obras de lindas sobrecapas coloridas – sistema americano. De fato vinham dos Estados Unidos e eram a *Child’s History of the World* e a *Child’s Geografy of the World*, de V. M. Hillyer, diretor da Calvert School, de Baltimore. Dona Benta leu os livros com cara de quem estava gostando; depois folheou e releu vários volumes de sua biblioteca, que tratavam de assuntos semelhantes, e disse consigo: “Bela ideia! A história do mundo é um verdadeiro romance que pode muito bem ser contado as crianças. Meninos assim da idade de Pedrinho e Lucia estou

²⁸ Não foi nosso objetivo analisar as obras originais estrangeiras, portanto as informações que possuímos foram retiradas dos livros de Monteiro Lobato e de estudos feitos por outros pesquisadores.

²⁹ Esta obra também foi traduzida e adaptada por Godofredo Rangel, amigo de Lobato, com o título de **Pequena história do mundo para crianças**. (PALLOTTA, 2009, p. 222).

certa de que não de gostar e aproveitar bastante.” (LOBATO, 1933, p.7)

A forma escolhida para esta ação se concretizar foi em serões de leitura, ou seja, a reunião dos personagens geralmente na sala de estar e à noite, em que a avó contava a história do livro, neste caso, utilizando uma linguagem simples e acessível, e as crianças em volta escutavam e dialogavam com a história.

A personagem se utilizou de muitas estratégias, especialmente do uso de uma linguagem coloquial e do incentivo à participação ativa das crianças durante a narrativa. Para Lucila Bassan Zorzato (2009, p.155) esta forma de ensino parece concretizar o intuito pedagógico de Lobato nas obras conduzidas por Dona Benta. De acordo com Sueli Tomazini Cassal (2003, p.161), quando Monteiro Lobato resolveu se dedicar exclusivamente para a literatura infantil “José Bento” se transformou em “Dona Benta” voltando-se basicamente para a pedagogia e se dedicando à utopia de educar a infância na pretensão de criar um homem novo que poderia ser o sujeito de uma eventual mudança no Brasil.

A maneira particular com que Dona Benta promovia a aprendizagem no Sítio, ensinando os meninos através dos livros, aproximava-se do método socrático ou maiêutico. Esta influência é revelada na obra **História do mundo para as crianças**, ao se referir a Sócrates como “o melhor e mais sábio homem que a humanidade produziu” e assim justificar esta consideração:

[...] andava pela cidade ensinando o povo a pensar, mas em vez de ensinar como os demais, dizendo isto é assim ou assado, empregava outro sistema – fazia perguntas e ia indo até que por si mesmo o discípulo achasse a resposta exata. A esse sistema ficou ligado o seu nome. Chama-se o método socrático.” (LOBATO, 1933, p.95).

Vale assinalar que foi Dona Benta quem direcionou o enredo dos livros **História do mundo para crianças**, **História das invenções**, **Geografia de Dona Benta** e **Serões de Dona Benta**. E que este formato de narrativa refletiu também o pensamento didático de Lobato, que se aproximava dos ideais da Escola Nova, sobretudo quando envolvia uma aprendizagem reflexiva e participativa, visando a formação de um indivíduo com esse perfil e características.

História das invenções e **Geografia de Dona Benta** são adaptações, respectivamente, dos livros **The story of inventions: Man, the miracle maker** (1928) e **Van Loon's geography: the story of the world we live in** (1932) do escritor holandês naturalizado norte-americano Hendrik Van Loon, citado por Lobato como um “sábio americano”. (LOBATO, 1935c, p.7)³⁰. Carlos Cortez Minchillo traça algumas similaridades entre Van Loon (1882-1944) e Monteiro Lobato, destacando que ambos se dedicaram a diferentes questões, escreveram sobre diversos assuntos, tinham o objetivo de atingir as crianças por meio de um texto instigante para o mundo das ciências e obtiveram grande sucesso. (MINCHILLO, 2009, p.306 - 307)

Em **História das invenções**, na voz da matriarca do Sítio do Picapau Amarelo, Monteiro Lobato dedicou um livro inteiro para falar das invenções do homem, formando um panorama linear e eurocêntrico do progresso social e científico da humanidade. Em todo o texto da obra, pela voz de Dona Benta, referiu-se a partes do livro original em inglês, fazendo comentários sobre o autor e deixando claro que se tratava de uma adaptação. No início do volume Lobato/Dona Benta sintetizou o enredo do livro:

Ora, neste livro o Senhor Van Loon trata de mostrar como esse bichinho homem, que já foi peludo e andava de quatro, chegou a desenvolver seu cérebro a ponto de medir a distância entre os astros e a calcular o tamanho dos átomos.

— Como foi isso?

— Inventando coisas. O homem é um grande inventor, e a história do homem na Terra não passa da história de suas invenções com todas as consequências que elas trouxeram para a vida humana.

É mais ou menos isso o que Van Loon diz neste prefácio. Vamos agora ver o capítulo número um. (LOBATO, 1935c, p. 10)

É significativo que estas três obras, que contam a evolução histórica e geográfica da humanidade, foram baseadas em obras norte-americanas num momento em que Monteiro Lobato retornou de Nova Iorque, profundamente impactado com a realidade que presenciou e estudou nos Estados Unidos. Sua experiência com questões econômicas mundiais fez com que o autor focalizasse o progresso na expansão financeira e material, trazendo o modelo

³⁰ Para Cassal (2003, p.25), o escritor Van Loon pode ter fornecido ideias também para **História do mundo para crianças** com seu livro **The story of mankind** (1921).

de sociedade estadunidense como ideal para o Brasil. Neste sentido, podemos entender o porquê da escolha das disciplinas abordadas nas três obras. Para Vasconcellos (1982, p.39), Lobato aproveitou os fenômenos históricos para justificar seus pontos de vista sobre tudo e todos.

Num momento de propaganda estadonovista que resultou em divergências e conflitos crescentes entre os educadores do grupo católico e os ligados ao movimento da Escola Nova, notadamente a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) (XAVIER, 2002) e em meio a um debate sobre a necessidade do governo federal “regulamentar, controlar e padronizar os livros didáticos e seu mercado” (FILGUEIRAS, 2013, p.165), os livros em questão geraram polêmica e sofreram restrições. Por exemplo, o livro **Geografia de Dona Benta** foi acusado de “incitar sentimentos separatistas e antipatrióticos” (FILGUEIRAS, 2013, p.186) e o livro **História das invenções** foi criticado porque “pregava o ‘materialismo’, desconsiderando propósitos de instrução espiritual e seguindo a cartilha do evolucionismo”, além de ir contra ao patriotismo. (MINCHILLO, 2009, p.315)

Neste último livro Monteiro Lobato enfatizou as transformações do homem e do ambiente em seu processo de evolução como fruto de adaptações às novas realidades, guiado pela lei da sobrevivência. Justificou estas ações da seguinte forma: “na luta entre as espécies ou entre os tipos de vida vence sempre o mais apto, isto é, o mais esperto, o mais jeitoso, o mais preparado para mudar de sistema quando isso convém” (LOBATO, 1935c, p.16). Entretanto, o autor brasileiro destacou as invenções e o progresso como frutos de muito trabalho. Ou seja, o homem tornou-se trabalhador por força da necessidade de se adaptar e de ganhar eficiência. Assim, a função do trabalho, por meio das invenções, seria libertar “o pobre músculo do homem e dos animais de certos trabalhos pesadíssimos.” (LOBATO, 1935c, p. 80) Ou seja, melhorar a vida do indivíduo.

Neste sentido, Monteiro Lobato ao observar as relações humanas históricas apresentou o trabalho como uma solução para as necessidades que o ser humano encontrou no seu processo de evolução. Assim expôs sua ideia sobre a origem do trabalho em seu livro infantil **História das invenções**, de 1935:

Querem e preferem o sossego, a paz, a ausência de trabalho. Seja leão, camarão ou pulga, se podem estar cochilando não estão trabalhando. E o bicho homem também devia ser assim. Mas aquelas sucessivas calamidades, e por último a invasão dos gelos, tornaram terrivelmente alerta o trabalhador. [E] foi a necessidade e que botou no caminho do progresso os nossos antepassados peludos (LOBATO, 1935c, p.20).

Nesta passagem o autor reproduziu a ideia do trabalho como uma necessidade para a sobrevivência e como meio para transformar e melhorar o mundo, ou seja, meio para o progresso, maneira pela qual os “peludos”, através do seu trabalho, transformaram-se em homens inventivos do século XX.

Foi a partir do século XVI que o trabalho foi gradativamente alçado de sua posição humilde (desde os tempos greco-romanos) até atingir o patamar da mais valorizada atividade humana, principalmente com o período da Revolução Industrial, no século XVIII, em que o trabalho foi associado à fábrica mecanizada e estruturou-se a ideia ilusória de que o homem com a máquina produziria mais e ilimitadamente (BERTUCCI; SILVA, 2014, p.106). Segundo Maria Stella Bresciani (1985, p.7), o trabalho passou a ser representado como “a base da vida humana”, da vida social.

No Brasil do final do século XIX e primeiras décadas do XX, tal valorização passava pela necessidade de desligar a ideia de trabalho da de escravidão (que reafirmava o caráter negativo do mesmo), formar uma sociedade baseada no trabalho concebendo-o como uma qualidade e necessidade inerente ao homem, assim como criar uma nova perspectiva ligando o trabalho a obtenção de dignidade e a possibilidade de ascensão social e econômica (NAXARA, 1998, p.50). Essa ressignificação do trabalho permeou o projeto republicano desde seus primeiros dias e adentrou os anos Novecentos (MARQUES, 2003).

As ideias e ações do governo Vargas, que em grande parte concretizaram demandas moldadas, pouco a pouco, nos anos anteriores (BERTUCCI, 2007), inclusive as relacionadas à educação, difundiram a percepção de que o trabalho seria a chave mestra para o progresso da sociedade brasileira. Nesse sentido, o trabalho foi também valorizado como meio para o aproveitamento dos recursos do país, há anos considerados pouco

explorados (NAXARA, 1998, p. 48), inserido num contexto político regulador e controlador do governo federal que procurou controlar e apaziguar conflitos sociais e difundir um modelo ideal de cidadão: “ordeiro, disciplinado, saudável e trabalhador”, que colaborasse para o enriquecimento da nação. (VIEIRA, 2004, p.3)

Monteiro Lobato, que criticava com veemência o atraso brasileiro e expressava o seu desejo de superá-lo fez do tema trabalho objeto expressivo de reflexões em sua produção literária. Para André Luiz Vieira de Campos, nas obras de Lobato: “[o trabalho] talvez seja o grande tema do autor e está colocado no centro das preocupações com o atraso do país e também com a perspectiva de progresso que vislumbrava como alternativa de redenção nacional” (CAMPOS, 1986b, p.67).

O trabalho como parte de um projeto maior que abrangia toda a sociedade, ligado, sobretudo, à preocupação com a formação do homem nacional era tema presente na produção de Monteiro Lobato. O autor desde o início do século XX estava atento aos rumos do país, à questão da formação do brasileiro e às possibilidades de desenvolvimento nacional que foram, sobretudo, representadas pelo seu já citado personagem Jeca Tatu. Considerando as afirmações de Campos (1986b), Monteiro Lobato passou por três fases com relação à visão dos temas progresso e trabalho, fases perceptíveis através de suas obras.

A primeira fase correspondeu à concepção do Jeca Tatu, influenciada pelo darwinismo social, que defendia que a origem determinaria o indivíduo e como ele iria se desenvolver (assim, para alguns, o Brasil precisaria “substituir” sua população, toda ela mestiça, e branquear a nação através da imigração (LIMA; HOCHMAN, 1996)). Monteiro Lobato responsabilizava o trabalhador nacional pela sua condição precária e pelo atraso do país. Segundo o autor, suas características eram: preguiça, ignorância, passividade, submissão, fatalismo. O Jeca representava todos os males do Brasil.

Na fase seguinte Lobato foi influenciado pelo taylorismo (Frederick W. Taylor, 1856-1915) que concebia a eficiência do trabalho a partir da divisão de tarefas, como algo a ser organizado e administrado hierarquicamente de maneira científica, com qualidade e rapidez (cf. BRAVERMAN, 1987, p.61-134). Nesse período Monteiro Lobato também foi muito impactado pelas

propostas divulgadas pelo movimento sanitarista. Devido à combinação dessas ideias, Lobato assumiu a posição de que o problema do brasileiro preguiçoso, do trabalhador ineficiente, tinha sua origem em questões de saúde intimamente relacionadas ao meio em que vivia (sem saneamento ou higiene), situação originada pela miséria, injustiça e abandono social. O país estava doente e sua população, que podia ser beneficiada pela miscigenação com europeus, precisava ser tratada. Assim, seria possível que o brasileiro se transformasse em trabalhador hígido e eficiente para alcançar o progresso. Como afirmou em texto do livro **Problema vital**: “Restaurai a saúde do povo. Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado.” (LOBATO, 1951c [1918], p.264) “O curado, de negativo, passará a fator ativo de produção. O país ganhará nele a energia correspondente à de um imigrante entrado.” (LOBATO, 1951c [1918], p.308).

A terceira fase, marcada pela ida de Monteiro Lobato aos Estados Unidos, em 1927, ampliou seu contato com as ideias de Henry Ford (1863 – 1947). O fordismo postulava a adoção de processos científicos em todos os níveis de atividade e a organização da linha de montagem para a maior eficiência do processo produtivo e da produção em massa (cf. BRAVERMAN, p.61-134). Nos Estados Unidos, Lobato, que havia traduzido parte da obra de Henry Ford para o português³¹, teve a possibilidade de conferir a empreitada deste empresário visitando a fábrica Ford de automóveis. Monteiro Lobato conferiu a Henry Ford o posto de “herói do trabalho” no Prefácio que escreveu para a edição brasileira (que ele traduziu) do livro **Minha vida, minha obra** (1926) de autoria do industrial norte-americano. O escritor brasileiro afirmou que Ford representaria a mais lúcida inteligência moderna, trabalhando em prol da extinção da miséria humana, classificando-o de “idealista orgânico”, pois delineava seus projetos a partir da realidade e de suas demandas e fazia isto “[...] ensinando a trabalhar, provando que o trabalho é o supremo bem e demonstrando a altíssima significação da palavra indústria”. (LOBATO, 1967 [1926] *apud* FORD, 1967 [1926], p.8). A ideia central do fordismo e aquela com a qual Lobato mais demonstrava empatia era o objetivo de poupar o trabalho humano, mediante a organização e a técnica, evitando ao máximo o

³¹ Monteiro Lobato traduziu as obras **Minha vida, minha obra** (1926) e **Hoje e amanhã** (1927) de Henry Ford.

desperdício, seja de tempo, espaço, ou esforço físico e mental dos operários. (CASSAL, 2003, p.210-217)

Quando em Nova Iorque, Monteiro Lobato escreveu ao amigo Cândido Fontoura:

Pelo que vejo aqui, convenço-me de que o Brasil pode também progredir e enriquecer grandemente [...] e para nós o trabalho está muito facilitado porque temos a experiência daqui para nos guiar. Basta que copiemos com inteligência – mas saber o que se deve copiar é das coisas mais difíceis (Carta, 25/08/1927. LOBATO, 1986, p106).

Neste modelo que, segundo Lobato, era preciso “saber o que se deve copiar”, a indústria era considerada como um meio racional e científico de transformar os recursos naturais em utilidades para proveito geral. A força e velocidade do progresso industrial seriam consequências do desenvolvimento, por meio de invenções/ inovações que transformavam toda a realidade, a existência humana. Em **História do mundo para as crianças** o autor escreveu: “Notem a verdade do que eu já disse – que são as invenções que mudam tudo” (LOBATO, 1933, p.216).

Assim, Lobato ao defender o desenvolvimento industrial teve o intuito de argumentar a favor da eficiência do homem que proporcionaria mais tempo e disposição para dedicar-se a novas descobertas. Complementava essa ideia o fato de que o trabalho de cada um unindo-se ao todo criaria uma grande transformação, e uma descoberta desencadeando as outras aceleraria a evolução de todos:

A idade dos milagres é esta. De momento a momento novas maravilhas saem dos laboratórios científicos. As invenções se atropelam [...]. Em nossa era o progresso corre mais rápido num mês do que na antiguidade corria em séculos (LOBATO, 1933, p.399).

Nesta perspectiva, o trabalho estava intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da sociedade e, graças ao progresso científico, que resultou em invenções que o tornaram mais eficiente, estava evoluindo para poupar esforços aos homens. Desta forma, na voz de Dona Benta em **História das invenções**, o objetivo do trabalho seria:

[...] fazer as coisas com o mínimo trabalho possível. Desse modo o prazer do homem aumenta, porque o esforço é sempre desagradável. Se eu posso levar aquela pedra dali da porteira até a casa do compadre com um esforço igual a 10, meu prazer se torna dez vezes maior do que se eu tivesse de levá-la fazendo um esforço igual a 100. Isto é claro como a água do pote. Daí vem dizer-se que a Lei do Menor Esforço é a lei que rege o progresso humano. No começo o homem tinha de fazer tudo unicamente com a força dos seus músculos, e o esforço era penosíssimo, era doloroso. Progresso quer dizer isso: fazer as coisas cada vez com menor esforço e, portanto cada vez com maior prazer. E para libertar-se do esforço o homem foi aumentando a sua eficiência. (LOBATO, 1935c, p.22)

Monteiro Lobato utilizou-se das invenções humanas para ilustrar de maneira palpável o que considerava a evolução consequente delas, estes exemplos foram frequentes em seus livros principalmente no título **História das invenções**.

Como observou Naxara, nas primeiras décadas do século XX, “as ideias de progresso e evolução estiveram frequentemente próximas como categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades, tornando-se o progresso como resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular” (NAXARA, 1998, p.42). Tal associação é repetida diversas vezes nos livros e textos de Monteiro Lobato, conforme citado no livro **História das invenções**:

Os que tiveram de desistir das florestas, para morar unicamente em planícies despidas de vegetação alta, aperfeiçoaram-se com rapidez na arte de andar de pé sem a ajuda das mãos (nas florestas caminhavam segurando-se com as mãos nos troncos do caminho). Tiveram de contar unicamente com os pés, já que as mãos não tinham em que agarrar-se. E aquelas mãos que a princípio só serviam para ajudar aos pés começaram a ter outros empregos. Começaram a servir para segurar coisas; para carregar coisas; para despedaçar coisas. Foi um grande progresso. Os outros animais não podiam fazer isso. Para segurar, carregar e despedaçar coisas só usavam os dentes; o bicho-homem segurava, carregava e despedaçava com as mãos, conservando os dentes livres para a defesa. Como vocês estão vendo a vantagem era enorme. (LOBATO, 1935c, p.13).

Segundo Le Goff a ideia de progresso disseminada pelo Ocidente, que ganhou ênfase no século XIX, era traduzida e mantida pelos avanços científicos e técnicos, pelos sucessos da revolução industrial, pela melhoria de

vida (conforto, bem-estar e segurança) e também pelo desenvolvimento da alfabetização, da instrução e da democracia. (LE GOFF, 2003, p.256)

Conforme já afirmamos, o entusiasmo de Lobato pelo progresso teve como grande exemplo os Estados Unidos, fato perceptível em sua literatura. Por meio da personagem de Dona Benta o autor se expressou desta forma em **Geografia de Dona Benta**: “a riqueza dos americanos, junto à audácia da sua iniciativa, fez que o país enchesse de coisas únicas, coisas inéditas no mundo. Outra particularidade americana é que lá tudo é o maior do mundo.” (LOBATO, 1935b, p.99) Em seu estudo, Cassal (2003, p.243) classificou Monteiro Lobato como um utopista que buscava a construção de um lugar ideal, ou seja, um estado industrializado cujo modelo seria os Estados Unidos da década de 1920³². Até o Jeca Tatu, depois de curado e repaginado como um trabalhador exemplar se rendeu às influências norte-americanas, conforme o texto reunido no volume **Prefácios e entrevistas**: “Jeca adquiriu um caminhão Ford [...] Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês.” (LOBATO, 1951f [1946], p.337-338).

Em vários de seus textos se fez fortemente presente a defesa e o entusiasmo pela realidade norte-americana. Por exemplo, em **Geografia de Dona Benta** (1935), que contou a viagem da turma do Sítio do Picapau Amarelo pelo Brasil e pelo mundo para conhecer a geografia de cada lugar, o país estrangeiro visitado pelos personagens que ganhou mais ênfase, sendo o país mais bem explorado e em que demoraram mais tempo conhecendo, foi os Estados Unidos.

Esse país, disse Dona Benta, é a glória do continente americano. É o segundo em território, com 9.362.000 quilômetros quadrados, o maior em riqueza, o maior em civilização, o maior em poder. E maior em muitas outras coisas não só da América como do mundo inteiro [...] O território dos Estados Unidos é abençoado. Tem tudo. Produz tudo. Se o mundo desaparecesse inteirinho é só ficasse os Estados

³² Na obra de Monteiro Lobato a relação com os Estado Unidos se refletiu especialmente em duas obras adultas: **O presidente negro** de 1926, o único romance do autor escrito com a pretensão de que fosse lançado também em território norte-americano, e **América**, de 1932, que traça um panorama entusiasta da civilização norte-americana da época. (CASSAL, 2003, p.207-208)

Unidos, eles continuariam a viver a mesma vida que vivem, sem precisar de nada. (LOBATO, 1935b, p.99)

Por meio do exemplo empresarial de Ford, Lobato consolidou uma visão liberal baseada na produção para o mercado, na iniciativa privada e na modernização da estrutura produtiva secundada pela máquina — que multiplicaria a força do homem e, assim, sua riqueza material — visando o progresso e erradicação da pobreza. (CASSAL, 2003, p.206)

Podemos relacionar este pensamento de Monteiro Lobato como pertencente ao “liberalismo universalista” que era disseminado por literatos em destaque da época, conforme explica Sevcenko:

A lógica interna dessa linha de pensamento se centra toda ela sobre o conceito de eficiência. Ela não traz consigo uma proposta de transformação radical da sociedade, apenas reivindica o seu ajustamento a um princípio de otimização de todas as suas energias visando a elevação máxima do desempenho produtivo, num quadro de mínimo desperdício de esforços e recursos (SEVCENKO, 2003, p.259).

Na fórmula apresentada por Monteiro Lobato no livro **História das invenções**, a máquina seria o meio para o homem multiplicar a sua eficiência. Em suas palavras, repetidas em diversas de suas obras infantis, o escritor procurou desacreditar aqueles que alardeavam receio que as máquinas pudessem ganhar tamanha efetividade e autonomia que substituiriam o ser humano:

Como cada máquina nova vem diminuindo o número dos operários comuns, essas pessoas querem acabar com a máquina. Esquecem-se que se a máquina nova diminuiu um certo número de operários comuns, isso apenas significa que libertou um certo número de homens do trabalho que até então fazia e que de agora em diante passa a ser feito pela máquina (LOBATO, 1935c, p.71).

O autor faz uma analogia da máquina como a libertação do homem de atividades que denominou “comuns”, penosas, o que possibilitaria seu retorno a outro trabalho, o “prazeroso” que, aparentemente, poderia ser confundido com eficiente, sem esforço exagerado e até mesmo o intelectual. Lobato complementou o seu pensamento na sequência, no mesmo livro:

Cada máquina que aparece liberta do trabalho penoso um punhado de escravos. No dia em que tivermos máquinas para tudo, e em tremendas proporções, nesse dia a humanidade inteira estará redimida do trabalho. Em vez de estafar-se no doloroso esforço muscular, o homem passará a dirigir as máquinas, como antigamente os feitores dirigiam os escravos. E teremos então o 13 de Maio da humanidade. (LOBATO, 1935c, p.72)

Para Monteiro Lobato a máquina iria amplificar a produtividade e aumentar o lucro, e esta eficiência crescente resultaria no “13 de maio” de todos os homens, ou seja, sua liberação de um tipo de atividade amaldiçoada, pois realizada de maneira opressiva, penosa.

O serviço mais penoso que há é o de cavar a terra. Aqui no sítio tenho uma turma de cinco homens que não fazem outra coisa; passam a vida a abrir valos, consertar caminhos, fazer buracos para moirões de cerca, etc. Trabalho duro, estúpido, que os deixa no fim do dia exaustos e com dor de costas. Quando aparecer a máquina que faça todos esses serviços, eu deixo um deles dirigindo a máquina e dispenso os outros. Os inimigos da máquina não percebem que a minha máquina veio libertar os meus atuais cinco escravos, cavadores de terra. Um deles passou de escravo a feitor, ficando a dirigir, sem nenhum esforço, a máquina. Os outros foram despedidos. O inimigo da máquina só olha para a situação de momentâneo desarranjo de vida dos quatro despedidos. Não olha para a humanidade. Não percebe que a humanidade ficou beneficiada com a redenção de mais quatro escravos cavadores e com a supressão de mais quatro cansaços diários e de quatro dores de costas vitalícias. Não vê nada disso. Só enxerga o momentâneo desarranjo daquelas quatro vidas (LOBATO, 1935c, p.72-73).

Monteiro Lobato não admitiu que este desajuste correspondesse a um problema, portanto não indicou o que fazer com as “quatro vidas” desempregadas. Eles se adaptariam a nova ordem? Considerações como estas motivaram opiniões divergentes sobre o pensamento de Lobato: para André Luiz Vieira de Campos (1986a, p.101), o escritor considerava a máquina como redentora, pois aumentaria a eficiência do trabalho concorrendo para a grande produção e lucro industrial; para Carmen Lúcia Azevedo, entretanto, “o fim visado [por Lobato] não é o lucro, mas o bem comum; não é a exploração, mas a felicidade do operário [...] melhorar o nível de vida da coletividade.” (AZEVEDO, 1997, p.206). Encontramos em texto de Monteiro Lobato, intitulado

“Apelo aos nossos operários”, escrito ainda no início dos anos 1920³³ para os trabalhadores de sua editora, desdobramentos de suas ideias sobre os princípios que deveriam nortear uma indústria:

O verdadeiro objetivo de uma indústria não é ganhar dinheiro, e sim bem servir ao público, produzindo artigos de fabricação conscienciosa e vendendo-os pelos preços mais moderáveis possíveis. A indústria que se norteia por estes princípios nunca para de crescer, nem de desdobrar-se em benefícios para todos quantos nela cooperam. Torna-se uma obra de paciência, consciência e boa vontade. (LOBATO, 1951d, p. 287)

Mesmo considerando as peculiaridades de um texto destinado a um público específico, os operários, as palavras de Monteiro Lobato possibilitaram um vislumbre de uma perspectiva sobre o processo industrial que extrapolava o lucro ou desenvolvimento individualizado do dono da empresa, para remeter também ao progresso, inclusive econômico, coletivo — e que incluía operários e trabalhadores em geral.

Nos textos para crianças, ao demonstrar o desejo de libertar os homens do trabalho pesado e enfadonho, Monteiro Lobato defendeu a reorganização da sociedade em prol da produtividade elevada, o que a industrialização poderia gerar. Em **Geografia de Dona Benta** o escritor destacou as nações “mais civilizadas”, descrevendo a Europa como “uma paisagem todinha feita pelo trabalho humano através dos séculos” (LOBATO, 1935b, p. 205). Lobato ressaltou o progresso como resultado do trabalho constante: “Os ingleses trabalhavam; os holandeses trabalhavam; criavam indústrias; construíram estradas de ferro – e acabaram dando com o colosso [ou seja, a Espanha] no chão” (LOBATO, 1935b, p. 217). A Espanha que, na opinião do autor, tinha tudo para ser um dos países mais civilizados, pelo comodismo de já possuir riquezas ficou estagnada. Segundo ele: “A Espanha deslumbrou-se. Julgou-se privilegiada. Trabalho era coisa para os outros povos. Indústrias, comércio, estudo? Bobagem! Para que trabalhar, estudar, se o trabalho e o estudo miram ouro e ela tinha ouro aos montes?” (LOBATO, 1935b, p.217).

³³ A data de escrita deste texto está situada entre os anos de 1921 a 1924. (CAMPOS, 1986a, p.85).

Monteiro Lobato chamou atenção de seus leitores, muitos deles escolares, para a importância do estudo, essencial, assim como o trabalho, para gerar o progresso. Enfatizou esta questão com o exemplo da Dinamarca: “Deixei a Dinamarca por último porque é para mim o país mais perfeito que existe”. O segredo deste país seria: “Trabalho e inteligência – sobretudo bom senso”. Esta seria para Lobato a fórmula da perfeição, e por consequência os dinamarqueses seriam o povo: “mais sossegado, mais feliz, mais rico, mais contente com sua sorte, mais culto, mais bem informado e, por conseguinte, o mais civilizado.” (LOBATO, 1935b, p.233).

Nessa perspectiva o escritor poderia concordar com as palavras de Getúlio Vargas, que afirmou em 1933:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional. (VARGAS, 18 ago. 1933).

Nesse período, a atuação de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, resultou em algumas ações concretas que pretenderam organizar de maneira moderna e eficiente o ensino profissional no Brasil, sob a responsabilidade primordial do governo federal (CINTRA, 2005, p.42-67). Mas, foi a partir de 1934, quando as mudanças deflagradas por Campos foram reordenadas pelo novo Ministro Gustavo Capanema, que ficou evidente que a relevância dada ao ensino profissional no período estaria efetivamente conjugada com amplas preocupações relativas a outro tema magno nacional: a saúde. As Conferências Nacionais sobre educação e saúde em 1941 (cf. HOCHAMN; FONSECA, 2000; HORTA, 2000) evidenciaram a relevância das duas áreas do Ministério de um governo que, como escreveu Souza (2000), direcionava sua atenção à saúde e à educação, notadamente de crianças e jovens, e também ao trabalho.

Pouco antes da instauração do Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. Este Ministério tinha o propósito de atender a realidade brasileira a partir de ações que integrassem as massas trabalhadoras à vida nos centros

urbanos. Os dois ministérios recém-criados se diferenciavam pela natureza do olhar sobre a nação: “enquanto no Trabalho predomina o olho do presente, na Educação importa agir segundo uma visão do futuro da nacionalidade” (LISSOVSKY; SÁ, 2000, p. 49).

Esse duplo olhar, diferenciado, foi interligado por uma preocupação comum, a formação do cidadão trabalhador. Assim, concebeu-se a necessidade de promover a educação para o trabalho através do ensino profissional, que além da construção da nova nação deveria refletir a preocupação com as crianças e jovens prevenindo futuros problemas sociais gerados pelo ócio ou vício (MARQUES, 2003).

Mas para Monteiro Lobato, um admirador do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (cf. LOBATO, 1917) que há décadas qualificava trabalhadores jovens, era preciso ir além. Nos anos de 1930 o autor sinalizou isso conforme exemplo do livro **História do mundo para crianças**, no qual apresentou considerações exemplares de que trabalhos práticos feitos por meio da pesquisa desembocariam em progresso:

Faça, aconselhou dona Benta. É fazendo certas coisas que outras coisas nascem como no caso do professor Bell, outro americano. Graham Bell começou a estudar um meio de fazer os meninos surdos ouvirem, e acabou inventando o telefone [...] As invenções vão aparecendo graças ao concurso de muitos inventores. Um faz um bocadinho. Outro faz outro bocadinho. Vem um terceiro, reúne os dois bocadinhos e consegue uma grande coisa que ninguém esperava (LOBATO, 1933, p.289).

Em carta para Godofredo Rangel, do ano de 1943, Lobato declarou:

Depois que me pus adquirir um pouco de cultura científica, mudei muito, e hoje considero o bicho exclusivamente literário e vazio de cultura científica, como um animal sem possível classificação zoológica e sem direito a um lugar no mundo moderno (Carta, 24/08/1943. LOBATO, 1959a [1944], p.350).

Partindo de um literato esta passagem seria contraditória se suprimida toda a discussão traçada até aqui. Para Monteiro Lobato a literatura tinha diversas funções, seja divertir, denunciar ou difundir conhecimento, sobretudo,

o científico, sempre com a perspectiva do progresso do país, associada à ação do homem trabalhador³⁴.

Compartilhando a tese de Chartier de que as ideias podem se tornar um componente da coletividade e, por conseguinte, de uma civilização, ao serem apreendidas e difundidas por meio das palavras escritas num texto (com conteúdo intelectual, enraizado socialmente e carregado de emoções) (CHARTIER, 1990, p.43), é possível considerar que Monteiro Lobato utilizou a literatura para incutir nas crianças suas ideias e empregou a narrativa de histórias infantis como pano de fundo ilustrativo para suas principais intenções. Ao tratar de geografia, das histórias do mundo e das invenções, o autor pretendeu contar a história da evolução humana por meio do trabalho e do progresso que a humanidade conquistou. Em estilo atraente, fatos pontuais foram utilizados com maestria para, numa linguagem especificamente direcionada às crianças, transmitir ideias de evolução, progresso, ciência e modernidade. Nessas histórias, a questão da ação humana, sinônimo de trabalho, intervindo de maneira eficiente para mudar o mundo, é recorrente. Educação e educação para o trabalho ganharam perspectiva plural nestas obras da década de 1930. Afinal, era preciso bem educar crianças para conseguir “boa safra de adultos”, como veremos no próximo capítulo.

³⁴ Ao cotejar as obras paradigmáticas, as principais fontes deste trabalho, com outros textos de Monteiro Lobato (livros para adultos, artigos de jornais, cartas, etc.) percebeu-se que suas ideias de progresso pautado em ferro (máquinas) e petróleo estavam presentes em vários textos do escritor. Portanto, pode-se inferir que era uma intenção do autor disseminar estas ideias em geral, para adultos e crianças ou jovens.

CAPÍTULO II

**EDUCANDO A CRIANÇA SE CONSEGUE UMA “BOA SAFRA” DE ADULTOS:
OS LIVROS **EMÍLIA NO PAÍS DA GRAMÁTICA** E **ARITMÉTICA DA EMÍLIA****

No mundo ocidental moderno, preparar um indivíduo para a vida supõe, em grande medida, repassar ensinamentos dos quais este necessitará para sua inserção no mundo do trabalho. Na Europa, o ensino escolar ler-escrever e contar tornou-se, pelo menos desde os primeiros anos do século XVIII, modelo da formação básica e foi gradativamente sendo difundindo inclusive entre os estratos mais pobres da população (CHARTIER, 2004; HÉBRARD, 1999; ROCHE, 2001; VALENTE, 1999, p.19-106)³⁵. No Brasil dos anos 1930, em tempos de difusão dos grupos escolares, de reformas no ensino primário nas quais as ideias da Escola Nova refaziam currículos e métodos, ampliando formas de ensino do ler-escrever português e da matemática (VALDEMARIN, 2010; VIDAL, 2000), os livros de Monteiro Lobato **Emília no país da gramática** e **Aritmética da Emília** pareciam ter público certo. Nestes livros a influência de princípios escolanovistas é flagrante, notadamente as ideias de John Dewey de escola única elementar, aquela que integrava os conhecimentos intelectuais e práticos. Dewey desenvolveu sua proposta para a educação de crianças e jovens na Escola Laboratório, organizada em parceria com a Universidade de Chicago. (cf. DEWEY, 1959; 1976).

O educador Anísio Teixeira, adepto e divulgador das ideias de John Dewey e um destacado membro do grupo da Escola Nova no Brasil, escreveu em carta para o amigo Monteiro Lobato que **Emília no país da gramática** era uma obra-prima, afirmando que tal livro havia causado alvoroço e entusiasmo no grupo dos “renovadores” da educação (NUNES, 1986a, p.27).

As ideias que Monteiro Lobato compartilhava com este grupo de educadores se transportaram para os seus livros que deixaram transparecer sua preocupação com a formação de indivíduos reflexivos e participativos que deveriam atuar numa sociedade real futura³⁶. Dentro da narrativa infantil de Lobato, o lugar do Sítio do Picapau Amarelo representou literariamente o espaço da sociedade em miniatura e os preceitos que o regiam também se identificavam com problemas do mundo real, como os relativos à escola. Segundo Marco Antonio Edreira (2004), o vínculo de Lobato com a escola nos

³⁵ Sobre diferentes práticas de leituras e leitores na Europa moderna, entre outros: Chartier (2001); Davis (1990).

³⁶ Segundo Anísio Teixeira, o que sedimentava sua amizade com Lobato era o fato de ambos serem “norteados por um sadio idealismo comum de humanidade melhor e mais feliz”. (Carta, 26/03/1930. TEIXEIRA, 2000, p.15-16)

anos 1930 foi através de seus textos ele utilizou uma concepção pedagógica, estabelecendo o espaço do Sítio para dramatizar situações de ensino.

Assim, podemos compreender o Sítio do Picapau Amarelo como um espaço de aprendizagem e preparação para a vida, ou seja, uma possível representação do modelo de educação que Lobato almejava, na qual são passados ensinamentos que seriam utilizados na vida e no trabalho.

Neste âmbito da ficção, o enredo em si, os dois livros se destacaram primeiramente pela crítica ao ensino tradicional, enciclopédico e estático. Para isso o autor apresentou formas dinâmicas de aprender os conteúdos da gramática e da aritmética, conteúdos que considerava árduos para as crianças na escola, porque desvinculados da vida cotidiana.

A narrativa de **Emília no país da gramática** (1934) consiste na viagem dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo para este país imaginário. No decorrer do passeio eles aprenderam a gramática de uma maneira divertida nesse espaço de fantasia. Emília teve uma ideia que nos fornece pistas da maneira que Lobato pensava a educação: “Pedrinho, disse ela um dia depois de terminada a lição, por que, em vez de estarmos aqui a *ouvir falar* de gramática, não havemos de *ir passear* no País da Gramática?” (LOBATO, 1934, p.12) Segundo Thaís de Mattos Albieri (2009, p.262), o espaço de aprendizagem apresentado na obra coaduna com os preceitos de Anísio Teixeira quando, ao invés de falar sobre gramática, os personagens vão vivenciá-la, experimentá-la e investigá-la *in loco*, tornando o passeio uma aprendizagem prazerosa.

Por sua vez, em **Aritmética da Emília**, a dinâmica apresentada consistia na visita dos personagens do país da Aritmética ao Sítio do Picapau Amarelo com o objetivo de ensinar a aritmética num espetáculo de circo no qual esses personagens (os números, as operações, entre outros) se apresentavam num picadeiro montado especialmente para este fim.

Desta maneira, as duas obras apresentaram formas dinâmicas de aprender os conteúdos que foram e ainda são considerados complexos para as crianças na escola. Em **Emília no país da gramática**, esta característica apareceu na primeira cena do livro:

Dona Benta com aquela sua paciência de santa, estava ensinando gramática a Pedrinho. No começo Pedrinho rezingou. [...] – Ah, assim, sim! Dizia ele. Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até virava brincadeira. Mas o raio do homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. (LOBATO, 1934, p.11)

Em **Aritmética de Emília**, a personagem central, Emília, com sua personalidade contestadora, impulsiva e até intransigente tornou-se ainda mais crítica e menos paciente no contexto desta obra. Algumas vezes ela reclamava de cansaço pela maneira com que Visconde de Sabugosa repassava os conceitos aritméticos, quando configurados numa exposição tradicional dos conceitos e regras:

Emília deu um bocejo. Estava já enjoada de Aritmética: já ando enjoada até às tripas de tanta Tabuada. [...] Meu Deus! Que preguiça de ouvir o Visconde explicar essas iscas de números que não acabam mais! Vamos brincar de outra coisa (LOBATO, 1935a, p.72; 127).

Nos dois casos a solução encontrada foi utilizar o lúdico e a imaginação para a aprendizagem destes conteúdos de forma mais prazerosa. Para Monteiro Lobato era por meio do prazer que se efetivava o aprendizado. Em texto adulto presente no livro **Mundo da lua e miscelânea**, o autor confirmou esta tese: “A inteligência só entra a funcionar com prazer, eficientemente, quando a imaginação lhe serve de guia.” Por isso o livro de literatura poderia servir de porta para os conhecimentos ali apresentados, além de incitar a curiosidade para ir à procura de outros. No entanto, o autor ainda alertou que o oposto, a ausência do lúdico e a ênfase em exercícios de repetição, presente nas aulas tradicionais seria, além de ineficiente, prejudicial:

[...] pegar de uma pobre criança e pô-la a decorar nomes de rios, cidades, golfos, mares como se faz hoje, sem intermédio da imaginação, chega a ser criminoso. É, no entanto o que se faz!... A arte abrindo caminho á ciência: quando compreenderão os professores que o segredo de tudo está aqui? (LOBATO, 1951c [1923 e 1946] p.8-9)

O intuito de educar por meio do prazer de maneira mais ativa pressupunha além da aprendizagem dos conteúdos a formação para uma

postura diferenciada. Desta forma, ao pensar no desejo de Monteiro Lobato de incitar a adoção de uma conduta questionadora e ativa, a escolha de Emília para protagonizar as duas obras em destaque não parece aleatória. Se a forma de educar devia ser diferenciada, seguindo os moldes da Escola Nova, o foco numa aprendizagem reflexiva e participativa visava a formação de um indivíduo com esse perfil e com características que pudessem agir na melhoria do país.

Nesta perspectiva é importante observar a representação de Emília, exemplar desta postura e uma das personagens de mais destaque no Sítio do Picapau Amarelo. Lobato, em trecho de carta para Anísio Teixeira, relatou: “Estou escrevendo Emília no país da gramática. Está saindo estupendo. Inda agora fiz uma entrevista de Emília, na qualidade de repórter [...] Está tão pernóstica, Anísio, que você não imagina.” (Carta, 15/08/1934. LOBATO, 1986, p.95) Na perspectiva de Catinari (2009):

Emília, uma bonequinha de pano de 40 centímetros, é a aluna que ultrapassa o mestre. Com suas atitudes transgressoras e questionadoras, e o seu espírito crítico e criativo, detentora do sonho e da fantasia, a boneca de macela passa de ser inanimado a gente, passa de aluna a mestre [...] É quem mais sofre mutações através da aquisição do conhecimento de forma não tradicional, devorando os conceitos e transformando-os através da ação, desferindo uma trajetória crescente de independência ao questionar as verdades estabelecidas, ao propor novos pontos de vista, desafiando padrões e violando normas. (CATINARI, 2009, p.50)

Segundo Penteado: “Emília é a porta-voz de Lobato em momentos importantes e sobre os assuntos mais polêmicos. Tem a mesma independência de personalidade e autonomia intelectual que caracterizava o escritor”. (PENTEADO, 1997, p.213) Para reforçar esta ideia o próprio criador admitiu:

Emília começou uma feia boneca de pano [...]. Mas rapidamente evoluiu, e evoluiu cabritamente – cabritinho novo – aos pinotes. Teoria biológica das mutações. E foi adquirindo uma tal independência [...] que nem eu, seu pai, consigo dominá-la. (LOBATO, 1959a. [1944], p.341)

Segundo as palavras de Lobato a personagem ganhou vida, agindo e progredindo com um ser humano real, e este processo aconteceu fluidamente: “E assim, independente de qualquer cálculo, evoluiu essa Emília que hoje me

governa, em vez de ser por mim governada. É quem realmente manda lá no Sítio. Emília põe e dispõe.” (LOBATO, 1959a. [1944], p.343) Na fala da personagem Emília isto se confirmou, quando comentando sobre o livro **Viagens de Marco Polo**: “Eu escrevo ao Monteiro Lobato para que traduza, disse Emília, e vocês vão ver que ele traduz. Monteiro Lobato faz tudo que eu peço.” (LOBATO, 1933, p.205).

Podemos perceber no exemplo de Emília que Monteiro Lobato se apropriou dos personagens e do texto, o enredo, para introduzir suas ideias a respeito de como educar, ou seja, formar as crianças. Na voz de Dona Benta ele descreveu o perfil da boneca que pode ser associado ao da criança que gostaria de formar:

Você o que é, é muito independente de ideias, muito corajosa. Diz sempre o que pensa sem escolher ocasião ou palavras. Certas professoras condenam esse modo seu de falar sem papas na língua, achando-o “impróprio”, porque elas não passam de bichos ensinados. Como lhes ensinaram que isto ou aquilo não se deve dizer, aceitam o mandamento como coisa infalível e passam a vida a respeitar o que lhes ensinaram sem nunca verem por si mesmas se o tal ensino tem ou não tem razão. Com você se dá o contrário. Você é rebelde a tais mandamentos. Pensa com a sua cabecinha com uma liberdade que espanta a gente. (LOBATO, 1935c, p.89)

Podemos localizar em Emília um ideal de postura infantil e a preocupação do escritor com a formação das crianças, ou seja, os futuros cidadãos brasileiros. Neste sentido, Lobato idealizava o brasileiro: um ser ativo, reflexivo e argumentativo³⁷. E é novamente a boneca que nos trouxe este exemplar em **Aritmética da Emília**, quando tomou a iniciativa de propor uma maneira mais divertida de aprender a aritmética, por meio de uma brincadeira no pomar que consistia em aprender a tabuada ganhando laranjas como recompensa. (LOBATO, 1935a, p.61) Neste caso Lobato tanto fez a crítica ao ensino tradicional quanto apresentou a solução, e, sobretudo, destacou a característica da iniciativa que tanto prezava nos cidadãos. Na sequência da brincadeira inventada por Emília o escritor demonstrou o resultado positivo após a realização desta, confirmando o sucesso da aprendizagem. Fez isso na

³⁷ Para John Dewey, “liberdade de inteligência [é a] liberdade de observação e de julgamento com respeito a propósitos intrinsecamente válidos e significativos” (DEWEY, 1976, p.59).

voz de Tia Nastácia, que representava a resistência ao novo, inferindo a inovação presente naquela maneira de aprender:

Parece incrível, dizia ela, que laranja dê “mió” resultado que palmatória – e dá. Com palmatória, no tempo antigo, as crianças padeciam e custavam a aprender. Agora, com as laranjas, esses diabinhos aprendem as *matamáticas* brincando e ainda engordam. O mundo está perdido. Credo... (LOBATO, 1935a, p. 95)

A metodologia pregada pela Escola Nova se distinguia da escola tradicional, comentada por Tia Nastácia acima, defendendo um ensino mais dinâmico e atraente e, assim seria mais eficaz. Para que isto fosse possível eram recomendadas atividades com movimento, como excursões, trabalhos em grupo, realização de experiências pelos alunos, entre outros. (VIDAL, 2002; 2006)

Conforme aponta Marcos Vinicius Cunha, um dos pontos centrais das concepções de John Dewey se referia ao desenvolvimento de um pensamento reflexivo ou crítico, pois para este filósofo/educador o “[...] indivíduo que pensa reflexivamente está sempre aberto a indagar sobre possibilidades ainda não imaginadas, hipóteses, conjecturas, etc.” (CUNHA, 2001, p.65)³⁸.

É possível captar uma consonância entre esta linha de pensamento e as representações presentes no Sítio do Picapau Amarelo onde eram as crianças, com a supervisão de um adulto ou não, que tomavam a iniciativa, discutiam, refletiam e solucionavam os problemas na sociedade idealizada do Sítio. Em suma, numa visão macro, percebe-se que o grande e principal objetivo de Lobato nestas obras seria educar os futuros cidadãos para que fossem capazes de solucionar os problemas brasileiros e de construir uma nação moderna. Para Célia F. Tolentino e Elisângela S. Santos:

³⁸ Para Dewey o pensamento reflexivo seria conquistado por meio de um processo em cinco etapas sucessivas: a primeira se refere ao surgimento de uma dificuldade que necessita de solução; a segunda, acontece integrada a primeira, e se refere a formulação do problema em termos claros e objetivos; a terceira consiste em levantar sugestões, ideias e hipóteses; na quarta etapa acontece o raciocínio, após o exame dos desdobramentos das hipóteses feitas anteriormente selecionam-se as melhores e, na quinta e última, colocam-se as hipóteses à prova (CUNHA, 2001, p.66).

[...] o escritor de *O Sítio do Picapau Amarelo* tinha projetos para este futuro, acreditando que as crianças teriam um importante papel a cumprir para a constituição deste novo modelo de país. Vemos nesta sua literatura a “concretização” de uma proposta de desenvolvimento nacional perpassada de muitos temas e temáticas caras no âmbito do pensamento social brasileiro. E estes ora ressoam na ambientação, ora nos projetos realizados na fantasia dos personagens e muitas vezes na própria composição dos mesmos. (TOLENTINO; SANTOS, 2007, p. 2)

Em carta de Lobato para Oliveira Viana³⁹ no ano de 1934, ficou evidente a intenção de uma nova maneira de educar por meio do livro de literatura bem como a ligação do escritor com escolanovistas. Lobato destacou o sucesso que estava fazendo, nesta ocasião referindo-se a **Emília no país da gramática**:

A minha Emília está realmente um sucesso entre as crianças e os professores. [...] Só aí no Rio, 4000 vendidos num mês. Mas a crítica de fato não percebeu a significação da obra. Vale como significação de que há caminhos novos para o ensino das matérias abstratas. Numa escola que visitei a criança me rodeou com grandes festas e me pediram: “Faça a Emília do país da Aritmética” Esse pedido espontâneo, esse grito d’alma da criança não está indicando um caminho? O livro como o temos tortura as pobres crianças – e, no entanto poderia diverti-las, como a gramática da Emília o está fazendo. Todos os livros podiam tornar-se uma pândega, uma farra infantil. A química, a física, a biologia, a geografia prestam-se imensamente porque lidam com coisas concretas. O mais difícil era a gramática e é a aritmética. Fiz a primeira e vou tentar a segunda. O resto fica de canja. O Anísio Teixeira acha que é toda uma nova metodologia que se abre. Amém! (Carta, 15/08/1934. LOBATO, 1986, p.96)

Há indícios de que o livro de Lobato repercutiu positivamente entre os envolvidos com a educação brasileira naquele período. Além do comentário que o escritor atribuiu a Anísio Teixeira na carta escrita para Oliveira Viana, em correspondência enviada pela secretaria geral da Associação Brasileira de Educação, de 7 de julho de 1934, assinada por Marina Ribeiro Corimbaba, encontrou-se o seguinte comentário: **“Emília no país da gramática [...] livro**

³⁹ Francisco José de Oliveira Viana foi professor de direito criminal na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, Ministro do Tribunal de Contas da República (1940) e membro da Academia Brasileira de Letras. Monteiro Lobato foi editor e conselheiro literário para o seu primeiro livro **Populações Meridionais do Brasil** (1920) (NUNES, 1986b, p.299).

que vem prestar a educação um concurso dos mais valiosos” (Documentos avulsos da Coleção Biblioteca Lobatiana, referência 3.2.00371).

Segundo Edreira (2004), pode-se observar a intenção pedagógica do livro **Emília no país da gramática** e a crítica ao método e aos materiais da escola tradicional em voga. Como afirmou o próprio Lobato:

Não houve bairro do País da Gramática que não visitassem [...] e o resultado de tudo foi que quando voltaram para o Sítio de Dona Benta estavam sabendo... gramática! Mas sabendo mesmo, de verdade, e tanto que deram vários quinaus num professor duma escola pública lá perto. Foi uma simples brincadeira, e, no entanto lhes valeu mais para o conhecimento de coisas da língua do que um ano ou dois de escola com aqueles terríveis livros (LOBATO apud EDREIRA, 2004, p.22-23).

Monteiro Lobato com sua experiência de editor conhecia bem os livros que eram destinados para a escola, inclusive obtinha grande lucro com a venda destes. No trecho de uma carta de 1924, ele afirmou: “a proximidade da abertura das aulas põe a mercadoria didática à frente de tudo mais. Só cuidamos agora de cartilhas, gramáticas, aritméticas – todos os instrumentos de torturas as crianças.” (Carta, 31/1/1924. LOBATO, 1959a [1944], p.263) Parece que a opção de Monteiro Lobato por escrever seus próprios livros para esse público específico uniria o seu ideal de educação ao da possibilidade de lucro que proporcionava.

Para o movimento da Escola Nova o livro se destacava por ser um instrumento significativo dentro do sistema escolar:

Por um lado, as maneiras de utilizá-lo deveriam estar dentro dos padrões dos métodos ativos de ensino, o mais distante possível da memorização aplicada pela escola tradicional. De outro, o livro não deveria ser utilizado indiscriminadamente como recurso didático; a leitura deveria conduzir o leitor à reflexão e à pesquisa. (STRANG, 2003, p.15)

Nesta perspectiva, o livro seria um objeto que incentivaria a participação dos alunos por meio de desenvolvimento do pensamento reflexivo. De acordo com o movimento da Escola Nova o livro escolar, considerado um instrumento de trabalho, transformava-se em obra aberta, de maneira que através da leitura

aspectos do mundo pudessem ser descobertos. A leitura e a pesquisa empírica se complementavam para construir um novo saber que incentivava a produção de outros saberes. Desta maneira, a leitura poderia ser tão ativa quanto a realização de um experimento e para isso deveriam ser oferecidos variados tipos de textos aos alunos, o que concorreria para que estes produzissem o seu próprio conhecimento. Para William Kilpatrick (1918)⁴⁰ — outra referência da Escola Nova — a participação ativa dos alunos seria importantíssima, pois desenvolveria o comprometimento, algo que poderia se estender para a vida cotidiana. Para este educador, “o engajamento em situações [do dia a dia] é a atitude desejada nas sociedades democráticas” (VALDEMARIN, 2010, p.100).

Nos anos 1930 o Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema afirmou que livro escolar era o instrumento educativo de maior abrangência, pois acompanhava o aluno tanto na escola quanto em casa, assim como, possuía um papel regulador do trabalho docente (FILGUEIRAS, 2013, p.165). Foi nesse período, marcado pela atuação de vários escolanovistas em órgãos governamentais nos estados e na administração federal, entre eles, Lourenço Filho no Ministério em diversos cargos técnicos (VIDAL, 2006, p.11), que Monteiro Lobato escreveu seus livros considerados paradidáticos.

Se o livro escolar tornou-se um instrumento de leitura que possibilitaria descobrir aspectos do mundo, o livro que anos depois foi nomeado paradidático pode ser considerado um livro de literatura e escolar concomitantemente, pois atingia dois objetivos: ao aprendizado dos conteúdos ou de condutas por meio da narrativa e o desenvolvimento da leitura, pois estes livros eram adotados pelos grupos escolares como “livros de leitura”.

A preocupação em tornar o livro e o ensino do português mais atrativos, concorreu para melhorar a estrutura da biblioteca escolar, da disposição dos livros ao mobiliário, tornando-a um lugar envolvente e agradável aos alunos. A reforma realizada por Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro em 1928, já determinava que em cada escola fossem organizadas duas bibliotecas: uma para os alunos e outra para os professores, e que estes ambientes fossem

⁴⁰ William Kilpatrick publicou em 1918 na revista **Teachers College Record** um artigo denominado “O método de projetos” no qual assumiu as proposições gerais de John Dewey e esclareceu pontos sobre as novas propostas educacionais (VALDEMARIN, 2010, p.100).

amplamente utilizados. A leitura por prazer, tantas vezes associado ao lazer, devia também passar a fazer parte da rotina da escola, conjuntamente à leitura utilitária, que visava por meio desta preparar os alunos para decifrar o mundo. Sendo assim, a tarefa da escola seria produzir alunos decifradores da cultura de seu tempo/lugar, uma cultura que em vários aspectos era a do trabalho (VIDAL, 2002).

Em um de seus livros para o público adulto, editado em 1932, podemos também localizar o pensamento de Monteiro Lobato a respeito da leitura e do espaço da biblioteca como fator importante na formação do indivíduo. Em **América** o escritor se mostrou maravilhado com a possibilidade das crianças, nos Estados Unidos, frequentarem uma biblioteca de maneira livre e prazerosa:

O prazer das crianças é ali intenso, porque podem mexer à vontade. O “não faça isso, não bula nisso” não existe. Podem tirar das estantes os livros que desejarem, dois, três, quatro ao mesmo tempo, e vê-los, lê-los, cheirá-los quanto quiserem, onde e como quiserem (LOBATO, 1948 [1932], p.213).

Segundo Diana Vidal (2002), esta nova perspectiva parecia afastar o livro do universo da escola, considerando que a própria postura de ler indicava o silêncio e o repouso. No entanto, o que se pretendia pelos educadores ligados ao movimento da Escola Nova era que o livro fosse utilizado sob uma nova abordagem, oferecido em abundância, tornando o papel da biblioteca fundamental, e ressignificando o livro dentro de uma proposta ativa, que combatia a memorização e repetição e privilegiava o prático e concreto, a vivificação do ensino. Para isto, precisava reabilitar o livro de acordo com as ideias de John Dewey, tornando-o canal de pesquisa e reflexão; um produtor de saber (VIDAL, 2002).

No Brasil, esta perspectiva ganhou grande impulso nos anos 1930, notadamente a partir da gestão de Anísio Teixeira como Diretor de Instrução no Distrito Federal, de 1932 a 1935, que instaurou medidas que tiveram por meta a expansão de bibliotecas escolares e propunha a criação de clubes de leitura, entre outras ações. Foi justamente neste período que houve um aumento da tiragem e grande circularidade dos livros infantis de Monteiro Lobato nas instâncias públicas de ensino. (ALCANFOR, 2013, p.9).

O aumento vertiginoso das tiragens das obras infantis em geral, e as de Monteiro Lobato em particular, causado pelo crescimento da demanda insuflada pela escola, também barateou o custo do livro, o que ampliou o número de seus leitores até entre os que já estavam fora da escola, mesmo em um país de muitos analfabetos e pessoas com poucos recursos financeiros.

O incentivo à leitura é perceptível inclusive nas narrativas desses próprios livros classificados como infantis. No ambiente do Sítio do Picapau Amarelo era frequente a menção à biblioteca de Dona Benta, repleta de clássicos, e às novidades impressas que sempre chegavam e que eram incorporadas ao acervo já existente. Uma das atividades mais adoradas pelos meninos do Sítio eram os serões de leitura da avó, que rodeada pelas crianças contava e lia histórias. Em **História do mundo para as crianças** de 1933, o livro se iniciava assim: “Dona Benta era uma senhora de leitura, que além de ter uma biblioteca de várias centenas de volumes ainda recebia, mandadas por um livreiro da capital, as novidades mais interessantes do momento” (LOBATO, 1933, p.7).

Outra questão prezada por Lobato e que esteve constantemente presente em seus livros diz respeito à leitura também como um canal de conhecimento, por sua possibilidade de agir em prol da educação do indivíduo, conforme podemos observar em exemplos de **História do mundo para as crianças**: “Hoje, quem quer divertir-se abre um volume – e passeia pelo mundo, como estamos passeando pela história adentro. E fica sabendo mil coisas que não sabe.” (LOBATO, 1933, p.215); Ao contar sobre a civilização egípcia, Dona Benta destacou que os sacerdotes eram os únicos que possuíam educação, isto é “aprendiam a ler e escrever os hieróglifos. Formavam o cérebro, a parte pensante do país” (LOBATO, 1933, p.27). Outro exemplo eram os árabes dos primeiros tempos do islamismo. Segundo a avó, “os árabes estudavam, liam livros, tornando-se um povo de sábios e letrados [...]. Tinham bibliotecas importantíssimas” (LOBATO, 1933, p.163).

Em **Geografia de Dona Benta**, a superioridade da Dinamarca foi destacada pelo hábito de leitura do povo “eles começaram a ler, a ler, a ler. As estatísticas mostram que ninguém hoje no mundo consome mais livros que os dinamarqueses. E tudo se faz lá com o maior capricho.” (LOBATO, 1935b, p.233). Percebe-se que a leitura-conhecimento estava sempre atrelada a uma

posição social de destaque do indivíduo em sua profissão ou de uma sociedade como um todo.

Monteiro Lobato também exemplificou o oposto, afirmando em **História do mundo para as crianças** que “[...] quem não lê não se instrui, fica asno a vida inteira” (LOBATO, 1933, p. 214). No Sítio do Picapau Amarelo a principal representação da pessoa sem instrução era Tia Nastácia, alvo de várias críticas, algumas vezes agressivas. Conforme Vasconcellos, a personagem seria “uma empregada, várias vezes caracterizada como ignorante e analfabeta.” (VASCONCELLOS, 1982, p.139) Em **Aritmética da Emília** Tia Nastácia disse que o Visconde, após ter estudado e lido muitos livros, havia se tornado “[um] sábio de verdade, desses que dizem coisas que a gente não entende”, então a cozinheira recebeu a seguinte resposta de Dona Benta: “Não entende você, que é uma analfabeta [...]. Todos os outros, até a Emília, estão entendendo perfeitamente o que ele diz” (LOBATO, 1935a, p.25).

Ao associar a leitura com sabedoria e conseqüentemente a falta dela com a ignorância, Monteiro Lobato acabou por qualificar as pessoas que possuíam ou não a tal habilidade. Paralelamente o autor destacava o local no qual se conseguia a habilidade da leitura: a escola. Em **Emília no país da gramática** a personagem Dona Etimologia explicou aos meninos:

As pessoas cultas aprendem com professores e, como aprendem, repetem certo as palavras. Mas os incultos aprendem o pouco que sabem com outros incultos, e só aprendem mais ou menos, de modo que não só repetem os erros aprendidos como perpetram erros novos, que por sua vez passam a ser repetidos. (LOBATO, 1934, p.96)

Ao tratar do tema alfabetização e escola, Lobato estava se referindo à educação básica, que tinha a alfabetização como objetivo principal, a qual englobava os conteúdos da gramática e aritmética, bem como as habilidades denominadas ler, escrever e contar. Na Europa, a associação entre a alfabetização e escola ganhou ímpeto significativo a partir da Revolução Francesa e adentrou o século XIX, quando esta instituição de ensino assumiu o papel de capacitar o cidadão em nível elementar e assim prepará-lo para a vida no mundo contemporâneo (BOTO 1996; VEIGA, 2004).

No Brasil, Vera R. Beltrão Marques afirma que este interesse foi mais evidente nos fins dos Oitocentos, quando houve uma grande valorização da educação básica, considerada quesito primordial para a formação de um trabalhador com perfil e atitudes criativas e competitivas que o mercado estava exigindo naquele momento. (MARQUES, 2003, p.65-67)

Segundo Rosa Fátima de Souza (1998) a leitura, a escrita e o cálculo já constituíam o programa básico das escolas de primeiras letras no período imperial, e com a república estes objetivos se renovaram e ampliaram as suas finalidades. A aprendizagem da língua, por exemplo, tornou-se instrumento de homogeneização social e canal para propósitos morais e instrumentais. (SOUZA, 1998, p. 176). Ao pensar na formação para a vida adulta, considerando o processo de crescimento e diversificação das atividades urbanas no Brasil dos anos 1930, é possível vislumbrar o quanto os livros escritos por Monteiro Lobato enfocando gramática e aritmética estavam em consonância com esse processo social.

Em **Emília no país da gramática** é evidente a perspectiva da língua como meio para homogeneizar e inculcar propósitos morais e práticos nos brasileiros. O livro ensinava o conhecimento da língua, denominado gramática, que devia ser utilizado cotidianamente: falar, ler e escrever adequadamente. Ao apresentar a personagem chamada Ortografia, Monteiro Lobato a definiu como a “Escrita Correta ou a que ensina a escrever corretamente.” Ressaltando a sua importância: “Pois a senhora precisa trabalhar muito, disse Emília, porque a maior parte das gentes ainda não sabe escrever na regra” (LOBATO, 1934, p.153). Assim, nesta passagem do livro fala e escrita padrão foram valorizadas. Em outra passagem, os vícios de linguagem eram tratados como “monstros” pela boneca, pois na visão dela eles causavam a escrita incorreta das palavras, frases sem clareza, sentido duplo duvidoso, em suma, fariam “muito mal à língua”. (LOBATO, 1934, p.133)

Quanto à aritmética, como indicou o livro **Aritmética da Emília**, a intenção latente de Lobato foi demonstrar a utilidade e importância deste conteúdo no dia a dia, com vários exemplos relacionados ao trabalho e aos ganhos com ele obtidos. Ao falar sobre as medidas o Visconde de Sabugosa afirmou:

Medir é uma das coisas mais importantes da vida humana. Os homens não fazem nada sem medir primeiro. Quem vai comprar chita numa loja, obriga o caixeiro a medir um pedaço da fazenda. Quem vai vender feijão no mercado da vila, pesa-o antes de entrar em negócio. Pesas é medir. O automóvel que para numa bomba de gasolina a fim de encher o tanque faz o bombeiro medir a gasolina que entra. Sem essas medições seria impossível negociar [...] a base da vida dos negócios, portanto, é a medição. (LOBATO, 1935a, p. 149-150)

Em outra passagem do livro o Visconde explicou que a principal finalidade de aprender os números e suas relações era para saber lidar com o dinheiro:

Se eu tenho um pacote de dinheiro, posso transformá-lo numa casa, numa vaca de leite, num passeio a Europa, num terreno, numa porção de ternos de roupa, numa confeitaria inteira de doces, num automóvel – em tudo quanto eu queira. (LOBATO, 1935a, p.36)

A função utilitária da aritmética, expressa pelo cálculo, se fez explícita no diálogo entre Dona Benta e Emília quanto à importância desta disciplina:

– Mas que adianta saber Aritmética? Insistiu Emília. Eu já vivi uma porção de vida e nunca precisei de Aritmética. Bobagem.

– Não diga assim, tolinha. As contas da Aritmética são das mais necessárias a quem vive neste mundo. Sem ela os engenheiros não podiam construir casas, nem pontes, nem estradas de ferro, nem nada grandioso. Tudo tem que ser calculado e para tais cálculos a Aritmética é a base. Até para comprar um sabão na venda uma pessoa tem que saber Aritmética, para não ser logrado pelo vendeiro no troco. (LOBATO, 1935a, p. 127)

Entre os conteúdos da disciplina aritmética, também em outros livros da saga do SÍTIO DO PICAPAU AMARELO existia um destaque para o cálculo, sobretudo o mental. Pedrinho e, principalmente, Narizinho realizavam cálculos em diversas situações que apareciam no decorrer das histórias, muitas vezes por iniciativa própria ou quando requisitados pela avó. Era uma habilidade muito valorizada nestes enredos, portanto aconteciam com frequência.

Em **História do mundo para as crianças** (1933), Pedrinho se interessou em calcular a altura das Muralhas da China, que, segundo Dona Benta, seria cinquenta vezes mais alta que um homem:

Espera vovó, disse Pedrinho, sacando do bolso um lápis com ponta feita a dente. Quero fazer o cálculo em metros. Um homem terá, em média, 1 metro e 70 centímetros. Isso multiplicado por 50 dá – deixe-me ver... cinco vezes sete, trinta e cinco; ponho cinco e vão três; cinco vezes um, cinco, mais três, oito. Oitenta e cinco metros! Já é altura vovó! (LOBATO, 1933, p.64)

Nesse contexto, a avó se apresentava sempre com uma postura provocadora e desafiadora, a exemplo dessa passagem em **História das invenções** (1935):

– Pois é, continuou Dona Benta, os persas construíram 600 trirremes, que levavam, cada uma, 200 soldados, além dos remadores. O exército inteiro tinha – quantos homens, Pedrinho? Depressa, de cabeça...
 – Doze mil! Respondeu o menino.
 – Cento e vinte mil! Emendou Narizinho, que era muito boa para cálculo rápido. (LOBATO, 1935c, p.80)

Ao calcular a altura de uma escada que chegaria até a lua os netos de Dona Benta competiram novamente:

Narizinho fez depressa a conta, dando a cada palmo 20 centímetros, e respondeu:
 – Um bilhão e novecentos e dez milhões de degraus!
 Pedrinho não quis ficar atrás; calculou depressa quanto tempo um homem levaria para subir todos aqueles degraus... Dona Benta riu-se daqueles cálculos, satisfeita de ver o cérebro dos meninos já desenvolvido. (LOBATO, 1935c, p.113-114)

Assim, mesmo considerando que a disciplina aritmética nos grupos escolares tinha finalidades instrumentais e práticas (Souza, 1998), o grande diferencial do texto de Monteiro Lobato eram as situações criadas para incentivar as crianças a aprender aritmética⁴¹. Situações lúdicas que se concretizavam por meio de jogos, brincadeiras, desafios. Algo que, conforme

⁴¹ Sobre a disciplina matemática no Brasil confira Valente, 2003 e 1999.

Fernando Teixeira Luiz (2009, p.279-280), contrastava com a metodologia do período baseada na aprendizagem de sinais, regras e fórmulas por meio de aulas expositivas e exercícios de repetição, sem compreensão do uso concreto destas. Monteiro Lobato escreveu com a pretensão de articular a abstração desta matéria à sua aplicabilidade na vida da criança.

Os ensinamentos nos livros infantis de Lobato aconteciam por meio de brincadeiras, situações concretas, experiências, algo defendido pela Escola Nova. Um exemplo dessas situações de aprendizagem foi o momento em que as crianças do Sítio aprendem frações. Tudo começou com a resposta para a pergunta: para que serve aprender frações?

Para mil coisas, respondeu Visconde. Na vida de todos os dias a gente lida com frações sem saber que o está fazendo. Vou dar um exemplo. Suponha que o coronel Teodorico manda mais uma melancia com ordem de ser dividida igualmente por todas as pessoas da casa. (LOBATO, 1935a, p.109)

Em outro momento Emília experimentou fazer frações dobrando e dividindo folhas de papel: “Com papel é mais divertido, objetou Emília. Eu com um bloco de papel sou capaz de fazer todas essas contas da Aritmética sem o menor erro” (LOBATO, 1935a, p.131).

Segundo Dewey, o desenvolvimento das habilidades se configurava em aprender por meio de atividades, ou seja, aprender fazendo. Sendo assim, na matéria educativa primária: “as artes e ocupações constituem o estágio inicial do currículo, porquanto correspondem à fase em que a criança deseja saber como proceder para a realização de seus fins” (DEWEY, 1959, p.204). É impossível não perceber a proximidade dos textos de Lobato sobre aritmética e gramática desta perspectiva do educador norte-americano.

Voltando ao “país da gramática”, ao mesmo tempo em que Monteiro Lobato escreveu um livro no intuito de ensinar esta disciplina de uma maneira mais agradável e eficiente, o escritor aproveitou para expressar sua opinião a respeito da gramática e da língua portuguesa. Neste sentido, defendeu a transformação da língua no sentido de torná-la mais atual, sobretudo simples e prática. No enredo de **Emília no país da gramática** os neologismos foram soltos por Emília de suas jaulas para poderem circular e fazer parte da língua assim como outras palavras que ajudavam, de acordo com o texto, a simplificá-

la (LOBATO, 1934). Na verdade a intenção de Lobato foi defender uma língua culta, mas sem exageros. O segredo estaria em simplificá-la para que fosse utilizada efetivamente de forma correta⁴².

O objetivo de se obter uma linguagem clara e simplificar a escrita seria tornar a língua mais acessível e efetiva para que fosse utilizada em sua principal função, a de comunicação/expressão. Em defesa de uma língua que servisse a vida cotidiana desde cedo, Monteiro Lobato criticava nos gramáticos e na gramática tradicional não só a maneira de ensiná-la, mas a prática de torná-la complexa, resultado muitas vezes de reformas e acréscimos que considerava sem precisão: “Que peste é a tal da gramática! disse Emília. Tem coisas que não acabam mais.” (LOBATO, 1934, p.142).

Para Cavalheiro, o interesse de Monteiro Lobato pela gramática partiu de uma de suas grandes decepções: ter reprovado numa prova de português quando jovem, o que, segundo o biógrafo, causou um grande trauma que o faria se “vingar” dos gramáticos, criticando “gramatiquices” e escrevendo sobre gramática (CAVALHEIRO, 1955, p.38)⁴³. Mesmo considerando as implicações desse acontecimento na vida de Lobato, as teses de pensadores como John Dewey e o contato com educadores como Anísio Teixeira, certamente concorreram para a forma como essas críticas foram traduzidas em seu livro paradidático sobre gramática.

Para Albieri (2009, p.267) a estratégia utilizada no livro de Monteiro Lobato sobre a gramática correspondia à “solidariedade lobatiana à infância”, pois através de sua maneira de explicar o escritor conseguiu repassar os conteúdos do ensino de língua portuguesa de uma maneira leve e lúdica, diferentemente do que se via nas escolas:

Ao apresentar os termos gramaticais de maneira antropomorfizada, isto é, como personagens humanizados, dotados de fala e ações, Lobato redimensiona a noção da língua, tornando-a menos abstrata e mais viva, indo, pois, em

⁴² Em carta de 1944 Monteiro Lobato expressou sua admiração pelo texto de Aureliano Leite, que fazia uso de uma linguagem “firme, sólida, decente, escoreita, sem os clássicos vícios nacionais. Encanta-me o seu modo de escrever, Aureliano – e ensina-me coisas” (Carta, 12/04/1944. LOBATO, 1986, p.66). Leite foi advogado, deputado paulista na Constituinte de 1934 e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (NUNES, 1986b, p. 291).

⁴³ Segundo Lucas (1983), desde seus primeiros textos Monteiro Lobato se mostrava contra o uso de adjetivação abundante e o estilo ornamental que era comum nas obras literárias e, em resposta, escrevia de maneira diferencial.

sentido oposto ao das definições das gramáticas escolares. A dimensão viva, lúdica e instável da língua, ausente de manuais escolares, ressurgiu, dramatizada e antropomorfizada, em **Emília no país da gramática**. (ALBIERI, 2009, p.270)

No seu livro dedicado à gramática, a crítica de Lobato contra a forma rebuscada de escrever não poderia ficar ausente, como se observou na fala de Emília para a personagem Dona Ortografia Etimológica:

A senhora canta muito bem, mas não entoa. Talvez até tenha carros de boi de razão. Entretanto, ignora a maçada que é para as crianças estarem decorando um por um o modo de escreverem as palavras pelo sistema antigo [...] Eu falo aqui em nome da criança. Queremos a ortografia nova porque ela nos facilita a vida. Quanto menos complicações melhor (LOBATO, 1934, p.159-160)⁴⁴.

Na continuação da passagem acima Emília iniciou uma reforma ortográfica na língua portuguesa, retirando as letras desnecessárias das palavras. A boneca foi chamando cada palavra, perguntando o que lhe incomodava e tirando o excesso não necessário. Ex: sabbado – sábado/ sceptro- cetro/ thesouro- tesouro. Ao final do trabalho Emília afirmou: “Estamos na era da simplificação” (LOBATO, 1934, p.163).

Deste modo, o autor explicitava sua tese sobre o caráter mutável da língua destacando que aqueles que tinham, efetivamente, o poder de transformá-la e construí-la eram as pessoas. O personagem Quindim, o rinoceronte, assim se expressou:

Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua estudam o comportamento delas, xingam-nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras, e as faz e desfaz, e esquece umas e inventam novas, é o dono da língua – o Povo. (LOBATO, 1934, p.58)

Afirmar que a população realizava mudanças na língua e que esta devia ser simplificada/atualizada, não significava para Lobato aceitar uma linguagem

⁴⁴ Essa tese do “quanto menos complicar melhor” também esteve presente no livro **Aritmética da Emília** quando depois de explicações da personagem Dona Regra, que afirmou: “[...] escreve-se o Subtraendo debaixo do Minuendo”, Emília interveio dizendo: “Quer dizer que se escreve o número menor debaixo do maior, não é isso?” (LOBATO, 1935a, p.65).

e uma escrita pobre, incorreta ou inculta. Para o autor, era preciso instruir as pessoas justamente para que pudessem agir adequadamente em relação à língua, tornando-a efetiva e evitando os excessos. Um exemplo de como o escritor prezava a qualidade da língua pode ser localizado no livro **Emília no país da gramática**, quando foram apresentadas palavras que seriam moralmente inadequadas, como as gírias, os barbarismos e as palavras obscenas, cujo uso estava ligado às pessoas com baixa educação ou avessas à moralidade. Esta visão um tanto elitizada da língua foi mostrada, entre outras, na passagem em que as gírias foram consideradas palavras: “criadas e empregadas por malandros e gatunos” (LOBATO, 1934, p.22). Monteiro Lobato explicitou por meio do espaço ficcional chamado “país da gramática”, uma hierarquia socioeconômica, educacional e moral relacionada à língua e às convenções morais:

Oh, estou envergonhadíssimo! Exclamou [o Visconde] com esforço, enxugando a testa com as palhinhas de milho. Imaginem que ao vir pra cá errei e fui dar com os costados num bairro horrível, que nem sei como a polícia deixa! O bairro das Palavras Obscenas... Que coisa feia, Santo Deus! Vi por lá, soltas nas ruas, esmolambadas e sórdidas, as palavras mais sujas da língua. Sarnentas, vestidas de farrapos e sem a menor compostura de modos (LOBATO, 1934, p. 38).

Importante ressaltar que, nesse período, notadamente depois de 1937, não somente para Lobato a língua como meio de integração nacional era um instrumento decisivo para a formação da criança, que bem educada edificaria o Brasil grande. Por isso, além da efetiva apreensão dos signos do ensino de leitura, escrita e cálculo havia, segundo Souza e Faria Filho, uma grande preocupação com “[...] a educação moral e cívica, a difusão dos valores cívico-patrióticos, a construção da nacionalidade e a preparação para o trabalho” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 37). Temas que eram mediados pelo ensino da língua portuguesa.

Como escreveu Marta Carvalho, a educação primária, por consequência o analfabetismo, foi pauta constante das Reformas de Instrução Pública por toda a década de 1920, articulado ao desejo de construir uma escola que também privilegiasse a ação, o trabalho, além da formação moral e do caráter. Os educadores brasileiros apostavam numa escola que transformasse as

massas, cujo programa tinha a finalidade de bem formar o homem para assim conseguir reformar toda sociedade (CARVALHO, 2000, p.239- 241). Os debates que aconteceram nos primeiros anos da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924, foram exemplares (cf. CARVALHO, 1998). Nos anos 1930, a escola primária, seus materiais, métodos e atores continuaram em pauta quando o tema era o futuro da nação, Entretanto, como alerta Lucilene Alcanfor:

Cativando a atenção de determinados agentes culturais ligados ao mundo das letras e da educação, a literatura escolar torna-se objeto de políticas públicas que, a partir dos anos 1930, ampliaram as ações voltadas à formação dos futuros cidadãos, sendo reconhecida como instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e o aprendizado, ganhando cada vez mais força como peça importante na viabilização de projetos educacionais ao ser concebida como importante meio de divulgação do ideário educacional (ALCANFOR, 2013, p.12-13).

A literatura escolar que na obra paradidática de Monteiro Lobato teve a questão do ler, escrever e contar como temas intimamente relacionados à formação da criança para sua atuação efetiva na sociedade⁴⁵, o que em grande parte significava no trabalho. Maneira de abordar uma temática que estava em consonância com características apontadas por estudiosos do método de Dewey. Para este educador, a leitura, a escrita e o cálculo deviam ser ensinados de maneira integrada a realidade do educando e da própria educação. Assim a linguagem era vista como um meio de comunicação de todos os resultados e atividades realizadas. O cálculo, ao ser integrado a outras atividades, inclusive as domésticas, faria com que a criança elaborasse uma noção mais real dos números (cf. BELTRÁN, 2003, p.56-57). Segundo palavras do próprio Dewey:

Um programa de estudos que tenha em vista as responsabilidades sociais da educação deve apresentar

⁴⁵ Vale ressaltar que na história ocidental a preocupação com o ler-escrever foi regida por diversos propósitos que implicaram ou não no estímulo à alfabetização de diferentes grupos sociais. Peter Burke, por exemplo, escreveu sobre como no início da Itália moderna a alfabetização era concebida como uma ameaça ao sigilo e por isso exigia-se que o homem responsável por selar documentos importantes fosse analfabeto, para garantir que não fossem adulterados (BURKE, 1997, p.31).

situações cujos problemas sejam relevantes para a vida em sociedade e em que se utilizem as observações e conhecimentos para desenvolver a compreensividade e o interesse sociais (DEWEY, 1959, p.212).

Uma perspectiva evidenciada nos livros paradidáticos de Monteiro Lobato. Para o autor a escola primária, responsável pela alfabetização, seria o primeiro passo no processo de formação do brasileiro cidadão trabalhador e, conforme afirmou no texto “O grande problema” ainda em 1922: “A escola primária ensina a ler. A profissional ensina a tirar partido da leitura. Uma sem a outra é cartucho sem espingarda, ou espingarda sem cartucho” (LOBATO, 1951d [1933], p.219). Ideia que acompanhou Lobato nos anos seguintes, como é possível vislumbrar em trecho do texto “Rapido croquis”, presente no livro **Mundo da lua e miscelânea** na segunda parte do volume, chamada “Fragmentos”, em que foram transcritas impressões que Lobato redigiu em pequenos textos (sem data precisa⁴⁶) na tentativa de continuar a redação de seu diário pessoal:

A classe fecunda, a classe obreira do progresso industrial, o pedreiro, o marceneiro, o entalhador, o tipógrafo, o negociante, o mecânico, o eletricitista, o bombeiro, etc., essas formigas enfim do trabalho técnico, faltam-nos. E como são indispensáveis, importamo-las. Entre o Jeca de pé-no-chão, que carpe a roça, e o bacharel que requer habeas-corpus e faz discursos, ambos nacionais, temos que admitir uma cunha estrangeira de técnicos imigrados. O problema é abrir a classe de baixo o caminho a imediata. Temos de descascar o Jeca na escola primária, ensinando-lhe, depois, na profissional, a utilizar-se da leitura e da técnica. (LOBATO, 1951c [1923 e 1946], p.103)

Em “Espingarda, sim. Mas... e a pólvora?”, outro texto presente em “Fragmentos” do volume **Mundo da lua e miscelânea**, Lobato deu continuidade a esta reflexão:

Ensina a ler aos meninos e lança-os na vida sem nenhum aparelhamento técnico, como se a cartilha fosse um miraculoso sésamo abridor de todas as portas. Isso não basta. É fazer deles parasitas sociais, incapazes duma função econômica.

⁴⁶ Esta parte foi incorporada ao volume em 1946, mas essas impressões, em forma de pequenos textos, foram escritas anos antes.

Vão ser eleitores, vão “cavar”, e passam a vida em procura de miseráveis empreguinhos públicos de ínfima categoria, julgando indignas de exercício as profissões manuais [...] Se ao deixar a primária, entretanto, cursasse uma escola profissional, apetrechando-se de um ofício, entraria para a vida armado em pé de guerra. E venceria. E seria para o país uma unidade de produção eficiente. Assim como é um crime atirar ao combate soldados desprovidos de armas, não é crime menor lançar na vida meninos desprovidos de ensino técnico. O alfabeto vale como meio, não como fim. É cartucho que para ter valor pede espingarda do mesmo calibre (LOBATO, 1951c [1923 e 1946], p.103-104).

Assim, durante décadas, e de maneira destacada nos livros **Emília no país da gramática** e **Aritmética da Emília**, Monteiro Lobato expôs suas ideias sobre como as habilidades ler, escrever e contar deviam ser ensinadas na escola primária de forma combinada com temas que envolviam a realidade da criança e estavam relacionados à sua ampla formação sociocultural e moral. Para o autor, alfabetizar seria oferecer “brisas fagueiras” às crianças (LOBATO, 1951c [1923 e 1946], p.105); brisas amenas do ler-escrever que, conjugadas com o contar, formariam a base, o sopro inicial, para o conhecimento depois desenvolvido na escola profissionalizante, local que tornaria a grande maioria da população brasileira habilitada para adentrar a sociedade e com trabalho competente moldar seu próprio futuro, contribuindo desta maneira para o progresso do Brasil.

CAPÍTULO III

**PARA O PROGRESSO DO BRASIL: EDUCAÇÃO E TRABALHO; PETRÓLEO,
FERRO E MÁQUINAS: OS LIVROS *O POÇO DO VISCONDE* E *SERÕES DE
DONA BENTA***

Em 1927, ano que partiu para os Estados Unidos como Adido Comercial, Monteiro Lobato escreveu ao amigo Godofredo Rangel, relatando o início de sua vivência em terras norte-americanas e comentou: "Meu plano agora é um só: dar ferro e petróleo ao Brasil." (Carta, 17/08/1927. LOBATO, 1959a [1944], p.302). A percepção da importância primaz de petróleo e ferro para que, com máquinas e combustível farto, o país pudesse adentrar ao rol das "grandes nações", civilizadas e modernas, norteou suas ideias, atividades e assim muitos de seus textos. O escritor abordou tais temas também em seus livros paradigmáticos e de maneira mais evidente em dois deles: **O poço do Visconde** e **Serões de Dona Benta**, publicados em 1937. Ao se referir a estas ideias, Lobato sempre as relacionava com educação e trabalho, petróleo e máquinas – ferro, aço – assuntos que ganharam ênfase nestas obras⁴⁷.

Em **O poço do Visconde**, Monteiro Lobato abordou de forma central o tema petróleo, mas também outros minérios. No livro, Visconde de Sabugosa assumiu de forma destacada papel de professor. Visconde era um sábio, graças ao estudo; tinha pensamento crítico e atos prudentes (TOLENTINO; SANTOS, 2007, p.3; CAMPOS, 1986a, p.143; VASCONCELLOS, 1982, p.140). Ele, após muito estudar geologia, ensinou aos "meninos", ou seja, os personagens que representavam os alunos, sobre este conhecimento científico para que todos explorassem o petróleo no Sítio do Picapau Amarelo construindo um poço (LOBATO, 1937a). Em **Serões de Dona Benta**, a avó novamente incorporou o papel de professora e ensinou física e astronomia nos famosos serões do Sítio do Picapau Amarelo (LOBATO, 1937b). É explícita a ênfase na educação relacionada ao conhecimento científico, propulsora do progresso graças ao trabalho humano competente.

A predominância de assuntos que perpassavam os interesses de Lobato na literatura para crianças, em especial nestes dois títulos de 1937, ilustrava o desapontamento do autor com a recepção do adulto em oposição à

⁴⁷ Ao conhecer as fábricas Ford e a General Motors, Lobato ficou maravilhado com o aço Smith (aço esponja), produzido em fornos de baixa caloria, com o desenvolvimento de novas tecnologias. Pode-se perceber sua convicção e entusiasmo através do trecho de uma carta enviada ao próprio W. Smith: "Ainda estou sob a impressão da minha semana de Detroit, a mais notável da minha vida [...] parece que Mr. W. H. Smith é o padrão pelo qual todos procuram modelar-se. Estou apaixonado pela metalurgia e lendo muito a respeito [...] Cada vez me convenço mais de que o seu processo vai dar a solução prática que o meu país há cem anos procura." (Carta, 07/05/1928. LOBATO, 1986, p.27).

potencialidade da recepção infantil: “Escrever para as crianças é semear em terra roxa virgem – e não praguejada. Cérebro de adulto é solo já praguejado.” (Carta, 13/08/1946. LOBATO, 1986, p.122) Também refletia o desejo de ver circular suas ideias sobre e para o Brasil. Como escreveu Chartier, “o que importa, tanto quanto a ideia, e talvez mais, é a encarnação da ideia, os seus significados, o uso que dela faz” (CHARTIER, 1990, p. 48).

Uma das propostas que mais se fizeram presentes nos livros dos anos de 1930 foi a da exploração do petróleo brasileiro. Segundo Nunes (1986b, p.149), Monteiro Lobato voltou ao Brasil em 1931, deslumbrado com o desenvolvimento dos Estados Unidos o que desencadeou uma série de “sensacionais campanhas” em prol do progresso do Brasil. Sem dúvida as principais foram explorar o ferro e o petróleo. Em 1937, passados alguns anos de empreendimentos e dificuldades nessa área (como veremos ainda nesse capítulo), fez críticas ainda mais exacerbadas nos livros quanto aos rumos do país, agora destacando principalmente o tema petróleo.

Para Lobato, dentre os recursos disponíveis em terras nacionais o petróleo seria o grande protagonista, que através de seu poder combustível poderia concorrer para a maior eficiência do trabalho do homem, que gastaria menos energia com tarefas simples e físicas, proporcionando também o desenvolvimento da indústria. Podemos observar já no livro **Geografia de Dona Benta**, de 1935, a importância, sobretudo econômica, que o autor atribuía ao petróleo e também ao ferro:

O petróleo é o rei dos combustíveis modernos, de modo que só são ricos e fortes os países que o possuem. Graças ao petróleo é que os automóveis e aviões existem [...] Ferro e petróleo: eis os dois elementos básicos da grandeza dum povo moderno. Os Estados Unidos ficaram o país mais rico do mundo porque é de todos o que produz mais ferro e petróleo. (LOBATO, 1935b, p.53)

Mas, como sinalizou seus primeiros livros paradidáticos, nada podia ser feito sem o trabalho eficiente, fruto de uma boa educação e aplicação de conhecimentos científicos. Assim, Monteiro Lobato colocou o trabalho, com a educação, no mais alto patamar das necessidades para o desenvolvimento humano e social, o que coincidiu, com nuances, com o discurso de formação e

valorização dos “trabalhadores do Brasil” e também de crianças e jovens, do governo Getúlio Vargas (cf. LEVINE, 2001; PARANHOS, 2007).

Retomando o tema dos recursos naturais do país, é possível perceber atenção semelhante nas propostas delineadas pelo governo federal, que desde os primeiros anos dos anos 1930 previu a diminuição da importação como medida de defesa e desenvolvimento da economia, e para tal alardeou a necessidade do aproveitamento dos recursos naturais do país. Assim sendo, a prioridade governamental foi investir na exploração e transformação do ferro, a matéria-prima indispensável para se desenvolver todo o restante:

O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, e florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus redutos. Sobre as águas, é o navio, a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar, velozmente, mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio, e aligeirando-lhe o voo. E, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro. (VARGAS, 23 fev.1931)

Mas, se a atenção com o ferro era semelhante nos discursos de Lobato e do governo Vargas, o foco primordial na questão siderúrgica já dividia as duas falas, que eram opostas quando o tema era combustível: enquanto Lobato focava na exploração do petróleo, o governo varguista apostava no álcool de cana-de-açúcar, o que inclusive concorreria para maior desenvolvimento agrícola.

Diferentes proposições que eram embasadas por um objetivo comum: o progresso do país por meio da máquina. Desta maneira, Monteiro Lobato enviou várias cartas na tentativa de sensibilizar e obter o apoio de Getúlio Vargas para suas ideias:

[Dr. Getúlio]. Os ideólogos da revolução já aplicaram todas as suas mezinhas salvadoras – e a aflição econômica persiste. Eram idealistas utópicos. Mas o grande idealismo é o *idealismo orgânico* – o que não procura conformar o mundo por uma

teoria que um sujeito tem lá na cabeça, mas sim melhorar o que existe [...] A minha fórmula é: um país só prospera quando os seus filhos crescem em eficiência. O meio de dar eficiência ao homem é multiplicar o seu poder por meio da máquina. A matéria-prima da máquina é uma só – ferro. Obtido o ferro, teremos a máquina em suas infinitas modalidades. Obtido o petróleo, que é a forma mais econômica de carbono, teremos a energia que faz mover a máquina. Dispondo de abundante energia mecânica e de máquina, o brasileiro, neste território imenso, se revelará um povo tão capaz da prosperidade rápida como o americano. Dê-me o seu apoio e eu darei petróleo e ferro ao Brasil. Por audaciosa e pretensiosa que pareça a proposição, está dentro de todas as possibilidades. (Carta, s/d. LOBATO, 1986, p.137)

Porém, essa parceria não aconteceu. E neste momento de incertezas, Monteiro Lobato realizou, por iniciativa própria, ações empresariais no intuito de localizar e explorar petróleo no Brasil: em abril de 1932 Lobato legalizou o funcionamento da Companhia Petróleo Nacional (CPN) e em agosto do mesmo ano, recebeu autorização para o funcionamento da Companhia Petróleos do Brasil (CPB). (CHIARADIA, 2009, p. 363). Paralelamente o escritor visitou escolas em vários pontos do país e conversou com os alunos em palestras, fornecendo informações sobre o processo de exploração deste produto (SILVA, 2011, p.6). Desta forma, pode-se observar mais uma vez a importância que o escritor atribuía à educação/formação infantil sobre temas que considerava de relevância nacional. Tal perspectiva ficou evidente nos seus livros paradidáticos — no caso do petróleo especialmente em **O poço do Visconde e Serões de Dona Benta**.

As críticas de Monteiro Lobato ao governo, relacionadas ao tema ferro e petróleo se intensificaram, sendo cada vez mais marcadas por seu desacordo com a postura intervencionista do estado na economia. Segundo André Luiz Vieira de Campos, para Lobato o governo devia apoiar ações privadas produtivas e não ser o gerente/produtor, associando esta postura à visão de mundo fordista que se baseava na máxima “menos governo nos negócios e mais negócios no governo”. Ou seja, o papel do Estado era apoiar os projetos de interesse do povo e não utilizá-lo para o seu interesse (CAMPOS, 1986a, p.61).

A postura de Lobato ressoava em sua literatura, nos jornais e em outros meios de comunicação. Entretanto, seus contatos com o governo federal continuaram:

Eu mandei ao Getúlio uma denúncia tremenda, e ele enviou-a ao Ministro da Agric. o qual por sua vez a exibiu - a quadrilha. Em vista disso, escrevi hoje ao Ministro que vou publicar a denúncia em muitos jornais e dar o maior escândalo possível. Quero ver o que ele me responde.

[E relembra] Ele [Getúlio] chamou-me em fins do ano passado e tivemos uma conferência importantíssima (e acabou levando-me ao teatro). Quer que eu dirija um novo departamento que ele vai criar e cuja função será provocar a entrada de capitais estrangeiros. Inda ontem recebi dele uma carta dizendo que a coisa está demorando porque tenciona habilitar-me com todos os recursos necessários. Tudo isto é reservado. Ouça e esqueça. Depois desse negócio conversei com ele sobre o petróleo e deixei-o de cabeça virada. (Carta, 13/02/1935. LOBATO, 1986, p.183-185)

Mas, mesmo considerando outros encontros entre Monteiro Lobato e Getúlio Vargas, não houve uma aproximação efetiva de ideias entre ambos⁴⁸. As críticas do escritor ao governo federal ficaram mais intensas e Lobato sofreu represálias. A respeito do livro **O poço do Visconde**, o autor comentou que, apesar de antecipar um futuro bom para o Brasil, estava recebendo alguns “castigozinhos” devido à obra: “Ainda agora tive um, curioso. O Ministério da Justiça negou-me autorização para lançar uma revista infantil, com o título O Sítio de D. Benta...” (Carta, 02/02/1939. LOBATO, 1986, p.195).

Desde 1931 Getúlio Vargas interferia na imprensa brasileira por meio da Lei da Censura instituída com a criação do Departamento Oficial de Propaganda. Este Departamento sofreu mudanças ao longo dos anos, ampliando suas ações, e em 1939 foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, que teve por atribuição controlar a produção cultural do país. Lobato, que curiosamente foi convidado para dirigir esse Departamento (indicação de amigos escolanovistas?) e recusou, sofreu repetidas restrições em suas publicações neste período (CORDEIRO, 2009, p.234).

⁴⁸ Conforme Lobato, ainda houve em 1935 um convite de Vargas para que ele participasse do governo, o autor em carta para Arthur Neiva: “Getúlio me convidou para organizar o Ministério (sic) da Propaganda – mas depois que lhe expus as minhas ideias, horrorizou-se. Eu pensava em tudo contrário dele...” (Carta, 17/07/1935. LOBATO, 1986, p.189)

Vale ressaltar que os livros **Serões de Dona Benta** e **O poço do Visconde**, ambos de 1937, correspondem a obras que apresentaram mais declaradamente as propostas políticas do autor, o que pode ter concorrido para restrições por parte do governo federal. O governo Vargas, atento ao que denominava “doutrinas perigosas”, percebia isto nos livros infantis de Lobato, sobretudo os que tinham a intenção de ensinar (cf. MINCHILLO, 2009, p.321).

No livro **O poço do Visconde**, pela boca do Visconde de Sabugosa, o escritor afirmou:

O mundo ficou pequeno depois que o petróleo veio mover as máquinas que o homem constrói com o ferro. Por isso estou dizendo que sem produzir ferro e tirar e queimar petróleo em grandes quantidades, como os Estados Unidos, o Brasil não ganhará impulso – não sairá do buraco da opilação econômica em que se atolou. O brasileiro está com a sua eficiência muito reduzida porque quase que só dispõe da força dos seus músculos, dos do boi e do cavalo. (LOBATO, 1937a, p. 55)

A preocupação de Lobato era clara, quanto à discordância da política governamental relacionada às jazidas de minérios e terras potencialmente petrolíferas que, para ele, estavam à mercê de uma “invasão estrangeira.” (HALLER, 2012, p.3-4)⁴⁹. O escritor era contra tanto a ação direta do Estado, quanto de grandes companhias internacionais de petróleo no Brasil (CAMPOS, 1986a, p.102-103). Monteiro Lobato fazia parte do grupo defensor da iniciativa privada brasileira para a exploração das riquezas minerais do país.

A questão da exploração mineral, principalmente do petróleo, foi tema cotidiano do escritor durante a década de 1930, como indicam sua correspondência e várias de suas publicações. O tom crescente de suas críticas revelou sua insatisfação quanto à falta de interesse e de ações do governo para com o petróleo. Entretanto, apesar de visivelmente insuficientes para o autor, aconteceram medidas governamentais relacionadas ao setor

⁴⁹ Monteiro Lobato publicou suas denúncias no livro **O escândalo do petróleo** (1936), que alcançou grande sucesso editorial, o que motivou inquérito do governo federal sobre a ação das companhias de petróleo estrangeiras no território brasileiro (Documentos da série: Campanha do Petróleo, subsérie: textual). Sobre este livro Lobato escreveu, em carta para José Américo de Almeida, advogado, escritor, ex-Ministro da Viação e Obras Públicas do governo Vargas (1930-1934): “Afirmo, provei e provo a quem quiser que nas perfurações oficiais feitas em Alagoas e São Paulo houve casos de contato com o petróleo procurado em que, por isso mesmo [por meio de análises feitas por geólogos estrangeiros, contratados pelo governo nacional], as perfurações foram suspensas ou *acidentadas*” (Carta, 02/07/1939. LOBATO, 1986, p.142).

inclusive antes do período Vargas. Desde as primeiras perfurações em busca de petróleo, iniciadas oficialmente em 1919 pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, abriram-se 51 poços no Brasil até 1930, mas sem resultado positivo. Na década de 1930 outras ações se concretizaram: em 1933, o governo Vargas criou o Departamento Nacional de Produção Mineral; em 1934, editou o Código de Minas e em 1938, criou o Conselho Nacional do Petróleo. Este último tornou responsabilidade da União os assuntos referentes à mineração e à exploração de jazidas de petróleo, o que proporcionou discussões sobre uma política nacional sobre o produto (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p.26-29)⁵⁰. Em 1939 foi encontrado petróleo no Brasil pela primeira vez, em uma região da Bahia, por ironia, chamada Lobato.

Em meio a essas discussões e ações, o posicionamento de Monteiro Lobato sobre o petróleo foi traduzido também em seus livros escolares. Afinal, educar crianças era, também nesse caso, uma aposta de um futuro melhor sonhado para o Brasil. Lobato escreveu no **O poço do Visconde** que após as explanações e esclarecimentos do Visconde, Pedrinho, que segundo estudiosos traduziu o aspecto pragmático, bem informado e ousado do escritor (TOLENTINO; SANTOS, 2007, p.8; VASCONCELLOS, 1982, p.146), declarou: “Sabotagem! Gritou Pedrinho. Juro como foi sabotagem daqueles *trusts* [reunião de empresas] malvados [...] Sabotaram a remessa de materiais, mandando numa caixa, em vez do *blowout*⁵¹, dois aparelhos de rádio, imagine...” (LOBATO, 1937a, p.115-116).

Considerações desse tipo não passaram despercebidas pelo governo Vargas, agora no regime francamente ditatorial do Estado Novo. Monteiro Lobato foi perseguido, seus livros foram recolhidos e queimados, sendo ele preso em 1941. Conforme carta de 17 de setembro de 1941 observa-se o sentimento do autor diante deste fato: “Depois que me vi condenado a 6 meses de prisão, e posto numa cadeia de assassinos e ladrões só porque teimei

⁵⁰ Segundo Carvalho Júnior: “A partir da segunda metade da década de 1940, a campanha ‘O Petróleo é Nosso’ empolgou grande parte da população brasileira pela defesa do monopólio estatal. Essa mobilização conseguiu impedir a aprovação do Estatuto do Petróleo, que permitia a participação do capital estrangeiro no setor, e também foi fundamental para a promulgação da Lei nº 2004 de 1953, que instituiu o monopólio e criou a Petrobras” (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p.6).

⁵¹ *Blowout preventer* é numa ferramenta para a construção do poço de petróleo, assim definida neste livro: “torneirão que se coloca na boca do poço para impedir que o petróleo jorre e inunde tudo.” (LOBATO, 1937a, p.114).

demais em dar petróleo á minha terra, morri um bom pedaço na alma.” (LOBATO, 1959a [1944], p.336).

Voltando ao livro **O poço do Visconde**, didaticamente construído com perguntas, Lobato não se esquivou em explicitar sua sociedade ideal: o Sítio do Picapau Amarelo, uma pequena república bem administrada, sobretudo porque tinha o governante ideal aos olhos de Lobato: Dona Benta. Podemos dizer que, segundo o autor, esta personagem possuía as qualidades e características necessárias para atuar como uma dirigente exemplar. Como escreveu André Luiz Vieira de Campos, o Sítio é “[...] um país imaginário, onde se projeta um modelo de ordem perfeita [...] E o segredo desta harmonia reside na postura da autoridade máxima do Sítio.” (1986a, p.131-132) Segundo Catinari, a representação da avó diz respeito ao modelo de político ideal para governar o Brasil, pois consiste em uma figura possuidora “da sabedoria acumulada, da inteligência e do livre-pensar.” (2009, p.48).

Dona Benta governava seu território com liberdade, mas com os devidos cuidados administrativos. Em oposição à burocracia que reprovava, Monteiro Lobato descreveu Dona Benta fazendo uma gestão racional e eficiente. Segundo Campos (1986a, p.134), este modelo de bom governo que ensinava às crianças leitoras pode ser observado quando a personagem se mostrava uma verdadeira empresária dos negócios do petróleo no momento em que este é descoberto no Sítio. Para Campos (1986a, p.139) a personagem de Dona Benta desempenhava o papel de empresária progressista que aplicava seus lucros em projetos que visavam a melhoria das condições de vida e de trabalho para toda a população do país.

No livro **O poço do Visconde**, além de representar a realidade que almejou por meio do exemplo de Dona Benta e seu Sítio, o autor não deixou de exprimir sua indignação com a estagnação brasileira, conforme afirmou o personagem Visconde de Sabugosa:

Isso mesmo! Eu se pudesse, pegava num martelo e embutia na cabeça de todos os brasileiros estas palavras: O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que

aumentará a eficiência do brasileiro. Tudo mais é bobagem.
(LOBATO, 1937a, p.56)

Neste livro Lobato explicitou sua proposta para a realização do progresso brasileiro. Nesta narrativa, como nas outras obras paradigmáticas, o modelo ideal de nação foram os Estados Unidos. No livro, Visconde de Sabugosa ensinou que em 1859 foi aberto o primeiro poço de petróleo naquele país e lembrou que em 1937 os norte-americanos já contavam com mais de 900 mil poços. Então ele perguntou: “Tudo, por quê? Porque o coronel Drake teve a coragem de começar”. Enquanto isso, o Brasil “estava dormindo” (LOBATO, 1937a, p.48). Quando Visconde falava da possibilidade de encontrar petróleo, depois de todas as considerações geológicas e explicações técnicas acessíveis aos atentos ouvidos das crianças e outros moradores do Sítio (e assim poderia ser nas escolas) Emília, a famosa boneca de pano, com sua impulsividade, imaginação e, também, lucidez e ousadia (VASCONCELLOS, 1982, p.140; CAMPOS, 1986a, p.141) se manifestava: “Viva! Viva! Vamos acordar o Brasil. Rompemos aqui o primeiro poço e pronto – está acordado o Brasil.” (LOBATO, 1937a, p.48).

O petróleo era considerado o “motor do mundo”, do progresso, conforme Lobato ensinou no livro **O poço do Visconde**, pois se tratava de “energia mecânica sob forma líquida”. O petróleo possibilitaria a independência econômica brasileira. Como afirmou o Visconde de Sabugosa:

[...] então deixaremos de ver essa coisa tristíssima de hoje – milhões de brasileiro descalços, analfabetos, andrajosos – na miséria. O Brasil tem todos os elementos para torna-se um país riquíssimo – mas riquíssimo de verdade, e não, como hoje, apenas rico de “possibilidades” – ou de “garganta”. (LOBATO, 1937a, p.50)

No mesmo livro, após a descoberta do petróleo no Sítio do Picapau Amarelo, o autor continuou a história mostrando as consequências que o petróleo trouxe àquela região. Ou seja, mostrou o progresso que o autor vislumbrava a partir da extração deste líquido valioso e de certa maneira ilustrando e justificando sua tese:

Era petróleo enfim. Era o jorro de petróleo [...] Um hurra tremendo ecoou. Os operários batiam palmas e gritavam, saudando o maravilhoso acontecimento. Tinham sido os obreiros do poço número 1 – o poço que iria mudar os destinos do Brasil, arrancando-o da sua eterna anemia econômica para lançá-lo na larga avenida do Progresso Sem Fim. (LOBATO, 1937a, p.120-121)

A partir do primeiro poço de petróleo as mudanças começaram a acontecer velozmente: “O preço das casas e terrenos subiu a galope [...] Vinha gente de fora aos bandos – gente das companhias de petróleo e aventureiros. Surgiram casas de sorvete, um cinema, dois, três, dez bares.” (LOBATO, 1937a, p.130). A pacata paisagem rural ganhou novos elementos e visibilidade, tal qual sonhado pelo autor: “Logo teremos aqui uma cidade à moda americana, movimentadíssima, que mudará tudo – os costumes e as gentes.” (LOBATO, 1937a, p.137). Obra educativa por excelência, **O poço do Visconde** enfatizava as benesses que as mudanças, quando bem administradas, podiam trazer a todos - mesmo lembrando a perda do sossego e o fato da chegada de cabarés, vícios e brigas à localidade, como assinala André Luiz Vieira de Campos (1986a, p.156).

Por meio deste texto infantil podemos perceber também o que seria sinônimo de progresso para o autor, o que lhe interessava desenvolver, quais áreas e questões tinham maior importância a ele neste sentido. Observa-se isto na passagem em que os personagens eram indagados por Dona Benta sobre o que fariam com o dinheiro vindo do petróleo. Narizinho, o protótipo da menina bem educada, de bons sentimentos, atenta às suas responsabilidades sociais (TOLENTINO; SANTOS, 2007, p.10; VASCONCELLOS, 1982, p.146), disse: “Meu sonho é construir hospitais, escolas, creches, biblioteca, coisas de utilidade geral. Há tanta pobreza e desgraça na terra...” (LOBATO, 1937a, p.84). A menina ainda ressaltou a preocupação com a educação para o trabalho, almejando a criação de escolas profissionais. Há também a preocupação em construir casas de saúde modernas e casas decentes, ou seja, higiênicas e modernas. Já Pedrinho expressou o desejo de fazer estradas (LOBATO, 1937a, p.155). Como escreveu Vasconcellos (1982, p.146), Narizinho e Pedrinho traduziram a boa educação e são exemplos de crianças preocupadas em melhorar o mundo.

Esta última característica também é expressa por Dona Benta, que enfatizava o seu desejo de ajudar a população rural que possuía menos recursos: “Eu sempre quis beneficiar este nosso povo da roça, tão miserável, sem cultura nenhuma, sem assistência. Largado em pleno abandono no mato, corroído de doenças feias e dolorosas [...] Meu programa é esse.” (LOBATO, 1937a, p.155).

Quando foi a vez de Visconde se pronunciar, o sabugo não surpreendeu dando ênfase à ciência: “E eu acho que devemos criar casas de ciência para o aproveitamento dos meninos que mostrarem vocação para os altos estudos. E mais tarde poderemos criar uma universidade como a de Harvard.” (LOBATO, 1937a, p.157).

Uma das raras vezes em que o narrador interveio ele afirmou: “Dona Benta e os netos só queriam petróleo para uma coisa: fazer obras públicas de benefício para toda gente. Nas outras empresas o sistema era o antigo: encherem-se de dinheiro egoísta.” (LOBATO, 1937a, p.171).

Fora da ficção, nesse período o país passava também por mudanças, sobretudo geradas pela crescente industrialização e o desenvolvimento das cidades. Anísio Teixeira, um dos precursores da Escola Nova no Brasil, com quem Monteiro Lobato mantinha correspondência, alertava que havia um desajustamento moral e social em que o homem estava ultrapassado para a sociedade que se modernizava, necessitando educar-se para ela. Sendo assim, para Teixeira: “A grande tarefa dos nossos dias é preparar o homem novo para o mundo novo, que a máquina e a ciência estão exigindo.” Pois não ocorrendo isto, “A máquina, que o vem libertar, o está escravizando. O industrialismo, que lhe vem dar conforto e força, o está fazendo morrer a fome [...] A ciência está em vésperas de resolver os problemas econômicos, os problemas sociais.” (TEIXEIRA, 1932, p.249).

A percepção de que a pobreza intelectual causava pobreza econômica, ou a mantinha, estava também presente nas ideias de Lobato. Em carta-prefácio de 1943 para o livro **Aspectos de nossa economia rural**, de Paulo Pinto Carvalho, por exemplo, o escritor afirmou que: “O Brasil é uma pobre coisa enorme, inerme e condenada a um triste destino porque somos muito pobres de inteligência. Essa pobreza determina a outra, a material.” (LOBATO, 1951f [1946], p.65) Assim, para Monteiro Lobato educação/cultura e riqueza

eram vias de mão dupla que se alimentavam mutuamente. Ambas resultariam no efetivo progresso de um país. Como escreveu Jacques Le Goff, a industrialização, impulsionada pela ciência, tornou-se no século XIX peça chave da economia, tradução de modernidade e “progresso intelectual”. (LE GOFF, 2003, p.192).

No texto “O grande problema” do livro, para público adulto **Na antevéspera** (1933), Lobato denunciou a falta de investimento na educação e reconheceu como a maior riqueza a mental - a única que se mantinha para sempre - e advertiu: “sem cultura não se fixa, não se perpetua a riqueza”. Essa seria uma condição para o progresso, pois é a cultura que constrói o alicerce que daria a fixidez e estabilidade do ser humano, e também da nação. Cultura esta que, para Lobato, estava arraigada na valorização do saber científico e tecnológico, aplicados ao cotidiano, adaptada a ele e suas necessidades mutáveis e alicerçadas no trabalho (LOBATO, 1951d [1933], p.216).

Entre os educadores envolvidos no movimento da Escola Nova no Brasil havia o desejo de transformar a estrutura educacional brasileira e os métodos de ensino para a preparação de um novo indivíduo apto para atuar numa nova sociedade. Enquanto o ensino primário garantiria para todos a mesma educação, pois se referia a um desenvolvimento geral – físico, moral, intelectual – a que todos têm direito, uma educação de base geral. A escola secundária seria dividida em duas áreas; uma intelectual e outra manual claramente destinada à preparação para o trabalho. Já o ensino superior, seria direcionado para altos estudos e também a formação docente. (VALDEMARIN, 2010, p.117).

O início dos anos de 1930 foi marcado pelas políticas no campo da educação e da saúde, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Na área educacional, aconteceu a instituição da Inspeção do Ensino Profissional Técnico e, em 1931, com Francisco Campos à frente do Ministério, uma série de decretos, que ficou conhecida como Reforma Campos, privilegiou a organização e regulamentação do ensino secundário e do ramo comercial do ensino profissional (SANTOS, 2000, p.216; CINTRA, 2005, p. 44). Vale ressaltar que diferentemente do ensino secundário, etapa anterior ao ensino superior, ao optar pelo ensino profissional o indivíduo seguia um caminho mais curto para inserção no mercado de trabalho, por meio da qualificação recebida

nos cursos e assim atenderia, mais rapidamente, à demanda de mão de obra na sociedade brasileira.

A partir de 1934, Gustavo Capanema assumiu esse Ministério e em 1935 propôs uma reforma que, nos anos seguintes, reordenou medidas da Reforma Campos e efetivou uma mudança institucional neste órgão governamental, que inclusive mudou de nome, em 1937, para Ministério da Educação e Saúde. Na área educacional, a Reforma Capanema pode ser dividida em duas frentes: a primeira, ligada à forma e o conteúdo de todo o sistema educativo, desde a universidade até o ensino industrial, agrícola e ensino secundário, e a segunda, mais abrangente, relacionada à cultura em amplo sentido, visando um projeto de construção nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984). Foi entre 1942 e 1946, através de decretos-lei e legislação complementar, conhecidas como as Leis Orgânicas do Ensino, que o Ministro Capanema reformou o ensino profissional, que foi dividido em comercial, industrial, agrícola, normal e doméstico, cada ramo com suas leis estabelecidas e específicas, além de também se instituir dois tipos de ensino profissional: o mantido pelo sistema oficial e outro, concedido às empresas. (CINTRA, 2005, p.48-49; LIMA, 2013, p.10-11)

Se Francisco Campos privilegiou o ramo comercial do ensino profissional, Capanema por sua vez, direcionou-se com mais ênfase ao ensino industrial. Este Ministro apresentava interesse em ampliar a quantidade de instituições que eram destinadas à formação da mão de obra para as fábricas. Capanema transformou a Inspeção de Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, contando com a colaboração das associações industriais e das escolas profissionais que existiam no país e em 1942 reformulou o ensino industrial com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁵² e com a estruturação do sistema oficial deste ramo por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que foi promulgada em 30 de janeiro de 1942. A Lei organizava este ensino em dois ciclos: um dedicado à formação fundamental e básica e outro que se destinava a formação de técnicos industriais (DOMINSCHKE, 2008; SANTOS, 2000, 216-217).

⁵² O SENAI foi criado em convênio com o setor industrial representado pela Confederação Nacional da Indústria “[...] nasceu a partir das exigências da expansão industrial brasileira, que demandava uma formação mínima do operariado, que teria de ser feita de modo mais rápido e mais prático”. (SANTOS, 2000, p.217).

Se o governo Vargas iria, paulatinamente nos anos 1930 e de maneira mais efetiva na década de 1940, investir na educação profissional, considerada uma das chaves para o progresso do Brasil, no livro **O poço do Visconde**, Monteiro Lobato também explicitava seu pensamento a respeito da educação profissional para a formação do trabalhador, assim como, retomava a ideia de que dando as condições necessárias o homem do interior do Brasil poderia progredir. Lobato inclusive reforçou a ideia de que esta modalidade de ensino seria meio de reabilitação: “E também poderemos criar umas boas escolas profissionais para esta caboclada bronca – propôs Narzinho – Eles são aproveitáveis, mas tem que ser ajudados. Por si nada fazem porque nada podem fazer.” (LOBATO, 1937a, p.155).

Mas a lógica de que para ter bons trabalhadores era preciso dar-lhes, além de boa educação, boas condições de vida, se repetiu em várias passagens do livro acima citado. Em uma delas ressaltou-se que para garantir a eficiência dos trabalhadores envolvidos na escavação do poço de petróleo foram criadas várias casas “muito bonitas e higiênicas” para essas pessoas, obedecendo a lógica de que “Quanto melhor acomodarmos os nossos homens, melhor trabalham.” (LOBATO, 1937a, p.79).

Assim, como ponderaram Tolentino e Santos (2007, p.12-13), a descoberta e exploração de petróleo no Sítio do Picapau Amarelo seria inclusive uma espécie de redenção do caboclo, pois trabalhando na extração do petróleo e recebendo as condições básicas (moradia, saúde, educação técnica) para se tornar um trabalhador eficiente, este sairia da miséria e estagnação que vivia e poderia progredir.

Interessante observar a afinidade de suas ideias com o discurso de Getúlio Vargas sobre o mesmo tema, uma indicação da circulação destas ideias na sociedade. Em fala de 1933, o Presidente afirmou:

A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado (VARGAS, 18 ago. 1933).

Encontra-se em diversos escritos de Lobato a valorização do ensino técnico e profissionalizante como meio de adquirir uma “ciência fecunda”. Num texto denominado “O grande problema”, parte do livro **Na antevespera**, Lobato assim concluiu: “O nosso magno problema é, pois, o homem, o cérebro. E como a escola é que faz e o refaz, o nosso magno problema se reduz a escolas.” (LOBATO, 1951e [1923], p.219-220).

Ao contrapor a obra de Monteiro Lobato com a educação, em especial ao ideal da Escola Nova, observar sua relação com Anísio Teixeira se faz imprescindível, pois, conforme já assinalado, ambos comungavam teses sobre o tema educação. Em carta de 1937, ano da publicação de **O poço do Visconde e Serões de Dona Benta**, Teixeira fez comentário geral sobre os livros paradidáticos de Lobato:

Dentro de meses saem seus novos livros, os de ciências... É o mundo sem fantasmas, que você está a criar para as crianças. Santo trabalho, meu caro Lobato, o trabalho que me entenece inteligência muito mais que você o possa imaginar. Quando o vejo a procurar com o ferro e o petróleo dar espinha ao nosso invertebrado Brasil econômico e com os seus livros a arejar a inteligência ao menino brasileiro que se vai erguer nas suas pernas traseiras, fico a sonhar na sua estátua. Porque ainda se há de marcar as épocas no país com você. (Carta, 07/07/1937. TEIXEIRA. *Apud* NUNES, 1986a, p.18).

A ligação da literatura de Monteiro Lobato com o movimento da Escola Nova é evidenciada pela correspondência do escritor com vários dos chamados “renovadores da educação”. Luciana Nunes lembra inclusive o fato de que foi Lobato quem aproximou Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Foi por meio de Monteiro Lobato que Teixeira e Azevedo se conheceram (NUNES, 2004, p.215). Em carta para Anísio Teixeira, Lobato disse:

O que me dizes do Fernando é o que eu esperava. Fernando é em si uma obra de arte da natureza, e tudo quanto dele sai vem com esse caráter de obra de arte que com tanta justeza lhe notaste na obra que empreendeu no Rio. Quanto mais a fundo o conheceres mais me agradecerás o ter-te revelado esse admirável irmão da grande irmandade. Prevejo que do encontro de ambos bons frutos hão de surgir. (Carta, 25/07/1929. LOBATO, 1986, p.113)

O que de fato aconteceu; Teixeira e Azevedo tornaram-se expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil, o que favoreceu a ligação de Lobato com este movimento. Conforme afirmou Valdemarin (2010, p.112), a presença das lideranças da Escola Nova em cargos políticos, administrativos, editoriais e educacionais foi um dos fatores responsáveis pela disseminação das ideias deste movimento no contexto educacional brasileiro. Assim, muitas destas personalidades estavam ligadas à instrução pública, e isto pode ter sido responsável pelo fato das obras de Monteiro Lobato continuarem circulando nas instituições públicas de ensino, apesar de sua crescente discordância com a política do governo Vargas (SILVA, 2011, p.10).

Mas a evidente ligação de Lobato com alguns representantes do movimento da Escola Nova não impediu sua divergência de teses apresentadas no Manifesto dos Pioneiros de 1932. Ao contrário, em carta para Anísio Teixeira, na qual declarou não aprovar o que estava escrito no referido texto, ao qual teve acesso por meio de Fernando de Azevedo, Lobato afirmou: “Comecei a ler o Manifesto. Comecei a não entender nada, a não ver ali o que desejava ver” (Carta s/d para Anísio Teixeira. LOBATO, 1986, p.100).

Por diversas vezes Monteiro Lobato apontou Anísio Teixeira como o mais bem preparado para seguir na liderança do movimento educacional brasileiro, pelo fato de este ter vivenciado de perto a educação norte-americana respaldada nos preceitos de John Dewey e Willian Kilpatrick. Somente ao amigo Anísio Teixeira teria sido possível “descortinar a verdade [educacional] moderna” nos Estados Unidos (Carta, s/d. LOBATO, 1986, p. 100).

O trabalho de John Dewey na Escola Laboratório, criada nos Estados Unidos, gerou uma concepção pedagógica da educação progressiva na qual a ciência foi “entendida como processo que possibilita a solução de problemas que se apresentam [...] a ciência é a demonstração que a atividade humana pode superar as adversidades do ambiente e possibilitar a adaptação” (VALDEMARIN, 2010, p.205).

O livro de Monteiro Lobato **Serões de Dona Benta** se iniciou com uma reflexão e com o entusiasmo para aprender ciência. Após conhecer geologia em **O poço do Visconde**, as crianças ficaram ansiosas para aprender mais ciência, tanto que o título do primeiro capítulo denominou-se “Comichões

científicas”. Junto ao crescente interesse “dos meninos” aconteceu também uma reflexão sobre o que era ciência e como era constituída:

— Outra coisa que não entendo, disse Emília, é esse negócio de várias ciências. Se a ciência é o estudo das coisas do mundo, ela devia ser uma só, porque o mundo é um só. Mas vejo física, geologia, química, geometria, biologia – um bandão enorme. Eu queria uma ciência só.

— Essa divisão da Ciência em várias ciências, explicou Dona Benta, os sábios a fizeram para comodidade nossa. [...]

— Mas que é ciência vovó? perguntou Narizinho. Eu mesma falo muito em ciência mas não sei bem, bem, bem, o que é.

— Ciência é uma coisa muito simples, minha filha. Ciência é tudo quanto sabemos (LOBATO, 1937b, p.9).

Ao colocar que qualquer saber seria ciência, Dona Benta esclareceu qual era a natureza deste saber, para não ser generalizado:

Sabemos graças ao uso da nossa inteligência, que nos faz observar as coisas, ou os fenômenos, como dizem os sábios [...] Sua inteligência, de tanto observar os fenômenos, foi criando a ciência, que é o modo de compreender os fenômenos, lidar com eles e produzi-los quando se quer. (LOBATO, 1937b, p.10)

Lia Cupertino Duarte sinalizou três objetivos principais de Monteiro Lobato com a escrita de **Serões de Dona Benta**: “levar às crianças ao conhecimento sobre as conquistas da ciência, questionar as verdades feitas que o tempo cristalizou e que cabe ao presente redescobrir e renovar; além de propor um novo modelo de ambiente escolar” (DUARTE, 2009, p. 391). Este livro a partir da 3ª edição recebeu o subtítulo: Física e astronomia, anunciando os conhecimentos que mais abordava.

Serões de Dona Benta foi todo escrito por meio da exaltação da ciência como se ela representasse uma espécie de oposição à ignorância e ao conservadorismo. (DUARTE, 2009, p. 394) Para Monteiro Lobato, a ciência recebia uma importância fundamental no desenvolvimento da sociedade, seu progresso e, de acordo como indicavam os outros livros, o trabalho intelectual combinado com o manual. Neste sentido, o personagem de Visconde de Sabugosa representava o poder da ciência, que além de oferecer respaldo teórico deveria ser aplicada na melhoria da vida do homem na Terra, pois,

enquanto detentor do saber científico, o Visconde possuía papel fundamental nas decisões tomadas no Sítio do Picapau Amarelo (CAMPOS, 1986a, p.143) Neste livro ganhou destaque a tese segundo a qual o conhecimento científico devia ser aplicado cotidianamente à vida humana, para melhorar a existência do homem. Desta forma, Dona Benta ensinou:

Entre esses conhecimentos o grande foi tirar partido de certas forças da natureza a fim de aumentar a força natural dos músculos. Isso deu eficiência ao homem, isto é, capacidade de fazer as coisas. Por fim, entrou a inventar instrumentos e máquinas, meios mecânicos de aumentar grandemente a força dos músculos – e hoje o homem tem máquinas poderosíssimas, como a locomotiva, o navio, os guindastes, os automóveis, os aviões, tudo. A ciência foi nascendo, e o que chamamos progresso não passa da aplicação da ciência a vida do homem (LOBATO, 1937b, p.10-11).

Neste sentido, a ciência (por meio de uma ideia ou invenção) seria um conhecimento gerador de transformações que multiplicariam a produção humana, sob seu comando, para seu progresso e maior conforto de vida. Se todo este processo se iniciava por uma observação era necessário um estímulo para tal. Sendo assim, a ciência era movida pela curiosidade: “A curiosidade diante dum fenômeno que não conhecemos é a mãe da ciência.” (LOBATO, 1937b, p.11). Narizinho assim concluiu: “Estou compreendendo, vovó [...]. Estudar ciência é aprender as razões das coisas que fazemos de um modo prático.” (LOBATO, 1937b, p.12). Desde os livros **História do mundo para as crianças** e **História das invenções**, Monteiro Lobato exemplificava que foi por meio da observação da natureza que o homem pôde compreendê-la e tirar proveito disto adaptando e criando coisas para melhorar a sua vida.

Neste processo, levantar hipóteses era fundamental. Segundo a explicação de Dona Benta: “A ciência caminha assim, pulando de hipótese em hipótese. Quando surge uma hipótese mais bem fundamentada que a anterior, vai para o trono e a velha vai para o lixo.” (LOBATO, 1937b, p.139).

A referência às hipóteses se apresentou nos livros infantis num movimento repetitivo em que se levantavam hipóteses para alcançar os conhecimentos e construir as coisas. Isto muitas vezes partia da curiosidade e questionamento dos “meninos”: “Dona Benta ficava tonta com certas perguntas.” (LOBATO, 1937b, p.31) Desta maneira, Lobato fez com que na

ficção as crianças experimentassem e colocassem em prática o que Dona Benta ia explicando, utilizando palavras questionadoras. Aí residia então, a tal ciência aplicada ao cotidiano e exemplo disto foi a construção de um laboratório no Sítio do Picapau Amarelo, no qual os meninos aprendiam na prática: “Um perfeito gabinete científico amador”, pois assim tinham a possibilidade de “fazer uma experiência que torna isso muito claro.” (LOBATO, 1937b, p.18 e 133).

Valdemarin, ao pesquisar o movimento de renovação da escola no Brasil, ressalta que o conceito de experiência adquire um significado específico e tem papel essencial nos métodos de ensino:

Ele é tomado como diretriz geral para orientar a formação de alunos e professores, que se materializa na estrutura curricular e nos programas de ensino; é considerado também um procedimento que possibilita ensaiar e avaliar inovações, testar hipóteses de trabalho e organizar levantamento de dados. (VALDEMARIN, 2010, p.119)

Esta questão está relacionada a uma educação progressiva, uma das vertentes defendidas pelo movimento da Escola Nova, que se respaldava na atividade livre, na aprendizagem pela experiência, e no aproveitamento das oportunidades da vida presente. (VALDEMARIN, 2010, p.79) Este aspecto se reforçou na fala de Anísio Teixeira em 1932, ao afirmar que a experiência era um instrumento humano de análise e conhecimento que sendo considerado um método se constituía num processo de raciocínio e reflexão através da qual acontecia o progresso humano.

Dos primeiros anos aos últimos é o homem, assim, o animal que se educa, adaptando-se e readaptando-se sem cessar, alargando, dia a dia, a sua compreensão, tornando-se, enfim, um instrumento permanente de progresso e mudança da própria natureza. (TEIXEIRA, 1932, p.242)

Neste sentido, “toda a humanidade é um grande laboratório” no qual o indivíduo, por meio de métodos e experiências, promovia uma “reconstrução material, social e moral.” (TEIXEIRA, 1932, p.247) Nos textos de Monteiro Lobato, encontramos como o primeiro passo deste processo a aquisição de conhecimento. E era este conhecimento que seria colocado em prática, ou

seja, experimentado. Na obra **O poço do Visconde** o personagem de Visconde se desenvolveu intelectualmente. De um simples sabugo de milho virou um “sabiozinho” que se destacava pelo interesse em adquirir conhecimentos, pois estava estudando e aprendendo tudo de geologia, uma “ciência importante”:

Verdade sim. O Visconde descobrira entre os livros de Dona Benta um tratado desta ciência e pusera-se a estudá-la – a ciência que conta a histórica da terra, não da terra-mundo, mas da terra-terra, da terra-chão. E de tanto estudar ficou com um permanente sorriso de superioridade nos lábios – sorriso de dó da ignorância dos outros. “Ele já entende de terra mais que um tatu”, dizia a Emília. (LOBATO, 1937a, p.10-11)

Ao final do livro **Serões de Dona Benta**, o último paradidático, Dona Benta concluiu ressaltando que ainda havia muito de ciência para se aprender e que os serões iam continuar, anunciando alguns dos próximos assuntos: “Resta-nos estudar a eletricidade, o rádio, a televisão, a luz, o som, um pouco de biologia, de botânica, de anatomia. Quero que vocês fiquem com uma base geral de conhecimentos.” (LOBATO, 1937b, p161). Nesta passagem, observa-se o leque de conhecimentos valorizados pelo autor, e o livro terminou passando a mensagem de que a ciência triunfa sobre a ignorância. Nas palavras da boneca Emília: “Saber é ter ciência na cabeça.” (LOBATO, 1937b, p.159).

Monteiro Lobato também almejou despertar o pensamento reflexivo nas crianças, seus leitores, baseado no conhecimento elaborado em contato com a realidade. Esta questão permeou a fala de Pedrinho no livro **O poço do Visconde**:

Estou vendo que se nós aqui no Sítio não resolvermos o problema o Brasil ficará toda a vida sem petróleo. Com um sábio de marca maior do Visconde para nos guiar, com as ideias da Emília e com uma força bruta como a do [rinoceronte] Quindim, é bem provável que possamos abrir no pasto um formidável poço de petróleo. Por que não? (LOBATO, 1937a, p.11)

A aplicação do conhecimento se traduzia em trabalho e por meio dele se chegaria ao progresso. Assim, Monteiro Lobato, habilmente, valorizou o

conhecimento, mas ensinou que ele de nada valeria se não fosse transformado em ação, em trabalho. Visconde, ao falar da possibilidade de encontrar petróleo no sítio, disse: “Quem sabe?! Tudo é possível neste mundo, disse o Visconde. Mas temos de perfurar [...] Quem quer ter petróleo perfura. Esperar que ele apareça por si, é bobagem.” (LOBATO, 1937a, p.44).

Mas, conforme já comentamos, antes de aplicar o conhecimento era necessário adquiri-lo, ou adquirir pelo menos uma base dele. Sendo assim, o primeiro passo seria a preparação, para depois chegarmos à ação, ou seja, primeiro educar-se para depois trabalhar. Essa representação foi identificada na fala do personagem do Visconde:

Primeiro, disse o grande sábio, temos que abrir um curso de geologia. Sem que todos saibam alguma coisa da história da terra não podemos pensar em poço. Como já li esta geologia inteira proponho-me a ser o professor. (LOBATO, 1937a, p.13)

Entretanto, aconteceu um conflito no Sítio do Picapau Amarelo, pois Visconde supervalorizava o conhecimento teórico enquanto os “meninos” ficavam impacientes para colocar o que estavam aprendendo em prática, ou seja, perfurar e encontrar o petróleo. Nesta passagem é possível perceber ideias veiculadas pelo movimento da Escola Nova quando Pedrinho, impaciente por escutar teoria sem prová-la, declarou:

Muito bem. Vamos começando o trabalho e o Visconde nos vai ensinando. Lições ao ar livre – fazendo. É fazendo que o homem aprende, não é lendo, nem ouvindo discursos. Eu quero ciência aplicada, ali!...(LOBATO, 1937a, p.61)

Visconde retrucou: “Homessa! Como podem pensar em perfuração antes de terem adquirido uma boa base geológica?”. (LOBATO, 1937a, p.61) Diante do impasse os meninos resolveram fazer greve porque Visconde insistia em ficar só na teoria, Pedrinho justificou:

Sim, disse ele. Porque nesta toadinha do Visconde ficamos toda a vida a estudar coisas dos livros e nada de perfuração. Nosso Visconde é livresco demais. Temos que declarar greve. Topam? (LOBATO, 1937a, p.77)

Nesta fala, Visconde representou o “saber embolorado” criticado por Monteiro Lobato, um saber enciclopédico e bacharelesco, sem utilização prática na vida. Esta crítica adveio da visão de organização social de Lobato centrada numa força produtiva eficiente que acumularia riqueza e se aproximaria da concepção de Ford, na qual a administração do Estado deveria ser racional, lógica e eficiente. Do contrário, como Lobato reprovava, ela se transformaria em burocracia. Parasitismo representado pelos burocratas, bacharéis e coronéis. (CAMPOS, 1986a, p.67)

Em **Aritmética da Emília** Visconde foi julgado por cansar as crianças com suas aulas puramente teóricas, e em **O poço do Visconde** ele foi coagido por uma “greve” dos meninos que queriam começar o trabalho, utilizar o que já haviam aprendido fazendo. Neste sentido, Lobato demonstrou para os pequenos leitores de seus livros que o verdadeiro saber é aquele que “se faz através da vivência, se enriquece com a ação, e que o verdadeiro sábio é aquele que associa o livro, o conhecimento, à vida e à experiência.” (CATINARI, 2009, p.50). Fato este que se refletiu ao caminhar do enredo de **O poço do Visconde**, quando aconteceu a redenção do personagem de Visconde de Sabugosa ao se convencer de que a ciência aplicada, aquela que transformava a realidade, sobretudo material, era a que possuía maior valor. Assim, ele próprio concluiu:

Meu pendor sempre foi científico. A ciência me atrai dum modo incoercível. No começo dei-me á filologia: hoje dou-me á geologia. E sabem por que mudei? Por uma razão econômica. A filologia não aumenta a riqueza de um país, ponderei eu com meus botões [...] [Geologia] É uma ciência que conduz a resultados práticos, positivos, de grande reflexos econômicos [...] Se não fosse nossa mania geológica [...] não estaríamos hoje nadando em dinheiro e fazendo a felicidade deste pobre povo, que até aqui viveu descalço, analfabeto e na maior penúria. (LOBATO, 1937a, p.179)

Desta forma, as máquinas representariam a ciência aplicada que Lobato defendia. Em **Serões de Dona Benta** elas foram definidas como: “maravilhas de engenho que o homem foi inventando e está inventando todos os dias”, ou seja, conhecimento científico traduzido em coisas práticas, em instrumentos facilitadores do trabalho humano, considerados como uma extensão do corpo

homem: “[são], nossos braços, nossas pernas, nossos sentidos todos, *aumentados* de eficiência por meio de truques que a inteligência inventou.” (LOBATO, 1937b, p.66).

Em mais uma comparação entre Brasil e Estados Unidos no Prefácio do livro **Luta pelo petróleo** de Essad Bey, de 1935, Lobato refletiu sobre a causa da superioridade da nação norte americana: “Por que nos Estados Unidos o homem adquiriu elevada eficiência e no Brasil a eficiência do homem está pouco acima da do homem natural.” (LOBATO, 1951f [1946], p.59).

Percebe-se no livro **Serões de Dona Benta** como Lobato estava alinhado com as ideias que circulavam na sociedade, sobretudo as que regiam o industrializado Estados Unidos e a maneira como estas questões se convergiam em ações de cunho educativo. O trabalho de Dewey com a Escola Laboratório promovia reflexões acerca das principais questões sociais, visto que a escola era considerada como uma sociedade em miniatura. Uma das primeiras questões relacionava-se com “A escola e o progresso social” (títulos de uma de suas palestras). Nesta ocasião se discutia a escolarização inserida numa sociedade em desenvolvimento, sobretudo, industrial. Dewey colocava as invenções como pontos chaves para desenvolver a industrialização sendo que consistiam em soluções do homem para submeter as forças naturais às suas necessidades, gerando mais eficiência e menos esforço. (VALDEMARIN, 2010, p.32)⁵³

Desta maneira, podemos localizar nas máquinas, ou nas invenções em geral, a origem da industrialização conforme o pensamento de Dewey que Lobato compartilhava. Na fala infantil de Pedrinho assim se traduziu: “Estou notando, vovó, que todas essas máquinas significam a mesma coisa: manhas para aumentar a força do homem.” E a avó confirmou: “E está pensando certo [...] Todo o progresso material do mundo vem disto – deste aumento da força muscular do homem por meio da máquina.” (LOBATO, 1937b, p.71) Nesta lógica as máquinas, segundo Dona Benta, possuíam quatro funções:

- 1) Vencem a resistência do peso, sacrificando a velocidade em proveito da força.
- 2) Fazem um certo trabalho com maior rapidez do que sem elas.
- 3) Mudam a direção da força.
- 4)

⁵³ Sobre Dewey ver também: Cunha, 2001; Beltrán, 2003; Nunes, 2002 e Xavier, 2002.

Executam o trabalho com maior perfeição e uniformidade do que manualmente. (LOBATO, 1937b, p.73)

Nas aulas de física, em **Serões de Dona Benta**, a avó explicou como funcionavam as máquinas por meio de experiências realizadas no laboratório construído no Sítio do Picapau Amarelo. Nestes serões, eram debatidas as experiências efetuadas e seus desdobramentos práticos possíveis, o que ressaltava a importância da ciência, do estudo e das invenções, todas elas contribuindo para o progresso humano.

Nesse período, o discurso de Getúlio Vargas sobre ciência, educação e trabalho não pode ser considerado oposto ao de Monteiro Lobato. Em 1940, ao discursar para uma turma de diplomados no Instituto Profissional Masculino em São Paulo, Vargas afirmou:

Acredito que o homem conquista, progressivamente, a Natureza pelo trabalho e pela ciência, e, graças a esse processo de apropriação, consegue melhorar o corpo e o espírito, elevando a condição humana e tornando a existência mais digna. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade. As observações e os acontecimentos cotidianos demonstram que, para desenvolvermos as nossas virtualidades econômicas, possuímos de fato as riquezas da nossa terra e usufruí-las em lugar de guardá-las como avarentos e incapazes, precisamos formar uma geração de técnicos aptos a resolver os problemas do nosso crescimento e a formular a equação do nosso progresso material, que é, na realidade, a base de todo aperfeiçoamento mental e moral (VARGAS, 05 jan.1940).

Nessa equação a questão da disciplina e da organização, sobretudo no e para o trabalho, torna-se relevante. Este tema não se encontra explícito na obra paradigmática de Monteiro Lobato, mas é possível inferi-lo ao aproximar as influências do taylorismo e do fordismo que o autor apresentava à maneira como os fatos aconteceram e foram relatados nestes livros.

É preciso considerar que o período de 1917-1920 foi marcado pelo movimento operário crescente nos centros urbanos do país. Lobato, que nesta época era empresário no ramo editorial, proprietário da **Revista do Brasil** e da Editora Monteiro Lobato & Cia, sofreu com reivindicações e greves de operários. Defensor da industrialização e dos preceitos do fordismo, nessa

época escreveu textos fazendo considerações a respeito das concepções de Henry Ford sobre a indústria. (CAMPOS, 1986a, p.84-85). Mas foi nos Estados Unidos, anos mais tarde, que Monteiro Lobato teve contato mais intenso com o fordismo, possibilitando confirmar algumas de suas ideias e acentuando o seu discurso industrialista, que pregava o progresso por meio da exploração das riquezas naturais, do trabalho eficiente e disciplinado, da siderurgia, do petróleo, do transporte e da criação de um mercado interno. (CAMPOS, 1986a, p.90)

Segundo Campos (1986a, p.86), o fordismo vai além das técnicas de produção, abrangendo toda uma visão de mundo sob a ótica da fábrica, ou seja, do capital industrial. Pessoas que comungavam o ideal da industrialização corresponderiam aos agentes de efetivação deste processo e aí se encaixaria Monteiro Lobato, por ser ele um “dirigente industrial, idealizador da produção e da organização do trabalho fabril” assim como, um porta-voz de novos valores relacionados a esta perspectiva. (CAMPOS, 1986a, p.86)⁵⁴ No livro **América**, Lobato afirmou que “O que há a fazer resume-se em descobrir caminhos novos para o indivíduo, em criar um individualismo que aceite a vitória da ciência industrial lhe descubra os meios de com ela caminhar de braços dados.” (LOBATO, 1948 [1932], p.260)-.

Em **História das invenções** o autor construiu um relato linear sobre a organização e desenvolvimento de um trabalho eficiente como causa da criação das fábricas, espaços de ampla produção⁵⁵. Dona Benta contou para seus ouvintes:

Antes de haver grandes fábricas o sistema era outro. Os operários não trabalhavam reunidos. Os patrões lhes forneciam o material e lhes alugavam a ferramenta – e eles que trabalhassem em suas casas. Os inconvenientes do sistema fizeram que surgissem as fábricas, isto é, grandes casarões onde os operários se juntam para o trabalho em comum. (LOBATO, 1935c, p.103)

Conforme Choppin, a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas,

⁵⁴ Entre os diversos textos que abordam o taylorismo e o fordismo no Brasil, veja o livro de Zanetti e Vargas (2007) que focaliza o caso da indústria paulista entre os anos 1920-1940.

⁵⁵ Sobre o complexo processo de criação das fábricas e instalação do sistema industrial veja, entre outros, De Decca, 1984 e Thompson, 1998, p.267-304.

fornecendo uma “[...] imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável [às intenções dos autores]”. (CHOPPIN, 2004, p.557) Neste sentido, podemos inferir que na citação de Monteiro Lobato acima, o escritor pretendeu chamar a atenção para a eficiência do processo industrial e do trabalho, coletivo e disciplinado.

Indústria e trabalhador disciplinado eram ideias conjugadas que na década de 1930 iam ao encontro da construção de uma nação moderna, eficiente, idealizada por um regime de governo autoritário sob o lema republicano da “ordem e progresso”.

Ideias que no campo educacional constituíam temas frequentes da Associação Brasileira de Educação (ABE). A conexão dessa temática com a escola se traduzia em medidas de racionalização do trabalho educacional, tendo como modelo a organização fabril, presente na “moderna pedagogia” regida pela máxima da “maior eficiência em maximizar resultados com o mínimo de dispêndio de esforço” (CARVALHO, 2003, p.218). Uma perspectiva, que foi abordada por Monteiro Lobato em seus livros paradidáticos ao valorizar as invenções como forma de aumentar a eficiência do homem.

A questão acima está intimamente ligada à vertente do “taylorismo educativo” presente no movimento da Escola Nova, adotada e difundida por Lourenço Filho, que estabelecia uma série de dispositivos escolares e paraescolares de disciplinarização dos costumes que auxiliaria na formação do trabalhador ordeiro e produtivo para a constituição da nação. (CARVALHO, 2003, p. 220)

Monteiro Lobato, que há muitos anos criticava o atraso brasileiro, apresentava por meio da literatura o elemento estrangeiro, norte- americano e europeu, como um modelo para a constituição da nação e de seus trabalhadores eficientes. Não por acaso, no livro **O poço do Visconde**, para o trabalho de perfuração do poço de petróleo o pessoal do Sítio do Picapau Amarelo optou por trazer a mão de obra qualificada estrangeira, dos Estados Unidos. Na narrativa, a realização do trabalho por estes estrangeiros era exemplar, como podemos perceber na passagem a seguir: “Rapidamente tudo ficou pronto para o início dos trabalhos de perfuração. Que homens aqueles! Faziam tudo tão direitinho como os célebres anões dos contos de fadas.” (LOBATO, 1937a, p.92) Em outra passagem esses mesmos trabalhadores,

depois de destacados por realizar uma tarefa, deixaram “tudo arrumado do melhor jeito [...] sem perda de um segundo” (LOBATO, 1937a, p.119).

Podemos perceber em **Geografia de Dona Benta** que estas qualidades individuais, relacionadas à ordem e eficiência, também foram almeçadas para o Brasil. Foi Dona Benta que afirmou, justificando sua admiração pelos alemães: “Admiro a Alemanha por mil e uma razões. Admiro suas cidades maravilhosas de organização, de asseio, de ordem, de bom arranjo, de tudo” (LOBATO, 1935b, p. 231).

Considerando diferentes trechos dos livros paradidáticos de Monteiro Lobato, é possível concluir que para o escritor o desenvolvimento da sociedade aconteceria devido a uma combinação efetiva de trabalho e criações humanas (a máquina como ápice) que conduziriam o homem — e uma nação — ao progresso. O início desse processo teria acontecido quando o ser humano utilizou a natureza, agindo sobre ela com o objetivo de facilitar a existência dos homens. Assim, para Lobato a ação humana eficiente resultaria em transformações que, ao longo dos séculos, concorriam para o desenvolvimento das nações e, concomitantemente, para melhoria das condições de vida das pessoas.

Como impulsionar no Brasil esse processo transformador que conduzia ao progresso? Para Monteiro Lobato, a partir das considerações esboçadas em seus livros paradidáticos, a resposta estava na educação prática e racional (em princípios científicos) da criança, que se transformaria, quando adulto, em um agente de transformação social, um sujeito que progredindo individualmente faria a sociedade como um todo progredir. Em **O poço do Visconde** e **Geografia de Dona Benta**, assim como nas outras obras paradidáticas de Lobato, esse tipo de formação tinha como pressuposto a educação primária eficaz, o alicerce imprescindível para outras aprendizagens, a científica e a profissional, meio seguro para o país se equiparar aos países mais desenvolvidos do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O escritor funciona qual antena — e disso vem o valor da literatura. Por meio dela, fixam-se aspectos da alma dum povo, ou pelo menos instantes da vida desse povo" (Prefácio 1ª Edição. In: LOBATO, 1951d [1933], s.p.). Levando em conta esta perspectiva de Monteiro Lobato e embasada na utilização da literatura como fonte para o historiador (p. ex. CHALHOUB; PEREIRA, 1998), nesta dissertação nos propusemos a compreender, através dos livros de Lobato considerados paradidáticos, aspectos da representação das concepções trabalho/trabalhador e progresso elaboradas e disseminadas por este escritor através de suas obras publicadas em um tempo e contexto particular — o Brasil dos anos 1930 — e para um público leitor privilegiado, o escolar. Estas obras, escritas entre 1930 e 1937, eram: **História do mundo para crianças** (1933), **Emília no país da gramática** (1934), **Aritmética da Emília** (1935), **Geografia de Dona Benta** (1935), **Histórias das invenções** (1935), **O poço do Visconde** (1937) e **Serões de Dona Benta** (1937).

Por intermédio destes livros, amplamente difundidos em espaços educacionais para auxiliar na educação formal, o escritor procurou colocar as crianças em contato com problemas e situações do cotidiano, inclusive através das narrativas sobre a história dos povos e geografia de diferentes lugares, tendo como importante fio condutor de suas ideias a possibilidade do progresso da humanidade graças ao trabalho humano eficiente. Sendo assim, percebeu-se por meio dos textos paradidáticos — enredo, narrador e personagens — a convicção de Lobato no papel primordial da educação para formação destes futuros trabalhadores.

A formação do homem nacional, do trabalhador brasileiro, foi preocupação e tema de Monteiro Lobato pelo menos desde a década de 1910, quando criou o personagem do Jeca Tatu fazendo uma crítica à natureza do brasileiro, uma idealização fortemente influenciada por teorias evolutivas. Entretanto, em poucos anos, a percepção do escritor sobre o homem nacional passaria por transformações devido ao seu envolvimento com o Movimento Sanitarista, sua experiência nos Estados Unidos e a aproximação com o fordismo, que agregariam novas perspectivas sobre o possível futuro dos

brasileiros e do país. Paralelamente, o relacionamento de Lobato com expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil, tais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, com quem compartilhava algumas ideias sobre educação, também contribuiriam para a obra destinada às crianças que o autor escreveria nos anos 1930.

Nesses livros paradidáticos, Monteiro Lobato abordou temas como a escravidão, o trabalhador do interior do país e a mão de obra imigrante para representar aspectos sobre o trabalho e os trabalhadores. Neste sentido, explicitava sua admiração pelo que classificava de progresso estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos, país que destacou como modelo de civilização em detrimento do atraso em que o autor situava o Brasil. A partir dessa constatação, o escritor demonstrou um inconformismo pela situação brasileira porque percebia uma grande potencialidade inexplorada das terras e gentes nacionais; inconformismo que seria o maior responsável pela sua perspectiva da educação como instrumento fundamental para a resolução dos problemas brasileiros. Para Lobato, formar uma população trabalhadora e progressista apenas seria possível a partir de uma educação primária e profissional eficaz.

Assim, principalmente através de seus livros paradidáticos, Monteiro Lobato utilizou sua literatura para colaborar com essa formação que considerava eficiente e que combinava um estilo literário infantil próprio com ideias pedagógicas escolanovistas, apresentando temáticas nacionais e conteúdos relacionados às disciplinas escolares, como foi evidenciado nesta dissertação.

Nos livros paradidáticos as representações elaboradas por Lobato sobre os temas trabalho e progresso ganharam várias nuances através dos diferentes personagens idealizados pelo escritor. Narizinho, Pedrinho e Emília se configuraram como representações do brasileiro ideal, apresentados como seres ativos, reflexivos, argumentativos e questionadores. Exemplos disto foram localizados nas passagens em que as crianças, com a supervisão de um adulto ou não, discutiam, refletiam, agiam e acabavam por solucionar os problemas que surgiam no Sítio do Picapau Amarelo.

Monteiro Lobato defendeu o estímulo à natureza ativa das crianças, em consonância com o ideário da Escola Nova, ressaltando que isto seria possível com uma boa educação que respeitasse suas características, o que desenvolveria as potencialidades das crianças. Desta maneira, uma perspectiva dinâmica do ler, escrever e contar ganhou destaque nos livros do escritor, atrelada a questões do dia a dia que requeriam cálculos e comunicação entre as pessoas; conhecimentos que seriam integrados e embasariam desde discussões, protagonizadas pelo Visconde de Sabugosa, sobre como dividir uma melancia (LOBATO, 1935a, p.109) até debates sobre temas nacionais, por exemplo, o do petróleo. Nesta conjuntura, as atividades práticas e as experiências seriam o canal do aprendizado porque reproduziriam situações vivenciadas pelas crianças.

Nos livros paradidáticos de Monteiro Lobato, notadamente em **História das invenções** e **História do mundo para crianças**, o desenvolvimento e progresso da sociedade seria consequência das ações do homem, desde sua interferência na natureza, potencializando-a com o objetivo de tornar sua vida mais fácil, até a moderna indústria. O trabalho era apresentado como o meio utilizado pelo homem para transformar e melhorar a realidade, portanto o instrumento do progresso humano que tenderia, continuamente, a poupar esforços e evitar desperdícios seja de tempo, força ou outro 'item' relacionado ao trabalho.

Para Lobato, combinada com a ideia de trabalho eficiente estava a percepção da importância primaz do ferro, indispensável para construção das máquinas, e do petróleo, cujos subprodutos moveriam essas máquinas. Ferro e petróleo, impulsionando o desenvolvimento industrial concorreriam para a maior eficiência do trabalho do homem, liberando pessoas de tarefas simples (em geral repetitivas) e pesadas. Este arranjo norteou as ideias apresentadas em vários de seus textos; uma forma de entender o mundo e o futuro da humanidade que foi balizada pela ênfase na educação relacionada ao conhecimento científico, que seria o propulsor do progresso graças ao trabalho humano competente.

Nessa perspectiva, Monteiro Lobato se referiu ao ensino profissionalizante como meio de difundir uma "ciência fecunda" que daria bons

resultados que transformariam a realidade. Este ensino profissional forneceria conhecimentos eficientes, técnicos, para todos: “[...] poderemos criar umas boas escolas profissionais para esta caboclada bronca, propôs Narizinho [no livro **O poço do Visconde**]. Eles são aproveitáveis, mas têm que ser ajudados.” (LOBATO, 1937a, p.155).

Desta forma, o brasileiro por meio de seu trabalho era considerado agente de transformação social, capaz de progredir individualmente e assim fazer a sociedade como um todo progredir. Mas, para que isso acontecesse a boa educação e a competente formação profissional deste indivíduo era primordial, algo perceptível nas representações de trabalho, trabalhador e progresso nos livros paradidáticos do escritor.

Nesta dissertação, entender as representações “não como algo enganoso”, mas como resultado de elaborações de julgamentos e considerações presentes na própria sociedade, como escreveu Chartier (2010, p.26), possibilitou que o Sítio do Picapau Amarelo fosse vislumbrado como um espaço de ensino/aprendizagem que remeteria ao papel da sociedade como construtora do indivíduo e da escola como local privilegiado de formação para a vida social e que, portanto, precisava estar sintonizada com o mundo contemporâneo. No Sítio que emerge das narrativas dos livros paradidáticos foi possível perceber como, para Monteiro Lobato, o conhecimento precisava estar atrelado à vida cotidiana e a aversão do autor ao enciclopédico e aos saberes sem função prática — *vide* **Emília no país da gramática** e **Aritmética da Emília**.

Dona Benta, mestre e governante do Sítio, estimulando debates é a representação da educadora ideal, personagem fundamental da sociedade desejada — uma representação que não “[...] se afasta nem da realidade nem do social” (CHARTIER, 2010, p.26) e, portanto, também é permeada por preconceitos que marcavam o dia a dia dos brasileiros nos anos 1930. O que podemos perceber quando para identificar o adulto, pessoa com pouca ou nenhuma possibilidade de receber educação em novos moldes, o escritor faz uso da personagem Tia Nastácia, empregada negra.

Ao criar nesses sete livros uma sociedade singular por meio da imaginação e ficção, Monteiro Lobato, que sabia por experiência prévia que

assim atingiria as crianças de maneira ímpar, representou seu ideal de brasileiro e de Brasil. Através da ficção, Lobato trouxe para as obras destinadas primordialmente aos escolares suas teses de transformação e progresso, deixando claro que isto somente aconteceria por meio do trabalho alicerçado em uma formação escolar embasada pela ciência e técnica, como ficou ainda mais evidente nos livros **Geografia de Dona Benta**, **O poço do Visconde** e **Serões de Dona Benta**. Assim, nos livros paradidáticos de Monteiro Lobato os personagens eram ativos e reflexivos, postura vista como imprescindível para um aluno e futuro cidadão que deveria contribuir para a construção nacional, e neste sentido o modelo norte-americano é notório. Nestas obras o escritor explicitou suas ideias para o progresso do Brasil sempre conjugadas com a representação do trabalho como instrumento para a efetivação de uma sociedade desenvolvida.

FONTES

OBRAS DE MONTEIRO LOBATO

Paradidáticas – Primeiras Edições (Década 1930)

LOBATO, M. **Aritmética da Emília**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935a. (Biblioteca Monteiro Lobato – São Paulo)

LOBATO, M. **Emília no país da gramática**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Biblioteca Monteiro Lobato – São Paulo)

LOBATO, M. **Geografia de Dona Benta**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935b. (Coleção Particular)

LOBATO, M. **História das invenções**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935c. (Coleção Particular)

LOBATO, M. **História do mundo para crianças**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (Coleção Particular)

LOBATO, M. **O poço do Visconde**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a. (Biblioteca Monteiro Lobato – São Paulo)

LOBATO, M. **Serões de Dona Benta**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b. (Biblioteca Monteiro Lobato – São Paulo)

Outras obras

LOBATO, M. **A Barca de Gleyre**. 2.º Tomo. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959a. [1944]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v. 12)

LOBATO, M. **América: Os Estados Unidos de 1929**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1948 [1932]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v.9)

LOBATO, M. **Cidades mortas**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951a [1919]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v.2).

LOBATO, M. **Monteiro Lobato vivo**. NUNES, C. (sel./org.). Rio de Janeiro: MPM Propaganda; Record, 1986.

LOBATO, M. **Mr. Slang e o Brasil e Problema vital**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951b [1927 e 1918]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato v.8)

LOBATO, M. **Mundo da lua e miscelânea**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951c [1923 e 1946]. (Série Obras Completa de Monteiro Lobato, v.10).

LOBATO, M. **Na antevéspera**. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 1951d [1933]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v.6)

LOBATO, M. **Prefácios e entrevistas**. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 1951e [1946]. (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v.13).

LOBATO, M. **Urupês**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1951f [1918] (Série Obras Completas de Monteiro Lobato, v.1).

DIVERSAS

Dados biográficos. **Projeto memória 1998 - Monteiro Lobato**. Obras infantis-Monteiro Lobato e a juventude. Em: <http://www.projetomemoria.art.br/MonteiroLobato/index2.html>. Acesso: 06 jun. 2013.

VARGAS, G. **Discursos 1930-1940**. Biblioteca da Presidência da República. Em: www.biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso: 10 nov. 2013.

Série Campanha do Petróleo (Subsérie: textual). **Documentos avulsos**. Coleção Biblioteca Lobatiana. Fundo Charles Frankie. Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Informações biográficas. **Monteiro Lobato, plano da obra literatura infanto-juvenil**. Editora Globo. Em: http://lobato.globo.com/edglobo_planodeobra.asp Acesso: 10 jan. 2013.

LOBATO, M. Liceu de Artes e Ofícios: A grande oficina Escola. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 1917, p.4. Em: <http://acervo.estadao.com.br> Acesso: 08 set. 2013.

LOBATO, M. Prefácio. In: FORD, H. **Minha vida e minha obra**. Tradução Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIERI, T. de M. A gramática da Emília: a língua do país de Lobato. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed, Unesp, 2009, p.355-369.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ALCANFOR, L. R. As reações de Monteiro Lobato: do projeto editorial ao projeto literário infantil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. VII **Anais...** 2013, Cuiabá, 2013, p.1-15.

ALCANFOR, L. R. **Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato**. São Paulo, 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

AZEVEDO, C. L. **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac, 1997.

BASTOS, G. S. Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda. 2009. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed, Unesp, 2009, p.139-147.

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, M.(org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 2002.

BELTRÁN, F. John Dewey - Democracia como vida. In: CARBONELL SEBORROJA, J. (org.) **Pedagogias do século XX**. Porto Alegre: Artmed, 2003, p.49-59.

BERTUCCI, L. M.; SILVA, S.C.H.P.da. A gripe, os órfãos e a educação para o trabalho no Asilo São Luiz de Curitiba (1918-1937). **Revista Brasileira de História da Educação**, v.14, n.12 (35), p.103-133, maio-ago. 2014.

BERTUCCI, L. M. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. **Educar em Revista**, Curitiba: n.54, p.123-140, out.-dez. 2014.

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: RIBERA CARDÓ, E.; MENDOZA VARGAS, H.; SUNYER MARTÍN, P.. (Org.). **La integración del territorio en una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad de México: IG,UNAM / Instituto Mora, 2007, v. 1, p. 141-161.

BERTUCCI, L. M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (org.) **Eugenia e história**. São Paulo: FFMUSP; UFABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p.219-238.

BIGNOTTO, C. C. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Campinas, 421p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BOTELHO, A. **Aprendizado do Brasil**. Campinas: Ed.Unicamp, 2002

BOTO, C. **A escola do homem novo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

BRAGANÇA, A. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, M.(org) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 2002.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. 3ªed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

BRESCIANI, M. S. M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.6, nº11, p.7-44, set.1985/fev.1986

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p.7-37.

BURKE, P. Os usos da alfabetização no início da Itália moderna. In: BURKE, P.; PORTER, R. (org.). **História Social da linguagem**. São Paulo, Ed.Unesp, 1997, p.15-42.

CAMPOS, A. L. V. de. **A república do Picapau Amarelo: Uma leitura de Monteiro Lobato**. São Paulo: Martins Fontes, 1986a.

CAMPOS, A. L. V. de. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 6, n.12, p. 65-72, 1986b.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO JÚNIOR, C. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais: O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias**. Assis, 180p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

CASSAL, S. A. T. B. **O Brasil visto verticalmente**: uma constelação chamada Monteiro Lobato. Porto Alegre, 269p. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CATINARI, A. O universo encantado de Monteiro Lobato: é possível aprender e ser feliz. **Métodos de leitura**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009 (Cursos da Casa de Leitura; 4), p.35-52.

CAVALHEIRO, E. **Monteiro Lobato**: vida e obra. 2 volumes. São Paulo: Nacional, 1955.

CECCANTINI, J. L. De raro poder fecundante: Lobato editor. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed, Unesp, 2009, p.67-86.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. de M. (orgs). **A história contada**. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, A.-M. **Ensenar a leer y escribir**: uma aproximación histórica. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. In: CHARTIER, R. (org.) **Práticas de leitura**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 77-105.

CHARTIER, R. História intelectual e história das mentalidades uma dupla reavaliação. In: **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; DIFEL, 1990, p. 29-67.

CHARTIER, R. Introdução. In: **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; DIFEL, 1990, p.13-28.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: vol. 5, n.11, abril 1991, p.173-191.

CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**. São Paulo: vol.24, n.69, 2010, p. 6-30.

CHAVES, E. S. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**. Maringá: vol.8, n.2, p. 29-37, 2003. Online. Acesso em 16 jul. 2014.

CHIARADIA, K. O poço do Visconde: o faz de conta quase de verdade. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed, Unesp, 2009,p.355-372.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, n.3, p.549-566, 2004.

CINTRA, E. P. de U. **Ensino profissional feminino em Curitiba**. A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955). Curitiba. 281p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CORDEIRO, A. B. **Dando vida a uma raiz**: O ideário pedagógico da Primeira República na Poesia Infantil de Olavo Bilac. Curitiba, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CORDEIRO, M. S. Lobato – um brasileiro de muitas faces. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel: v.5, n.5, p.225-238, 2009.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ªed. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

CUNHA, M. V. da. **John Dewey, a utopia democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DAVIS, N. Z. O povo e a palavra impressa. In: DAVIS, N.Z. **Culturas do povo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 157-185.

DEBES, C. **Washington Luis**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

DE DECCA, E. S. **O nascimento das fábricas**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

DOMINSCHEK, D. L. **O Escudo: A alma do SENAI – PR (1949-1962)**. Curitiba, 129p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DUARTE, L. C. Serões: verdades científicas ou comichões lobatianas? In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p.391-405.

EDREIRA, M. A. B. Monteiro Lobato e seus leitores: livros para ensinar, ler para aprender. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº 7, jan./jun, 2004.

FARIA, S. de C. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, H. M. M. de; SCHNOOR, E. (org.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p.63-97.

FERREIRA, E. M. A. Osman Lins e a literatura infantil: um diálogo com Monteiro Lobato. **Outra Travessia**. Revista de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, nº4, p. 69-84, 2005.

FILGUEIRAS, J. M. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.13, p. 159-192, 2013.

GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (dir) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das letras, 1991, vol.3, p. 311-329.

GOMES, A. de C. (org.) **Capanema**: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GOMES, A. M. A. O Pensamento de João Calvino e a Ética Protestante de Max Weber, Aproximações e Contrastes. **Revista Fides Reformata**. São Paulo: v. VII, n. 2, p. 9-32, 2002.

HALLER, J. U. Monteiro Lobato. **A literatura como expressão do contexto (1889-1930)** Maringá, 28p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

HÉBRARD, J. Três figuras de jovens leitores. Alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, M. (org.) **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p.33-77.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

HOCHMAN, G; FONSECA, C. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, A. C. (org.) **Capanema**: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p.173-193.

HORTA, J. S. B. A I Conferência Nacional de Educação ou como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, A.C. (org.) **Capanema**: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p.143-172.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: A educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1994.

KARVAT, E. C. **Discursos e práticas de controle. Falas e olhares sobre a mendicância e vadiagem (Curitiba 1890-1933)**. Curitiba, 162p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

KOSHIYAMA, A. M. **Monteiro Lobato**: intelectual, empresário, editor. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

KUMMER, C. S. da F. **Não esmorecer para não desmerecer**. Curitiba, 154p. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: histórias & histórias**. São Paulo: Ática, 1984.

LAJOLO, M. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. São Paulo: Moderna, 2000.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5^o ed. São Paulo: Ed.Unicamp, 2003.

LEVI-MOREIRA, S. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). **Revista de História da USP**. São Paulo: n.116, p. 67-74, 1^o Semestre 1984.

LEVINE, R. M. **Pai dos pobres?** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, D.L.D. A educação profissional no Brasil: Os meandros de sua formação com a atuação do Estado. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. VII **Anais...** 2013, Cuiabá, 2013. p.1-14.

LIMA, N. T. de; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. "Pouca saúde e muita saúva": sanitário, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (org) **Cuidar, controlar, curar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.493-533.

LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, A. C. (org.). **Capanema: o Ministro e seu Ministério**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2000, p. 49 - 71.

LUCAS, F. A escrita, a crítica e a estética nas cartas de Monteiro Lobato. In: ZILBERMAN, R. (org.). **Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.89-101.

LUIZ, F. T. Aritmética da Emília (1935): matemática para (não) matemáticos? In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p.275-285.

MARCONDES, R. L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena, SP: Editora Stilianio, 1998.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.

MARQUES, V. R. B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.23, n. 59, p.57-78, abril 2003.

MATTOS, M. A. B. de. **A gramática de Emília**. Mesa-redonda apresentada no XXXV Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Taubaté, 1988.

MELO, E. A. de A. **Livros paradidáticos de língua portuguesa para crianças**: uma fórmula editorial para o universo escolar. Campinas, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946). Campinas; Uberlândia: Autores Associados; Edufu, 2011.

MINCHILLO, C. C. História das invenções: a saga do Peludo ou as queixas de um pioneiro. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p.305-324.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MONETA, Z. T. G. Monteiro Lobato e a infância: no ensino do interior paulista. In: DANTAS, P. (org.) **Vozes do tempo de Lobato** – depoimento – edição comemorativa do centenário de nascimento de Monteiro Lobato. São Paulo: Traço Editora, 1982.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo, 219 p. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.

NUNES, L. A. A literatura infantil de Monteiro Lobato e o ideário escolanovista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 4, n. 2, p.214-226, 2004.

NUNES, C. O Estado Novo e o debate educacional nos anos 30. In: FREITAS, M. C. (Org.) **Memória intelectual da educação brasileira**. 2ª ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p.27-40

NUNES, C. História da Educação: espaço do desejo. **Em Aberto**. Brasília: INEP/MEC, v.9, n.47, p.37-45, 1990.

NUNES, C. **Monteiro Lobato e Anísio Teixeira: o sonho da educação no Brasil.** Publicado no ano do cinquentenário da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato. São Paulo: 1986a.

NUNES, C. (Sel. Org.) **Monteiro Lobato Vivo.** Rio de Janeiro: MPM Propaganda/Ed. Record, 1986b.

PALLOTTA, M. G. P. História do mundo para as crianças: uma obra inovadora. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009, p.221-236.

PARANHOS, A. **O roubo da fala.** 2ªed. Campinas: Boitempo, 2007.

PENTEADO, J. R. W. **Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto.** Rio de Janeiro: Qualitymark; Dunya, 1997.

RAZZINI, M. P. G. Monteiro Lobato e a Produção de Livros Escolares em São Paulo nos Anos 20. In: XII Congresso Internacional da ABRALIC: Centro, Centros – Ética Estética. **Anais...** 2011, Curitiba, 2011.

RIBEIRO, M.A.R.; CAETANO, C.G.; GITAHY, M.L.C. **Trabalhadores urbanos e ensino profissional.** 2. ed. Campinas: Ed.Unicamp, 1986.

ROCHE, D. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, R. (org.) **Práticas de leitura.** 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 177-199.

ROSSI, P. **A ciência e a filosofia dos modernos.** São Paulo: Ed.Unesp, 1992.

SÁ, D. M. de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). **História, Ciências, Saúde–Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.16, Suplemento 1, p.183-203, jul. 2009.

SANTOS, J. A. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 205-224.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. & COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra/FGV, 1984.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 6ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

SILVA, L. F. da. **O Picapau Amarelo na década de 1930**: Nas linhas e entrelinhas da obra de Monteiro Lobato, Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SILVA, R. A. da. Monteiro Lobato e a Escola nas décadas de 1930 e 40. In: XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética. UFPR. **Anais...** 2011, Curitiba, 2011.

SOARES, M. A escolarização da leitura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. BRINA, H. MACHADO, M. Z. (org.). **A escolarização da leitura literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, C. P. de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, A.C. (org.) **Capanema: o Ministro e seu Ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p.221-249.

SOUZA, R. F. de; FARIA FILHO, L. M. de. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (orgs). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006, (p.21-56).

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

STRANG, B. de L. S. **Sob o signo da reconstrução: Os ideais da Escola Nova divulgados pelas Crônicas de Educação de Cecília Meireles**. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

TEIXEIRA, A. **Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro, v.2, n.3-4, p.237-253, jul./dez. 1932.

TEIXEIRA, A. **Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)**. VIDAL, D. G (org.). Bragança Paulista: Edusf, 2000.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.13-24.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

TOLENTINO, C. A. F.; SANTOS, E. da S. Sete Personagens lobatianas à procura da nação. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Grupo de Trabalho Sociologia da Cultura. UFPE. **Anais...** 2007, Recife, 2007.

TUVESON, E. Progresso. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORET, T. (orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 614-616.

UKAN, C. **O ensino da arte no Brasil segundo Monteiro Lobato (1916-1917)**. Texto inédito, set. 2013.

VALENTE, W. R. A disciplina matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil. In: OLIVEIRA, M.A.T.de; RANZI, S.M.F. (orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Edusf, 2003, p.217-254.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

VALDEMARIN, V. T. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, Z. M. C. de. **O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato**. São Paulo: Traço Editora, 1982.

VEIGA, C. G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L.M. de (org.) **A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 35-82.

VIDAL, D. G. Escola nova e o processo educativo (1920-1930). In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497-517.

VIDAL, D. G. O livro e a biblioteca, o documento e o arquivo na era digital. **História da Educação (UFPEl)**, Pelotas, v. 6, n.11, p. 53-65, 2002.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os Grupos Escolares em Foco. In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIEIRA, G. F. Educação, saúde e assistência no Estado Novo: O Departamento Nacional da criança. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação - PUCPR: **Anais...** 2004, Curitiba, 2004.

XAVIER, L. N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

WEINSTEIN, B. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Ed. Cortez; Ed.USF, 2000.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego:** uma perspectiva histórica. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2014.

ZAMBONI, E. Sociedade e trabalho e os primeiros anos de escolaridade: introdução das noções básicas para a formação de um conceito: trabalho. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.6, n.11, p.117-126, set.1985/fev.1986.

ZANETTI, A.; VARGAS, J.T. **Taylorismo e fordismo na indústria paulista:** o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940. São Paulo: Ed. Humanista, 2007.

ZORZATO, L. B. Hans Staden à Ibatiana. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro.** São Paulo: Ed, Unesp, 2009, p.151-170.